



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PRISCILLA KARLA DA SILVA MARINHO

**A ADOLESCÊNCIA E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
SEMILIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO E A SOCIEDADE
DE CONSUMO**

Recife
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PRISCILLA KARLA DA SILVA MARINHO

**A ADOLESCÊNCIA E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
SEMILIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO E A SOCIEDADE
DE CONSUMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (PPGCDS) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, sob orientação da Prof.^a Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes e co-orientação da Prof.^a Dra. Laura Susana Duque-Arazola.

Recife

2019

**A ADOLESCÊNCIA E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
SEMILIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO E A SOCIEDADE
DE CONSUMO**

Por PRISCILLA KARLA DA SILVA MARINHO

Esta dissertação foi avaliada para obtenção do título de Mestra em Consumo, cotidiano e desenvolvimento social e aprovada em __/__/__ pelo Programa de Pós-Graduação em Consumo, cotidiano e desenvolvimento social.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a. Laura Susana Duque-Arazola (Co-orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a. Joseana Saraiva (Membro Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Humberto Miranda (Membro Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a. Érica Babini Lapa do Amaral Machado (Membro Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Recife, 21 de Julho de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M338a Marinho, Priscilla Karla da Silva

A adolescência e a medida socioeducativa de semiliberdade:
reflexões sobre o cotidiano e a sociedade de consumo / Priscilla
Karla da Silva Marinho. – 2019.

184 f. : il.

Orientadora: Raquel de Aragão Uchôa Fernandes.

Coorientador: Laura Susana Duque-Arazola.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano
e Desenvolvimento Social, Recife, BR - PE, 2019.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Consumo (Economia) 2. Direitos humanos 3. Menores de rua –
Direitos fundamentais – Brasil 4. Menores - Estatuto legal, leis, etc. –
Brasil 5. Direitos das crianças – Brasil 6. Direitos dos adolescentes
– Brasil 6. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
(Brasil) I. Fernandes, Raquel de Aragão Uchôa, orient. II. Duque-
Arazola, Laura Susana, coorient. III. Título

CDD 640

*À minha mãe e ao meu pai
com amor.*

*A todos e todas que militam em prol
dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.*

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer, preciso dividir este momento, pois não chego sozinha aqui. Foi uma trajetória de um pouco mais de 24 meses, 12 destes trabalhando e cursando disciplinas. Foram muitos desafios, sucessos, erros, acertos, dúvidas e certezas. “É preciso saber que nada acontece por acaso!”

Inicialmente, sou grata a Deus, que em sua infinita misericórdia me deu forças para continuar com foco e perseverança para não desistir dos meus sonhos. “Deus é bom o tempo todo e o tempo todo Deus é bom!”. Aos meus pais, Tereza Marinho e Adeli Marinho, que juntos sempre cuidaram para que eu compreendesse que a herança mais preciosa é a educação. Sei que minhas ausências nem sempre foram compreendidas, mas sei que posso contar com vocês, e tê-los ao meu lado é o meu maior privilégio.

Preciso agradecer por ter uma turma de mestrado tão prestativa. Acredito que as viagens teóricas que fizemos juntos vão nos marcar por toda a nossa caminhada acadêmica, profissional e pessoal. Gratidão Isabelle Gomes, Valdecira Lucena, Rita de Kássia, Beatriz Reis, João Guilherme, Gioconda Souza, Bruna Emiliana, Renata Albertim, Renan Fachine, Thereza Leão e Isaac Batista, por cada riso, cada fila no Restaurante Universitário, cada café, cada texto compartilhado, conversas no banco da praça e disciplinas intermináveis que quase sempre eram concluídas com bolo. Foram momentos que nos fizeram crescer como cidadãs e cidadãos comprometidas/os com a transformação da sociedade.

Sou grata por ter no caminho seres de luz em diversos momentos, seja para análise de conjuntura, troca de referências bibliográficas, reflexão sobre a vida na madrugada, responsabilidades profissionais, conselhos, leitura de artigos em inglês, empréstimo de livros, cópias e aparelho de gravação para as entrevistas; presença em eventos acadêmicos, entre outros. Gratidão Jaqueline Ferreira, Marília Silva, Alisson Rosendo, Marcony Jr, Vanessa Mesquita, Juliana Chagas, Hortência Albuquerque, Nathália Barbosa, Tamires Fabrício, Jussyara Elihimas, Rosemary Barros e Gabriella Santos. Vocês fizeram essa caminhada mais leve.

Sou grata à oportunidade de integrar o Observatório da Família DCD/UFRPE, espaço fundamental para que pudesse desenvolver e aprimorar minha habilidade como pesquisadora na perspectiva dos Direitos Humanos. Gratidão a todos e todas que fazem parte do grupo na figura da professora Michelle Maciel. Agradeço também ao grupo

multidisciplinar de Direito e Sociedade NPD/UFRPE/UFPB na figura do professor Fernando Joaquim Maia, com quem também pude aprimorar a prática de pesquisa.

À professora Raquel Fernandes pela orientação, dedicação e amizade. Gratidão por ter acolhido e acreditado que os meus devaneios poderiam ser organizados em pesquisa. À professora Laura Duque-Arazola pela co-orientação e reflexões seja na sala, na carona ou nos corredores. O que posso dizer do processo de orientação? Foi por vezes extrapolado para além dos muros da universidade e se apresentou na dinâmica cotidiana da prática, do exemplo, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Minha gratidão a todas e todos os professores/as, que integram minha banca de defesa: Joseana Saraiva, Érica Babini, Humberto Miranda, Marcelo Machado e Aristeu Portela. São profissionais os quais admiro bastante e que em algum momento do mestrado pude trocar experiências que me motivaram e fizeram refletir o meu campo de pesquisa e de trabalho.

Agradecer nas pessoas das professoras Andrea Butto, Maria Virgínia Aguiar e Maria Zênia Tavares a possibilidade de poder ter vivenciado a organização do III CIFA em paralelo com o mestrado, além do amadurecimento profissional e pessoal essa experiência não me deixou esquecer que a universidade pública é de fato um universo bem maior de possibilidades e que não podemos perder de vista a nossa função social.

Sou grata a cada pessoa que ao longo do desenvolvimento desta pesquisa acolheu, solidarizou-se, participou, torceu e possibilitou de forma direta ou indireta esta realização. Minha eterna gratidão às profissionais, aos adolescentes e às instituições envolvidas para que esta dissertação fosse concluída.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco (ruralinda), ao Departamento de Ciências Domésticas e ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social por me proporcionarem tamanho crescimento e desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais.

À Maria Isabel Gomes e a Ana Engracia Ribeiro por toda contribuição para que os trâmites burocráticos que envolvem o mestrado fossem os mais tranquilos possíveis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

*Hei, Joe,
onde é que você vai
com essa arma aí na mão
Hei, Joe,
esse não é o atalho pra sair dessa
condição
[...]
Também morre quem atira...
Hei Joe - O Rappa, 1996*

RESUMO

Estudos mostram o número elevado de adolescentes submetidos a institucionalização no Brasil, com destaque para a região nordeste. No estado de Pernambuco em 2017 foram atendidos 8.861 adolescentes envolvidos com atos infracionais e em cumprimento de medidas socioeducativas. Em Recife e Região Metropolitana registrou-se 1.362 atendidos em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade – medida que se justifica pelo seu caráter de cerceamento parcial da liberdade. Dentro do sistema socioeducativo há proibição de uso de produtos de determinadas marcas pelos adolescentes. Contudo, apesar da proibição, pesquisas mostram que é recorrente o consumo desses produtos e o desejo dos adolescentes por possuí-los. Surgindo assim como problema de pesquisa, como se dá a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com a sociedade de consumo? Que é respondida sob duas óticas, a das profissionais da equipe técnica multidisciplinar e dos adolescentes em Semiliberdade. Na perspectiva de compreender essa problemática, este estudo tem como objetivo analisar a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com a sociedade de consumo. E especificamente categorizar o cotidiano de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade da equipe técnica e dos/as adolescentes; caracterizar a equipe técnica e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade; analisar a trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade que se intersecciona com a cultura de consumo a partir da fala dos adolescentes; e compreender os discursos que permeiam a medida socioeducativa de semiliberdade na sua interface com a sociedade de consumo a partir do que foi exposto pela equipe técnica e de adolescentes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que como técnica de coleta de dados utilizou-se da entrevista com aplicação de roteiro semiestruturado, realizadas com 8 profissionais da equipe técnica multidisciplinar e com 4 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade na Região Metropolitana do Recife. A pesquisadora em concomitância com a realização das entrevistas, acompanhou as atividades do cotidiano das instituições de semiliberdade de setembro à outubro de 2018. Posteriormente, a análise dos dados foi realizada com base nas referências levantadas e na Análise de Discurso de Eni Orlandi ([1999] 2015). Como resultado da pesquisa surgiu que os discursos pautados sobre o consumo são significados pela caracterização dos adolescentes e não por estarem em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade. O que vai caracterizar esse adolescente é a sua falta de habilidade de mobilizar as instituições de proteção, promoção e garantia de direitos. De modo que a utilização de marcas específicas revela não apenas a dimensão simbólica do consumir pautado pelos adolescentes, imbricado de questões de pertencimento, mas, sobretudo a condição de classe social.

Palavras-Chave: Consumo; Direitos Humanos; Equipe Técnica; Semiliberdade em Recife; Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes; SINASE.

ABSTRACT

Studies show the high number of adolescents undergoing institutionalization in Brazil, especially the northeast region. In the state of Pernambuco in 2017, 8,861 adolescents were involved in infractions and in compliance with socio-educational measures. In Recife and the Metropolitan Region there were 1,362 assisted in compliance with the socio-educational measure of semi-freedom - a measure that is justified by its character of partial curtailment of freedom. Within the socio-educational system there is a ban on the use of products of certain brands by adolescents. However, despite the ban, research shows that the consumption of these products and the desire of adolescents to own them is recurrent. Thus emerging as a research problem, how does the relationship of adolescence in compliance with socio-educational measure of semi-freedom with the consumer society? Which is answered from two perspectives, the professionals of the multidisciplinary technical team and adolescents in semi-freedom. In order to understand this problem, this study aims to analyze the relationship of adolescence in compliance with socio-educational measure of semi-freedom with the consumer society. And specifically categorize the daily compliance with the socio-educational measure of semi-freedom of the technical team and adolescents; characterize the technical team and the adolescents in compliance with the socio-educational measure of semi-freedom; analyze the trajectory of adolescents in compliance with the socio-educational measure of semi-freedom that intersects with consumer culture from the adolescents' speech; and to understand the discourses that permeate the socio-educational measure of semi-freedom in its interface with the consumer society from what was exposed by the technical team and adolescents. This is a qualitative approach research that as a data collection technique was used the interview with application of semi-structured script, conducted with 8 professionals of the multidisciplinary technical team and 4 adolescents in compliance with socio-educational measure of semi-freedom in the Metropolitan Region of Recife. The researcher concomitantly with the interviews, followed the daily activities of the semi-freedom institutions from September to October 2018. Subsequently, the data analysis was performed based on the references raised and the Eni Orlandi Discourse Analysis ([1999] 2015). As a result of the research it emerged that the discourses based on consumption are signified by the characterization of adolescents and not by being in compliance with the socio-educational measure of semi-freedom. What will characterize this adolescent is his inability to mobilize the institutions of protection, promotion and guarantee of rights. Thus, the use of specific brands reveals not only the symbolic dimension of consumption guided by adolescents, imbued with issues of belonging, but, above all, the condition of social class.

Keywords: Consumption; Human rights; Technical team; Freedom in Recife; Child and Adolescent Rights Guarantee System; SYNASE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Sistematização do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.....	65
Figura 2. Sistema de Garantia de Direitos.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número, taxas (por 100 mil) e participação (%) na mortalidade de adolescentes de 16 e 17 anos, segundo causa. Brasil. 1980/2013	41
Quadro 2. Número de atendimento de crianças e adolescentes de < 1 a 17 anos por violência segundo UF/região. Brasil. 2014	42
Quadro 3. Caracterização da equipe técnica do CASEM.....	95
Quadro 4. Atividade em grupo desenvolvidas nos CASEM's.....	116
Quadro 5. Caracterização dos gostos	141
Quadro 6. Caracterização dos adolescentes em cumprimento de semiliberdade.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASE** – Agente Socioeducativo
- CASE** – Centro de Atendimento Socioeducativo
- CASEM** – Casa de Semiliberdade
- CEDCA** - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CENIP** – Centro de Internação Provisória
- CONANDA** - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- DCD** – Departamento de Ciências Domésticas
- Dieese** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FEBEM** – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
- FNDCA** - Fórum Nacional de Defesa de Crianças e Adolescentes
- Fonacriad** – Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Política Pública de Promoção e Defesa da Criança e do adolescente
- FUNASE/PE** - Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco
- GATI** - Grupo de Ações Táticas Itinerante
- GOD** – Grupo de Orientação sobre Drogas
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ILANUD** - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
- LA** – Liberdade Assistida
- MEPCT/PE** - Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco
- MSE** Medida Socioeducativa
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIBIC** – Programa Nacional de Bolsa de Iniciação Científica
- PM** – Polícia Militar
- PSC** – Prestação de Serviço à Comunidade
- RMR** – Região Metropolitana do Recife
- SGD** – Sistema de Garantia de Direitos
- SINASE** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SSE – Sistema socioeducativo

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TLCE - Termo de Livre Consentimento Esclarecido

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNIAI - Unidades de Atendimento Inicial

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE DE CONSUMO	25
ADOLESCÊNCIA COMO CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO	26
SOCIEDADE DE RISCO E A VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO NA ADOLESCÊNCIA	35
CULTURA DO CONSUMO COM RECORTE GERACIONAL NA ADOLESCÊNCIA	44
CAPÍTULO II. ESTADO E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: REFLEXÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA	55
CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO BRASIL	56
Construção histórica e legislativa	60
Sistema Socioeducativo: contextualizando a semiliberdade no estado de Pernambuco	68
A MÍDIA: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO EM PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO	74
CAPÍTULO III. CAMINHOS DA PESQUISA	85
NOTAS SOBRE O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	89
CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR	91
Breves aspectos sobre a Família, Estado e a Sociedade a partir da equipe técnica	103
COTIDIANO NAS CASEM'S	112
O primeiro contato com os adolescentes e as estratégias de defesa	116
Primeiro contato com as famílias: cotidianos em intersecção	119
Grupo de Orientação sobre Drogas e a representatividade das drogas na adolescência	122
O desafio de refletir a cidadania na adolescência com a pauta das eleições	123
Atividade frustrada e entrevista realizada	125
Planejando a atividade sobre as práticas de consumo e os valores	125
Sobre as práticas de consumo e os valores	126
Segundo encontro com as famílias e dia de festa	129
Comunicação não violenta a partir do teatro do oprimido	131
Terceiro encontro com as famílias, as autorizações e a superlotação	134

Reflexões sobre consciência de classe e cor/raça	136
Preparação para audiência e reflexão sobre a medida socioeducativa	137
Dia de entrevistas com a equipe técnica	139
Primeira atividade com as adolescentes: compreendendo os contextos	140
Segundo momento com as adolescentes: cotidiano dinâmico	143
CARACTERIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES A PARTIR DA EQUIPE TÉCNICA E DOS ADOLESCENTES	145
NARRATIVAS SOBRE O CONSUMO DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE	157
À GUIA DE CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE A. Solicitação de Permissão para Pesquisa Acadêmica	180
APÊNDICE B. Termo de Livre Consentimento de Esclarecido (TLCE) - Profissionais	181
APÊNDICE C. Termo de Livre Consentimento de Esclarecido (TLCE) - Família	182
APÊNDICE D. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)	183
APÊNDICE E. Roteiro De Entrevista Semiestruturado Aplicado Aos/As Profissionais	184
APÊNDICE F. Roteiro De Entrevista Semiestruturado Aplicado Aos/As Adolescentes	185

INTRODUÇÃO

Pernambuco é marcado por um histórico de encarceramento da juventude¹, pois, é o estado do nordeste brasileiro com o maior número de adolescentes em cumprimento de internação². São 1.345 adolescentes cumprindo internação, a quarta maior quantidade no Brasil, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais³. Ao todo, no país, são mais de 22 mil jovens internados, de acordo com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas⁴ do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ).

Conforme dados do Relatório⁵ disponibilizado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE/PE)⁶, no mês de Julho/2018, os/as adolescentes que adentraram no Sistema Socioeducativo de Pernambuco⁷, compreende um quantitativo de 1.402 adolescentes, dos/as quais 41% consomem maconha, 24% cigarro e 10% álcool. Dentre eles/as 96% representam o efetivo masculino e 4% efetivo feminino. Em

¹Para este trabalho juventude e adolescentes serão correlatos conceitualmente, pois os/as adolescente dessa pesquisa possuem de 15 à 17 anos de idade. Conforme o Estatuto da juventude Lei nº12.852/2013 a juventude compreende os indivíduos de 15 à 29 anos de idade. E adolescente para o Estatuto da Criança e do/a Adolescente Lei nº 8.069/1990 corresponde aos indivíduos de 12 à 18 anos de idade.

² SOUZA, Henrique; BRASIL, Agência. **PE é o estado do Nordeste com mais adolescentes infratores.** Jornal o portal do Sistema opinião. Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.op9.com.br/ne/noticias/pe-e-o-estado-do-nordeste-com-mais-adolescentes-infratores/>.

Acesso em: 01/02/19. A internação é uma medida gerida pelo Estado de acordo com o previsto no SINASE (Lei nº 12.594/2012), em Pernambuco ocorre via Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) e o seu cumprimento ocorre em um centro de atendimento socioeducativo (CASE). Segundo o Art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) é uma medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

³ De modo que foi preciso o “ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a adoção de diversas medidas em favor de adolescentes que se encontram em unidades de internação nos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. O relator deferiu pedido de extensão no Habeas Corpus (HC) 143988, no qual delimitou em 119% a taxa de ocupação na Unidade de Internação Regional Norte (Uninorte), em Linhares (ES), e determinou a transferência dos adolescentes excedentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior à taxa fixada” (STF, 2019).

⁴ São medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do/a Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990 aplicadas aos indivíduos com idade inferior aos 18 anos que venham a praticar conduta descrita como crime ou contravenção penal conforme Art. 103 do ECA (Lei nº 8.069/1990).

⁵ Dados estatísticos da FUNASE/PE referentes ao mês de Julho de 2018. Disponível em: <http://www.funase.pe.gov.br/estatistica/2018/JULHO/BOLETIM_ESTADISTICO_JULHO_2018.pdf>.

Acesso em 01/02/2019. Saliendo que é de enorme dificuldade encontrar dados atualizados do sistema socioeducativo por causa do *delay* das estatísticas disponibilizadas.

⁶ É o atual órgão responsável pela execução da política de atendimento aos/as adolescentes envolvidos/as ou autores/as de ato infracional, com privação ou restrição de liberdade desde o ano de 2008 através da Lei Complementar nº 132, tendo em vista a doutrina de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Disponível em: <<http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>>. Acesso em: 27/08/2018.

⁷O Sistema Socioeducativo de Pernambuco é o conjunto ordenado, previsto pelo Sistema Nacional de Sistema Socioeducativo (SINASE) Lei nº 12.594/2012, que prevê os princípios, regras e critérios que envolvem as medidas socioeducativas.

se tratando da raça/cor declaram ser 73,7% pardos/as, 13,7% brancos/as e 12,5% negros/as. Esses dados sugerem a leitura da dissertação de Santos (2016) para compreender a importância de refletir as questões de gênero e raciais no sistema. Em relação aos atos infracionais, o efetivo que adentrou no sistema em Julho de 2018 cometeu atos relacionados ao roubo (41%), tráfico de entorpecente (15%) e homicídio (12%).

O Sistema Socioeducativo é um sistema que ainda falta muito para incorporar da lógica dos Direitos Humanos, isto significa considerar que tem como desafios permanentes ter uma gestão qualificada e eficiente, garantir a participação dos/as socioeducandos/as e desenvolver/consolidar articulação na perspectiva interseccional com as demais políticas públicas.

Estudos realizados por Marinho e Fernandes (2011-2015) evidenciaram que embora haja proibição da utilização de determinadas marcas e produtos pelos adolescentes, tais como Seaway, Cyclone e Nike, durante o cumprimento da medida de internação, o que se observou na oportunidade da realização da pesquisa que deu origem a esse estudo. Apesar da proibição, é recorrente o uso dessas marcas e o desejo dos adolescentes em adquirir esses produtos.

A partir dessas evidências, este estudo tem como ponto de partida as relações sociais e de consumo estabelecidas pelos adolescentes em medidas socioeducativas. O interesse da autora desse estudo por essa análise, vem sobretudo, das ambiguidades com as quais se movem as relações sociais e de consumo estabelecidas pelos adolescentes na sociedade de consumo contemporânea.

Diante disso, a motivação e a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa que desencadeou esta dissertação dão-se como uma oportunidade de adensar as discussões sobre a adolescência em cumprimento de medidas socioeducativas e o consumo. A pesquisa acompanhou a experiência desenvolvida pela autora desse estudo no Observatório da Família DCD/UFRPE, núcleo de pesquisa do Departamento de Ciências Domésticas, no período de 2011 à 2015, como bolsista de iniciação científica do Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Desta forma, entre os anos de 2013 e 2015 a pesquisadora pôde conhecer algumas nuances do Sistema Socioeducativo de Pernambuco, caracterizado por não assumir a proteção integral, questão reiterada nos apontamentos do Relatório Anual de 2016 do

Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco (MEPCT/PE)⁸, que versa sobre a superlotação nas unidades da FUNASE/PE, da estrutura física que difere dos moldes do SINASE e as rebeliões ocorridas no ano de 2015, que resultaram em mortes de adolescentes dentro do sistema.

É um sistema onde a excepcionalidade vira regra vide o número elevado de adolescentes submetidos à privação de liberdade, a internação que seria exceção acaba por virar regra. De acordo com o Relatório Anual de 2017 da FUNASE/PE foram atendidos **8.861** adolescentes de ambos os sexos, envolvidos e/ou autores/as de ato infracional, em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, bem como na internação provisória e no atendimento inicial. Destes **3.014** foram atendidos/as em cumprimento de medida socioeducativa de internação e **1.362** atendidos em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade, nas Casas de Semiliberdade/CASEM's.

É importante situar esse fenômeno considerando a situação socioeconômica em que boa parte de crianças e adolescentes brasileiros/as estão submetidas, pois é uma situação de construção e de permanências históricas, com destaque para aqueles/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. São jovens que se caracterizam pela subalternidade⁹, herdeiros/as de uma determinada lógica social baseada na vulnerabilidade, exemplificada pelo silenciamento e pela vivência de inseguranças intergeracionais. Herança essa, muitas vezes, pautada em narrativas onde o território, a família e a sociedade são apresentados como frágeis fatores de conexão, ou de enfrentamento a determinadas situações de vulnerabilidades sociais, não constituindo vínculos fortalecidos nem possibilidades de exercerem função de proteção prevista nas normativas sobre a infância e a juventude tão imprescindíveis no momento de constituição identitárias e desenvolvimento integral.

A reflexão sobre a vinculação destes/as meninos/as pobres à tutela do Estado¹⁰ - despreparado para assumir este papel, remonta a períodos muito anteriores ao

⁸Relatório produzido em 2016 pelo mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura de Pernambuco referente as “[...] visitas sistematizadas aos espaços de privação de liberdade visando trazer as dificuldades e desafios na prevenção contra a prática de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes” (MEPCT/PE, 2016, p.7).

⁹ É possível estabelecer relação aqui com a categoria de subalternidade da Spivak (2010 [1985]). Para Spivak (2010 [1985] p. 12) o sujeito subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

¹⁰ Sobre a questão da infância e da adolescência institucionalizada procurando descrever e analisar a história e das políticas sociais, demonstrando uma tendência de criminalização da pobreza, da exclusão,

vivenciado hoje pelos/as meninos/as da FUNASE/PE. Sobretudo, quando ocorre a falta da efetivação dos direitos fundamentais, conforme garante o Art. 5º da Constituição Federal 1988, direitos à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, somando-se a estes os direitos sociais compreendem o direito à saúde, educação, lazer, cultura, convivência comunitária entre outros, imprescindíveis para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Apesar dos avanços políticos, sociais e da tomada de responsabilidade pelo Estado, a partir de uma lógica mais democrática com a Constituição Federal de 1988, principalmente no campo dos Direitos Humanos, ainda há pendências no campo da efetivação desses direitos, sobremaneira, no campo teórico e prático da infância e adolescência no Brasil.

A mídia é um ponto relevante para a dificuldade da sociedade em refletir a situação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Pois, surgem “os paradigmas amplos e enraizados em nossa cultura, quanto à compreensão de crianças e adolescentes referente a uma evolução legislativa e conceitual” (SCHULTZ; BARROS, 2011)¹¹; moldando toda uma produção de discurso que torna indissociável a categoria de “menor abandonado”¹² vinculado à figura da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM)¹³ com a do sujeito de direito preconizada na doutrina de proteção integral prevista no ECA Lei nº 8.069/1990, vinculando de modo precário figuras sociais a partir de um cenário legislativo de recorte limitado que impede a sociedade de conhecer e reconhecer as contradições vivenciadas por crianças e adolescente no país.

O cenário legislativo apresentado pela mídia diverge da complexidade do cotidiano dos jovens no país, onde não é apresentando a importância de se refletir o porquê do alcance ainda limitado das ações do Estado referentes ao desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, que realmente sejam intersetoriais. Neste sentido, o

da desigualdade e da violência ver os estudos de: (SILVA, 1997; MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 1999; RIZINNI; PILOTTI, 2009).

¹¹ Para adensar análise sobre os avanços legislativos e compreensões conceituais sobre adolescentes privados de liberdade ver o estudo *Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal* (SARAIVA; KOERNER JR; VOLPI; 2011)

¹² Categoria utilizada como referência na época e que corresponde à doutrina de situação irregular conforme a legislação vigente naquele período que era o Código de Menores. “(...) Definida tanto pela ausência dos pais quanto pela incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole, uma série de subcategorias foi criada ao longo do século XX pelos órgãos oficiais de assistência. Trata-se de um período de forte presença do Estado no planejamento e na implementação das políticas de atendimento ao menor” (RIZZINI, 2004, p. 29).

¹³ Para adentrar mais questões sobre essa instituição ver MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEMS: memórias de infâncias perdidas** (Pernambuco / 1964 – 1985) / Humberto da Silva Miranda. – Recife: O autor, 2014. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

momento atual (governo Bolsonaro 2019-2022) caracteriza-se por demandar uma mobilização permanente e vigilante com o desenvolvimento e efetivação de políticas públicas sociais pelo Estado, acionados pelas diversas organizações da sociedade e a participação em movimentos de instâncias de deliberação e controle social¹⁴ que atualmente se encontram ameaçadas no país, como o Fórum Nacional de Defesa de Crianças e Adolescentes (FNDCA)¹⁵, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)¹⁶, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)¹⁷ entre outros.

A partir dessas considerações, este estudo parte do pressuposto que a medida socioeducativa de semiliberdade, trata-se de uma medida com restrição parcial da liberdade dos/as adolescentes, embora significativo no apoio a socialização destes, tem se configurado como insuficiente em relação ao que propõe em seus objetivos. Ressaltado pela ausência ou vínculos precários com a família, dificuldade de acolhimento na escola e em demais redes de apoio como o CAPs (Centro de Atenção Psicossocial).

Perante a constatação dessa problemática, a investigação recai em compreender, mais, especificadamente, a relação dos/as adolescentes em semiliberdade, perante as práticas de consumo, sobretudo, produtos de marcas oferecidas pelo mercado, vistos pelos adolescentes como maneira de inserção social, de construção e afirmação de identidades e de diferenciação social.

Essa problemática se constitui como relevante para escolha do fenômeno estudado, acentuando o interesse da pesquisadora à desenvolver a investigação, uma vez que surge como problema de pesquisa **como se dá a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com a sociedade de consumo?** Que será respondida sob duas óticas, a das profissionais da equipe técnica multidisciplinar e dos adolescentes em Semiliberdade.

¹⁴ Ameaçado pelo decreto 9.759/19 do então presidente Jair Bolsonaro (PSL), que extingue os conselhos sociais e outros órgãos colegiados.

¹⁵ É um espaço democrático da sociedade civil dedicado à articulação e mobilização, sem distinções religiosas, raciais, ideológicas ou partidárias, e abertos à cooperação com instituições nacionais e internacionais. Sua atuação foi decisiva na mobilização pela aprovação do capítulo da criança e do adolescente da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em: < http://www.direitosdacrianca.gov.br/temas/redes_teste/forum-dca>

¹⁶ É um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em: < <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>>

¹⁷ É um órgão que tem a missão de formular a política de atendimento à criança e ao adolescente, coordenar, controlar e fiscalizar a sua execução. Acesso em: < <http://www2.cedca.pe.gov.br/web/cedca>>

Sendo assim, a presente pesquisa busca como objetivo geral **analisar a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com a sociedade de consumo**. E por objetivos específicos visa: 1) **Categorizar o cotidiano de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade da equipe técnica e dos/as adolescentes**. 2) **Caracterizar a equipe técnica e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade**; 3) **Analisar a trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade que se intersecciona com a cultura de consumo a partir da fala dos adolescentes**; e 4) **Compreender os discursos que permeiam a medida socioeducativa de semiliberdade na sua interface com a sociedade de consumo a partir do que foi exposto pela equipe técnica e de adolescentes**.

A presente pesquisa se estabelece no contexto de uma abordagem qualitativa, porque se preocupa, conforme refletem Silveira e Córdova (2009, p. 32) com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Os instrumentos de coleta de dados podem ser caracterizados em termos de sua obtenção via documentação direta (observação e entrevista) e documentação indireta (dados secundários e literatura). Com os/as profissionais que atuam na equipe técnica da semiliberdade e com adolescentes em cumprimento de medida foram realizadas entrevistas. Para Severino (2007, p. 124) utilizar a técnica de realização de entrevistas “visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”.

A entrevista foi realizada a partir de roteiro semiestruturado, visando atender a necessidade de deixar os indivíduos à vontade, no entanto, dentro de uma interlocução guiada. O roteiro semiestruturado é caracterizado por “um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT et al., 2009, p. 72).

Importante pontuar que, previamente, foi assinado um Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE) (Apêndice B) pelas profissionais e um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D) pelos adolescentes, que garantem aos/as participantes o sigilo quanto a identificação, com a utilização de nomes fictícios. Todos os termos desta pesquisa foram elaborados pela pesquisadora em consonância com as diretrizes éticas da pesquisa envolvendo seres humanos, nos termos

estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20. As entrevistas foram gravadas com auxílio de gravador digital e realizadas de modo individual com cada um/a dos/as entrevistados/as, na Casa de Semiliberdade (CASEM) e em dias diferentes. Posteriormente foram transcritas pela pesquisadora e analisadas de acordo com as categorias do referencial teórico, apresentadas a seguir.

O caderno de campo também foi utilizado como instrumento de coleta de dados, onde a pesquisadora pôde ao longo de 3 meses (de setembro a novembro/2018) registrar os momentos de observação, durante o acompanhamento das atividades desenvolvidas na semiliberdade. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.173) “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações”. Portanto, no caderno de campo foi possível registrar apontamentos sobre o fenômeno, no tocante a posturas e discursos espontâneos.

Procedeu-se a análise dos dados por meio da análise de discurso, a partir dos direcionamentos feitos por Eni P. Orlandi em sua obra “Análise de Discurso: princípios & procedimentos”; para a autora “o sujeito é Linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia” (ORLANDI, 2009, p.90). E a “noção de linguagem trabalhada na análise de discurso - como um sistema sujeito a falhas - e o da ideologia como constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos” (ORLANDI, 2009, p.90).

A Análise do Discurso surge “no fim dos anos 1960, em decorrência de insuficiências de uma análise de texto que se vinha praticando e que se pautava prioritariamente por uma visão conteudista, característica central das práticas de leitura que localizamos nos estudos em Análise de Conteúdo” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p.307). Para Orlandi (2015, p.17), a Análise do Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

A pesquisa está organizada a partir de três capítulos, no primeiro, **A adolescência na Sociedade de Consumo** apresenta-se a discussão sobre a construção social da adolescência, tendo por alicerce um arcabouço constituído com aspectos históricos e biopsicossociais. Haja vista, que a adolescência é um fenômeno complexo que mobiliza

diversas áreas de conhecimento para contextualizar os fatores que constroem esse momento de desenvolvimento do ser humano.

Ademais, neste capítulo também intenta-se compreender como a Sociedade de Risco e a violência como fenômeno na adolescência com foco na situação de desigualdade socioeconômica a que estão expostos grande parte dos adolescentes brasileiros. E por fim, traz a problematização do processo de estigma influenciado pela cultura de consumo. Onde a cultura do consumo assume expressão de identidade no cotidiano dos/as adolescentes.

No segundo capítulo, **Estado e Sistema Socioeducativo: Reflexões sobre a adolescência** será abordado o Estado e o Sistema Socioeducativo a partir da organização histórica do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil; A mídia no processo de construção de discursos de estigmatização do/a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; e por fim a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, no que tange o adolescente autor de ato infracional.

No terceiro e último capítulo, **Caminhos da pesquisa** apresenta-se como foi construído do corpus da pesquisa e a reflexão sobre os resultados da pesquisa, com base no cotidiano de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade na RMR, a caracterização da equipe técnica, a caracterização dos adolescentes e dos seus cotidianos na CASEM e as reflexões sobre a cultura do consumo e a medida de semiliberdade.

A presente dissertação é concluída com à guisa de conclusão, onde apresentam-se as considerações sobre a pesquisa pela autora, bem como, possibilidades de novos estudos. Seguido pelas referências e apêndices da pesquisa.

CAPÍTULO I. ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Neste capítulo será apresentada uma contextualização sobre a adolescência “que é um conceito inventado pela cultura ocidental no final do século XIX (Ariès, 1973), herdeiro do romantismo e da Modernidade” (COUTINHO, 2009, p.17). Como construção social que perpassa pelo arcabouço das relações sociais e culturais estruturadas no cotidiano de uma Sociedade de Consumo. É importante evidenciar que a cultura do consumo e a Sociedade de Consumo são áreas da vida social e princípios institucionais que, na prática, não se encontram, podendo ser desligados uns dos outros (BARBOSA, 2010, p.8).

Uma vez que, Barbosa (2010, p.9) aponta que uma sociedade pode ser de mercado, mas, em relação à questão cultural, o consumo não é utilizado como principal forma de reprodução e diferenciação social. Nessas sociedades de mercado, o grupo étnico, o sexo, a faixa etária e o status ainda representam o referencial do que deve ser usado e consumido, como é o caso da sociedade indiana.

No entanto, nas sociedades ocidentais “o consumo aparece como um formidável indicador da vida cotidiana, das construções identitárias, das questões políticas, dos modos de vida, das estratificações sociais e da globalização” (DEJEUX, 2011 [2006], p. 14). Logo, para Dejeux (2011 [2006], p. 17) a vida social é feita de competição e de cooperação, de autonomia e de controle, de hierarquia e de comunidade, e o consumo, como nós o veremos, está no centro dessas ambivalências.

Diante disso, alguns dados apontam para a adolescência como público de destaque para o processo de fidelização dos/as consumidores/as que ocorre ainda na infância, revelando contradições e tensionamentos importantes para o debate. As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família (TNS/InterScience, outubro de 2003). Carros, roupas, alimentos, eletrodomésticos, quase tudo dentro de casa tem por trás o palpite de uma criança, salvo decisões relacionadas a planos de seguro, combustível e produtos de limpeza que têm pouca influência dos pequenos¹⁸.

No tocante a alimentação, a publicidade é um fator que estimula a disseminação da maior epidemia infantil da história: a obesidade. A pesquisa Targeting Children With Treats (Alvejando crianças com guloseimas, em livre tradução do inglês) de 2013 aponta que as crianças que já têm sobrepeso aumentam em 134% o consumo de

¹⁸Conforme dados do Instituto Alana. Disponível em: <http://criancaeconsumo.org.br/consumismo-infantil/>. Acesso em: 02/02/2019.

alimentos com altos teores de sódio, gorduras trans e saturadas e açúcar, quando expostas à publicidade destes produtos¹⁹.

No ano de 2018 a população total do Brasil era de 208.494.900 pessoas, destas 11.149.083 eram de adolescentes de 15 à 17 anos de idade²⁰. Mais de 40% de crianças e adolescentes de até 14 anos vivem em situação domiciliar de pobreza no Brasil, o que representa 17,3 milhões de jovens. Em relação àqueles em extrema pobreza, o número chega a 5,8 milhões de jovens, ou seja, 13,5%²¹.

É diante desse contexto que vamos refletir sobre a adolescência na Sociedade de Consumo, pois, “são variados os discursos na contemporaneidade sobre o papel do consumo na formação das identidades juvenis” (MACHADO, 2011, p.13), visto que o período da adolescência é tido como vulnerável diante dessa aparente ilusão projetada pelo mercado como realidade. Considerando a adolescência como um período em que o indivíduo está em formação, ter um arsenal coercitivo de estímulos para o consumo é um ponto de reflexão, principalmente quando adentramos no cerne da discussão sobre a prática de atos infracionais com foco em bens de consumo ou manutenção de práticas de consumo.

Rocha (1995, p. 24) exemplifica que “o universo de especulação simbólica que a Comunicação de Massa projeta é, provavelmente, a mais formidável máquina de criação de imaginário coletivo de nosso tempo. Portanto, nesse capítulo será apresentada a reflexão da adolescência como categoria de construção histórica e biopsicossocial em uma Sociedade de Consumo que por vezes assume as características de uma Sociedade de Risco, contextualizando a cultura de consumo juvenil.

ADOLESCÊNCIA COMO CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO

*Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo*

¹⁹ Conforme dados do Instituto Alana. Disponível em: <http://criancaeconsumo.org.br/consumismo-infantil/>. Acesso em: 02/02/2019.

²⁰ De acordo com o Observatório da criança e do adolescente da Fundação Abrinq Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1048-estratificacao-da-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-faixas-etarias?filters=1,1623>. Acesso em: 27/12/2018.

²¹ O que caracteriza a população como pobres e extremamente pobres é rendimento mensal domiciliar per capita de até meio e até um quarto de salário mínimo, respectivamente, conforme a publicação “Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil”, da Fundação Abrinq publicado em 2018 Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/04/24/no-brasil-mais-de-40-de-criancas-e-adolescentes-de-ate-14-anos-vivem-em-situacao-de-pobreza/>. Acesso em: 27/12/2018.

Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder
Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
E tão sério
E selvagem
Selvagem
Selvagem
 [...]

Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo
 [...]

E o que foi prometido
Ninguém prometeu
Nem foi tempo perdido
Somos tão jovens
Tão jovens
Tão jovens
 (*Legião Urbana – Tempo perdido, 1986*)

A adolescência é um período de transição muito complexo na vida do ser humano, onde o indivíduo sofre transformações de cunho físico, biológico, psíquico e social, o que tem implicação direta em sua função social. É uma categoria social que surge no final do século XIX para o ocidente no dado momento histórico de contradição e complexidade das esferas público e privada no âmbito social. “No século XX, dois indicadores são usados para marcar a entrada da vida adulta são: o ingresso no mundo do trabalho e a constituição de uma nova família” (BOCK; FURTADO; TEXEIRA, 2008, p. 125).

O fenômeno da adolescência vai despertar interesse de várias áreas de conhecimento e são algumas delas que vamos mobilizar para contextualizar os fatores que influenciam esse momento de desenvolvimento do ser humano. Os antropólogos verificaram no século XX “ao observar outras civilizações, que certos comportamentos, tidos como tipicamente adolescentes na nossa cultura ocidental moderna, não estavam presentes nesses outros contextos socioculturais” (COUTINHO, 2009, p.20). Por isso, é possível dizer que é um fenômeno ocidental, no entanto, ela pode se apresentar de maneiras diferentes em outras culturas e em outros tempos, como veremos a seguir.

Os rituais pubertários ou rituais de iniciação são exemplos dessa categoria de vivências culturais diferentes que marcam a passagem de um estado para outro seja

socialmente, culturalmente, religiosamente e etc; e que em diversas culturas consistiria de acordo com Coutinho (2009, p. 20) na preparação do jovem para a entrada no mundo adulto.

A psicanalista Coutinho (2009) em sua obra *Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo* resultado de sua tese de doutorado sistematiza a adolescência historicamente em cinco fases. Localiza que o início da adolescência seria a antiguidade greco-romana ao Renascimento. Onde seria possível realizar generalizações, dada as devidas diferenças entre Roma e Grécia, às formações dos jovens.

Na Grécia as meninas eram reconhecidas socialmente a partir do ritual do casamento que seria o equivalente do *efebo* masculino. Para os meninos entre 15 e 18 anos atingiam a categoria de *efebo*, pois eram quando atingiam a maioridade civil e eram reconhecidos como cidadãos conforme Reymond (2000) apud Coutinho (2009, p. 28). Em Roma, os meninos permaneciam sobre o poder paterno do Estado até que pudessem constituir a sua própria família, o que acontecia por volta dos 30 anos de idade. Enquanto que para as meninas essa passagem se dava no casamento aos 12 anos de idade.

A segunda fase apontada pela Coutinho (2009) é a Idade Média. Este período é bastante estudado pelo historiador francês Ariès (1981), um dos primeiros teóricos a abordar historicamente as categorias de infância e família como construção social, com destaque para sua obra *História Social da Criança e da Família*. Ariès (1981, p.36) aponta que "na Idade Média, os autores faziam uma terminologia puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade, cada uma dessas correspondia a um período distinto da vida". Onde, para Coutinho (2009) o lugar dos jovens oscilou entre transgressão e integração. Conforme, as referências dadas a partir de cada organização social e momento histórico.

Para Ariès (1981, p.50) "até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo". Visto que, a infância que conhecemos hoje não existia e sim foi elaborada a partir das novas relações sociais, econômicas e culturais da sociedade. E os meios termos, até mesmo algo que demarcasse um processo de transição como a adolescência de modo social ainda não existiam devido à baixa expectativa de vida "no

mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas” (ARIÈS, 1981, p.51).

A terceira fase conforme Coutinho (2009) para compreender a adolescência historicamente é a do Renascimento, onde tem-se a família sentimental e a invenção da infância a partir de uma escolarização. O processo de escolarização se dá no século XV com a concepção de agrupamento por idade e por nível de conhecimento das crianças. “Em geral a criança entrava com sete anos na escola e saía entre os quinze e dezessete anos com formação considerável. Essa mentalidade de formação atinge seu ápice no século XVII, com o iluminismo” (COUTINHO, 2009, p. 40).

Apesar da criação da infância no Renascimento a diferenciação da infância e adolescência ainda não era evidente. Coutinho (2009, p.42) reflete que entre os séculos XVII e XVIII destaca-se a delimitação da esfera privada e intimidade das famílias, com desvinculação destas da produção, com foco na formação de crianças e jovens para serem mãos de obra, com o advento da Revolução Francesa essa função fica ainda mais evidente.

A quarta fase conforme Coutinho (2009) é a do adolescente como herói romântico no século XIX surgindo a paixão pela natureza e pelas forças do espírito, onde a família é o agente demarcador do limiar entre as esferas pública e privada. De acordo com Ariès (1981, p. 46)

o primeiro adolescente moderno típico foi o Siegfried de Wagner: a música de Siegfried pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência.

Coutinho (2009) aponta que a construção social da adolescência na família moderna é fruto dos séculos XVIII e XIX, que marcaram a chegada do ideal individualista. De modo que é possível revisitar a reflexão de Ariès (1981), onde “cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX” (ARIÈS, 1981, p.48).

É possível compreender a juventude também a partir de grandes filósofos que são importantes para a reflexão atual, Campos (1987, p.11) sinaliza algumas concepções como, “Platão que devotou o Livro II da República à educação da mocidade e seus diálogos retratam a personalidade de muitos adolescentes, como Cármides, Lísis e

Menão”. Aristóteles, que “descreve a natureza do jovem como imprevisível, impulsiva, apaixonada e com pouca capacidade para retardar a gratificação ou tolerar a crítica” (CAMPOS, 1987, p.11).

Sócrates, “que pagou com a vida sua grande dedicação ao ensino da juventude, iniciou conceitos modernos sobre o comportamento adolescente: gostam de luxo, têm más maneiras e desrespeitam os mais velhos” (CAMPOS, 1987, p.11). E até mesmo relatos da juventude abordados na literatura, por exemplo, “com Hamlet e Romeu e Julieta; Rousseau, com Emílio; Saint-Pierre, com Paulo e Virgínia; Goethe, com Werther; “(CAMPOS, 1987, p.11)”.

A quinta e última fase da adolescência e sua construção histórica para Coutinho (2009) é a da “crise”, adolescente como questão para a sociedade no século XX. De modo que, o romantismo e a modernidade ajudaram a disseminar o individualismo e propiciaram o surgimento do entendimento atual da adolescência, no sentido de que cada sujeito é livre para construir uma trajetória singular. “O adolescente expressa o drama do sujeito contemporâneo. Ele é, por definição, um indivíduo errante, em pleno trabalho de elaboração e apropriação do laço social, entre o desamparo e a busca permanente por pontos de ancoragem” (COUTINHO, 2009).

Sobre a questão geracional, no século XX surgem os estudos de Karl Mannheim, sociólogo húngaro que reflete as extensas transformações sociais pelas quais tem passado a sociedade contemporânea. Na perspectiva de Karl Mannheim (1982) a classificação de geração em termos identitários referentes à “percepção de uma dada população de que fazem parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional” (MANNHEIM, 1982 apud CASTRO, 2005).

Exemplo disto é quando ocorre o reconhecimento do/a adolescente enquanto parte de um grupo ou grupos que configuram dadas categorias de identidade ou identificação, o que não implica homogeneização dentro do referido grupo. Ainda é possível exemplificar este conceito de identidade geracional tomando o recorte dado a esta pesquisa, a partir da variabilidade dentro do próprio universo dos/as adolescentes em cumprindo medida socioeducativa de Semiliberdade.

Pois, corroboramos com Campos (1987, p.38) quando sinaliza que não há “uniformidade nos padrões específicos de um jovem para outro e nem valores e comportamentos partilhados pelos grupos de adolescentes, podendo variar,

grandemente, entre grupos, com relação ao que está na moda, ao que se refere à idade, sexo, classe social, etc".

A adolescência “representa um mito que ao especificar aprisiona como é da natureza de todos os mitos” (SANTOS; FERREIRA; GOUVEIA, 2006). Neste sentido, as autoras chamam atenção para que qualquer forma de especificar acaba por produzir um fluxo de aproximações e distanciamentos conceituais. Por isso a necessidade de olhar para a compreensão da adolescência ainda como construção. Pois, “no aspecto afetivo, o adolescente vive conflitos. Deseja libertar-se do adulto, mas ainda depende dele. Deseja ser aceito pelos amigos e pelos adultos” (BOCK; FURTADO; TEXEIRA, 2008, p. 125). De modo que,

se a adolescência é definida social e historicamente em função da complexificação dos modos de engajamento do jovem na sociedade, tendo sido gerada, sobretudo pelo advento do individualismo; em psicanálise, ela é principalmente como o conjunto de determinados processos psíquicos fundamentais na elaboração da interdição e das instâncias ideais que possam reassegurar cada sujeito de sua pertinência ao laço social. Porém o conceito de adolescência não é unívoco e imutável desde as suas origens, de forma que estudar o sujeito adolescente hoje é também estudar o mundo contemporâneo (COUTINHO, 2009, p. 12).

Para Coll; Marchesi e Palácios (2004, p.311) no terreno psicológico, foi o americano Stanley Hall o pioneiro no estudo da adolescência, ao publicar, em 1904, sua obra *Adolescence*²². A compreensão de adolescência para Hall, era de uma representação de “um momento crítico no desenvolvimento humano por corresponder ao momento da evolução da espécie humana que supunha a passagem da selvageria para o mundo civilizado”. Esse momento seria marcado por conflitos devido “aos impulsos do adolescente e as demandas feitas pela sociedade” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p.311). Características essas que ainda hoje assumem o conceito de rebeldia da adolescência para o senso comum.

Em 1915 “William Healy publicou, o primeiro estudo sistemático de fatores psicodinâmicos na delinquência juvenil²³” (CAMPOS, 1987, p.12). Nos estudos da adolescência é possível apontar vários autores que abordaram a adolescência, com destaque para a perspectiva da psicologia, com os autores: H. Wallon (França), Piaget

²²Nela expunha seu pensamento, muito influenciado pela obra de Darwin e pela teoria da recapitulação de Haeckel, segundo a qual o desenvolvimento ontogênico do ser humano reproduz o desenvolvimento ontogênico do ser humano reproduz o desenvolvimento filogenético da espécie (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p.311).

²³O estudo de William Healy (1905) vem desconstruir os estudos que compreendiam a delinquência juvenil (termo da época) como uma questão genética e biológica, Healy apresenta as questões sociais e do ambiente, assim como as relações em grupo (CAMPOS, 1987, p.12).

(Suíça); Hoffmann (Alemanha); E. Erikson (Alemanha) e Aberástury (Argentina). Sobretudo, porque como bem sinalizou Ariès (1981, p.46) “começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e surgiram pesquisas sobre ela, a juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada”.

Segundo o enfoque sociológico “nesse período, ocorrem muitas mudanças nos papéis que o adolescente deve assumir e nas demandas estabelecidas pela sociedade, que, em muitas ocasiões, chegam a ser contraditórias, o que pode gerar bastante estresse para o adolescente” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p.312). É possível destacar várias demandas sociais nesse momento de transição da infância para a vida adulta, bem como, a escolha profissional, a independência social, econômica e afetiva da família, consolidação dos valores e do papel de gênero entre outros.

Os grupos sociais na adolescência que se destacam são a família e os amigos que “são apontados pelo psicólogo argentino Bohoslavsky como os dois grupos de onde vêm as principais pressões e os principais elementos para que o indivíduo se referencie quando escolhe algo, inclusive sua profissão” (BOCK; FURTADO; TEXEIRA, 2008, p. 318). Para Aberástury (1980), a adolescência não é composta apenas de “fatores biológicos, emocionais e genéticos, mas também a família, escolas, amigos e comunidade, tornam-se determinantes na formação dos/as adolescentes”. Destacando assim, as relações sociais enquanto dinâmicas que vão englobar essas relações interpessoais a partir da constituição de grupos.

Ao interagir os aspectos psicológicos e de sociabilidade se faz pertinente destacar que o/a adolescente sente a necessidade de fazer parte de um grupo e ser reconhecido perante ele, conforme algumas teorias do desenvolvimento humano²⁴. Isso se dá pela percepção da leitura que fazem quando percebem que seus pais/responsáveis não estão passando pelas mesmas problemáticas que eles/as. “O adolescente busca as suas próprias referências, marcando com isso a sua singularidade em relação à família” (COUTINHO, 2009).

Quanto à caracterização biopsicossocial a adolescência para Bock, Furtado e Teixeira (2008) é o período a partir dos 11 ou 12 anos de idade em diante que se caracteriza pelas operações formais. Período este em que psicologicamente

o adolescente domina, progressivamente, a capacidade de abstrair e generalizar; cria teorias sobre o mundo, principalmente sobre aspectos que

²⁴ABERASTURY (1980); ERIKSON (1968); PALACIOS; OLIVA (2004); OUTEIRAL (2008).

gostaria de reformular. Isso é possível graças a capacidade de reflexão espontânea que, cada vez mais afastada do real, é capaz de tirar conclusões de puras hipóteses (BOCK; FURTADO; TEXEIRA, 2008, p. 124).

Biologicamente, Coll; Marchesi e Palácios (2004) diferenciam adolescência de puberdade. O período entre 11 e 12 anos de idade é a puberdade, que consiste no conjunto de mudanças físicas que ao longo da segunda década de vida transformam o corpo infantil em um corpo adulto capacitado para a reprodução. Sendo portanto, um fenômeno universal para todos, como fato biológico que é e como o momento de maior importância para a maturação do ser humano. A adolescência para Coll; Marchesi e Palácios (2004) é um período biopsicossocial que se prolonga por vários anos mais e se caracteriza pela transição ente a infância e a idade adulta.

A adolescência é referida muitas vezes como fase de transição, remontando o entrave histórico de delimitação da linha tênue que separa adolescentes da infância e da vida adulta, o que foi solucionado como o “pré- trabalho”²⁵. De acordo com Palácios (1995) a adolescência como

uma etapa que se estende, a grosso modo de 12-13 anos de idade até aproximadamente o final da segunda década de vida. Trata-se de uma etapa de transição, na qual não se é mais criança, mas ainda não se tem os status de adulto. É aquilo que Erikson chamou de uma moratória social, um compasso de espera que a sociedade oferece a seus membros jovens, enquanto se preparam para exercer os papéis de adultos (PALACÍOS, 1995, p.263).

De forma que, a compreensão de categoria geracional conforme Karl Manheim (1982) apresenta demandas específicas que dependem do ambiente socioeconômico e cultural ao qual o indivíduo tem inserção. “Pois o modo como cada sociedade lida com os seus jovens é particular e articulado a todo o seu contexto sociocultural e histórico. A passagem da infância à maturidade, vivenciada como a ‘crise adolescente’, é um produto típico da nossa civilização” (COUTINHO, 2009).

Haja vista, que não tem uma única expressão de cultura jovem. Não há, pois, uniformidade nos padrões específicos de um jovem para outro e nem valores e comportamentos partilhados pelos grupos de adolescentes, podendo variar entre grupos (CAMPOS, 1987, p.38). O que coaduna com a reflexão de Outeiral (2008) quando diz que “apesar de ser possível verificar pontos comuns entre adolescentes, não há apenas uma, mas várias adolescências com experiências distintas porque, afinal, cada sujeito é

²⁵Caracterização em Erickson como moratória social, aquilo que vem anteriormente do período de trabalho.

único em sua individualidade”. É preciso assim, ressaltar a pluralidade de contextos, no sentido de que não é possível explicar a partir de uma, senão múltiplas realidades.

No desenrolar da adolescência, o indivíduo é particularmente vulnerável não só aos efeitos decorrentes das transformações biológicas ocorridas em seu corpo, mas também das mudanças sem precedentes, provocadas, no mundo moderno, pelo impacto das explosões demográficas, do processo científico, da tecnologia, das comunicações, das novas aspirações humanas e da rápida transformação social (CAMPOS, 1987, p.28).

Entende-se assim, o/a adolescente hoje como sujeito de direito integral, onde a família, escola e a comunidade aparecem como espaços de desenvolvimento social privilegiados para estes/as adolescentes. Cabe ressaltar que por comunidade estamos compreendendo *o lócus* das relações sociais, o que passa pelas oportunidades de vivenciar os direitos fundamentais²⁶. Para Coutinho (2009) a adolescência hoje é marcada por desafios na construção de projetos futuros, pela busca por novas maneiras de se relacionar amorosa e sexualmente e pelo envolvimento por vezes problemático com drogas e situações de violência.

Conforme Campos (1987, p.28) a sociedade cria todo um universo de regras, leis, costumes, tradições e práticas, visando perpetuar os valores comumente aceitos e enfrentar os problemas experimentados por todos os membros. Neste sentido as oportunidades de vida para os/as adolescentes referem-se não a uma existência abstrata, mas a ordem do concreto e simbólico, ou seja, que permeia, por exemplo, a oferta de serviços e oportunidades, e da capacidade real e subjetiva de acessá-las.

Para Barbosa (2012) é possível destacar a compreensão de juventude do ponto de vista sociológico, político e mercadológico. Do ponto de vista sociológico, os jovens são representados como agentes de mudança, de rebeldia social ou de liminaridade entre a infância e a vida adulta. Quanto do ponto de vista político, são descritos como engajados, alienados ou alternativos e pelo ponto de vista dos mercados, são a geração baby boomers, baby buster ou geração X, geração Y ou Millennials e Z.

Portanto, para compreendermos a adolescência é necessário o olhar atento as transformações sociais no cotidiano da sociedade. Dessa maneira, Coutinho (2009) reflete que, o que “marca a geração atual é a sua imersão na sociedade de consumo, centrada no presente e na posse de objetos e as influências das novas tecnologias, da

²⁶Compreendidos como o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, e os direitos sociais que compreendem o direito à saúde, educação, lazer, cultura, convivência comunitária entre outros dispostos no Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

mídia, do telefone celular e da Internet, que repercutem em várias dimensões da vida do jovem”. De modo a revelar a importância de compreender as práticas de consumo dos jovens para apreender sobre a diversidade de visões de mundo.

A diversidade de expressões de adolescências revela uma dinamicidade também refletida no Sistema Socioeducativo aos quais estão inseridos/as os/as adolescentes desta pesquisa. No entanto, não significa que os jovens em cumprimento de medida socioeducativa sejam divergentes do acúmulo teórico exposto. Mas sim, possuem uma vivência cotidiana no sistema socioeducativo que acaba por mediar e referenciar as suas interações.

Deste modo, no Sistema Socioeducativo ter ou não acompanhamento familiar resulta em um cotidiano e perspectivas distintas. Onde o olhar do poder judiciário se molda a partir das possibilidades de mobilização socioeconômica de romper o ciclo desencadeado pelo ato infracional. Onde a compreensão da equipe técnica multidisciplinar sobre a trajetória pode dar possibilidades distintas de funcionamento dentro do sistema socioeducativo. Há vivências distintas, ainda que os/as indivíduos se identifiquem enquanto adolescentes, parte de um grupo, vivenciando a adolescência no Sistema Socioeducativo, como é o caso dos/as adolescentes em cumprimento de semiliberdade. Portanto, a seguir será revelado e discutido alguns pontos que se interceptam a adolescência, que são a Sociedade de Risco e a violência, bem como a cultura de consumo.

SOCIEDADE DE RISCO E A VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO NA ADOLESCÊNCIA

*Quando, seu moço, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando não sei lhe explicar
 Fui assim levando, ele a me levar
 E na sua meninice, ele um dia me disse
 [...]*

*É o meu guri e ele chega
 Chega suado e veloz do batente
 Traz sempre um presente pra me encabular
 Tanta corrente de ouro, seu moço
 Que haja pescoço pra enfiar*

*Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
 Chave, caderneta, terço e patuá
 Um lenço e uma penca de documentos
 Pra finalmente eu me identificar
 [...]
 É o meu guri e ele chega
 Chega no morro com carregamento
 Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
 Rezo até ele chegar cá no alto
 Essa onda de assaltos está um horror
 Eu consolo ele, ele me consola
 Boto ele no colo pra ele me ninar
 De repente acordo, olho pro lado
 E o danado já foi trabalhar
 [...]
 É o meu guri e ele chega
 Chega estampado, manchete, retrato
 Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
 Eu não entendo essa gente, seu moço
 Fazendo alvoroço demais
 O guri no mato, acho que tá rindo
 Acho que tá lindo de papo pro ar
 Desde o começo eu não disse, seu moço!
 Ele disse que chegava lá
 Olha aí! Olha aí!
 Olha aí!
 Ai, o meu guri, olha aí!
 Olha aí! É o meu guri
 (O meu guri – Chico Buarque, 1981)*

Esse subtítulo pretende traçar uma contextualização para situar a Sociedade de Risco e a violência como fenômeno na adolescência com base na situação socioeconômica dos/as adolescentes brasileiros/as. Os atributos trazidos pela música *O meu guri* revelam características presentes não só naquele período (anos 1980), mas também, expõe a posição social da juventude atual de permanências históricas. O *guri* corresponde a uma trajetória e cotidiano recorrentes na vida real e ficção, a partir de personagens meninos/as como ele, alguns eternizados na história, em música ou no cinema nacional brasileiro como será possível observar no segundo capítulo dessa dissertação.

Diante disso, na obra “A ética é possível num mundo de consumidores?” que versa sobre os valores de liberdade e segurança na pós-modernidade Bauman ([1925] 2011, p.20) reflete que “em vez de seguir o caminho do progresso linear em direção a

mais liberdade e a mais segurança, podemos observar um movimento pendular: primeiro opressivo e firmemente no sentido de um dos valores; depois, afastamento de um e aproximação do outro”. De modo que, a sociedade vem se comportando em ciclos de ameaça à liberdade e a segurança traduzidos, por exemplo, pelo encarceramento em massa da população. Portanto, vamos abordar a Sociedade de Risco e violência não como ponto de partida, mas como desdobramentos de um processo em curso na Sociedade de Consumo.

Para a discussão de Sociedade de Risco vamos lidar com a concepção de Ulrich Beck (2010), sociólogo alemão que vai abordar as mudanças de uma sociedade industrial para uma sociedade baseada na concepção de ampliação dos riscos em meados do século XX. Pois, o autor fala em algo que seria a equalização dos riscos. Em uma sociedade pós-industrial onde a ciência, tecnologia e informação são tão integradas e assumem muitas características no dia-a-dia, “quando tudo se converte em ameaça, de certa forma nada mais é perigoso” (BECK, 2010, p. 43).

Isto é, quando não se tem a mesma rapidez para a neutralização dos problemas advindos dos avanços tecnológicos, dada a tamanha exposição dos sujeitos. Beck (2010) exemplifica essa situação em questões que vão desde o social, perpassando pela política e cultural. De modo a questionar essa corresponsabilidade na exposição dos sujeitos, seja individual ou coletiva. Nos apresentando as reflexões de que,

a indústria química produz resíduos tóxicos. O que fazer com eles? “Soluções”: aterros. Com a consequência: o problema do lixo vira um problema de mananciais. A partir dele, a indústria química e outras indústrias lucram através de “aditivos purificadores” para água potável. Quando a água potável começa a prejudicar a saúde das pessoas por conta desses aditivos, haverá medicamentos à disposição, cujos “efeitos colaterais latentes” poderão ser ao mesmo tempo contidos e prorrogados por um elaborado sistema de assistência médica. Surgem dessa forma séries de solução-geração de problemas, que invariavelmente confirmam a “fábula” dos efeitos colaterais imprevistos (BECK, 2010, p. 271).

Quanto a responsabilidade social, as mudanças nas formas de se relacionar socialmente acabam por impactar as instituições. Beck (2010) aponta que a família é uma dessas instituições e vem passando ao longo do tempo por um processo de destradicionalização que acaba por repercutir em outras esferas. “A família tende a tornar-se um malabarismo constante com desgastantes ambições de multiplicação entre demandas profissionais, obrigações educacionais, cuidados com as crianças e a monotonia do trabalho doméstico” (BECK, 2010, p. 115). Logo, Beck (2010, p.115)

sinaliza que “surge o modelo de família negociada em longo prazo, na qual posições individuais autonomizadas assumem, até nova ordem, um controverso acordo de metas para regular o intercâmbio emocional” (p. 115). De modo, que a ausência familiar vem sendo responsabilizada por problemáticas sociais quando na verdade é a lógica de produção e reprodução da vida que vem sendo baseada no risco.

Nos processos de reestruturação e recomposição do capitalismo contemporâneo, cada vez mais complexo e global, temos o fenômeno da reestruturação produtiva, da reforma do Estado, da globalização da produção e dos mercados e da expansão do capital transnacionalizado, condensado, entre diversos aspectos, um novo tratamento para a “questão social²⁷” (MALTA, 2007, p.152).

Neste sentido, trazer para o diálogo a questão social na discussão, sugere a contextualização do cotidiano das relações sociais. Que afeta a juventude principalmente no que tange a projeção de futuro e nas definições das posições sociais. No entanto, dada à complexidade dos contextos é preciso o ajuste de lentes na observação dessa dinâmica cotidiana sob a ótica da totalidade, que para Santos (2006) “é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens [seres humanos], em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento”. Sobre essas relações, temos as relações sociais, Malta (2007, p. 151) caracteriza a “nova questão social” “pelo descompasso que se instala entre as manifestações da pobreza e das desigualdades, precarização do trabalho e das lutas pelas garantias e direitos sociais, o princípio da “coesão social” pela via do Estado Social e a degradação do tecido social²⁸”.

Portanto, para refletir o contexto da violência o cenário será o cotidiano e a partir dele como é que os/as adolescentes acabam neste ciclo. Sales (2007, p. 21-22) aponta que

a situação de crianças e adolescentes no Brasil coincide, com expressões agudas da violência social²⁹, a compor um paradoxal quadro de invisibilidade

²⁷ Para Yamamoto (2001, p.17) apud Carvalho (2010, p. 29-30) está ligada à emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, especialmente exigindo o reconhecimento como classe, pelos representantes do poder, em especial, do próprio Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais em questão.

²⁸No centro das preocupações e com uma abordagem social-democrata, as teses de Castel e Rosavallon oferecem um amplo quadro analítico tomando como ponto de partida a constituição da sociedade salarial e do Estado Providência na realidade francesa (MALTA, 2007, p.152).

²⁹ Para Minayo (1994); Telles (2001) apud Sales (2007, p.21) é uma categoria que envolve questões como a desigualdade, o desemprego, a precarização do trabalho, a degradação das condições de vida, a

social desse amplo segmento – conivente com a reprodução de condições socioeconômicas geradoras e/ou perpetradoras da iniquidade social – somente rompido em momentos de crise, conflito e violência extrema, sofrida ou praticada por eles/as.

Em síntese, observa-se uma série de violações de direitos cotidianos, aos indivíduos e as famílias brasileiras. Como exemplo deste cenário, tem a história do garoto Pixote retratado pelo cinema em 1980 com o filme *Pixote - A lei do mais fraco*³⁰ do diretor Hector Babenco. Onde foi apresentado em cena a discussão da ineficiência do Estado para com a proteção de crianças e adolescentes sob sua jurisdição, que coaduna com a vida real do adolescente Fernando Ramos da Silva (12 anos) que atuou enquanto Pixote e teve a sua história em simbiose com a de sua personagem. Fernando morava com sua mãe e mais nove irmãos, em um bairro periférico da cidade de São Paulo (Diadema) na década de 1980, com altos índices de violência, ausência de equipamentos de proteção como escolas, praças, posto de saúde entre outras questões, envolvendo habitação e estrutura. Estavam inseridos em um contexto de inúmeras inseguranças, carências e pobreza em seu território. Tal situação fez de Fernando alvo do tráfico de drogas enquanto ação de grupos organizados em atos ilícitos.

Surge a oportunidade de fazer o filme em questão. Porém, o contexto histórico e a visão social sobre a infância e juventude da época, que compreendiam a produção do filme como alternativa para uma nova realidade não foi suficiente. Fernando sofreu com a falta de proteção, não só diante da sociedade e do Estado como da própria mídia em processos de estigmatização, aos 19 anos foi morto a tiros pela polícia em uma busca por assaltantes onde morava no ano de 1987.

incivilidade, a alienação no trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo, dentre outras.

³⁰ O filme conta a história de Pixote, um menino de 11 anos que vê os seus sonhos serem desconstruídos por um capitalismo selvagem. Não conheceu os seus pais e tem em sua trajetória o encarcerado na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) por cometer atos contraventores, presenciar estupros, corrupção, tráfico, assassinatos e espancamentos na instituição (BRAUNS, 2017). De acordo com Miranda (2014, p.142) a história de Pixote foi construída por José Loureiro, jornalista e literato que viveu na capital fluminense, e a partir de sua experiência na cobertura do conflito vivido entre adolescentes e policiais, na cidade mineira de Camanducaia, decidiu escrever a obra *Infância dos Mortos*, publicada em 1977. A obra serviu de inspiração para produção do filme *Pixote: a lei do mais fraco*, de Hector Babenco, ganhador de vários prêmios internacionais e que trouxe à baila o problema das crianças e dos adolescentes que viviam em conflito com a lei. Ver: LOUZEIRO, José. **Infância dos mortos (Pixote)**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

A discussão sobre a institucionalização de crianças e adolescentes também surge apresentado mais recentemente através de *O contador de histórias* (2009)³¹. Apesar dos cotidianos complexos de meninos e meninas Pixotes ou Guris, a figura da mulher é a principal responsabilizada, principalmente pelo senso comum. Sendo assim, a conexão estabelecida entre a criança e/ou adolescente e a mulher, desde o Brasil escravista, direciona a responsabilização do cuidado e do futuro à figura feminina.

No Brasil contemporâneo é necessário fazer essa reflexão, principalmente no que concerne ao desenvolvimento das políticas públicas sociais que venham a responsabilizar única e exclusivamente a mulher. A história de Roberto Carlos Ramos “O contador de história” aborda justamente essa relação. No filme a mãe por se sentir responsável por viabilizar um futuro melhor ao menino, é a mão que o conduz no caminho para a internação na FEBEM, aos seis anos de idade. Na verdade, ela esperava um futuro diferente para um de seus dez filhos. Roberto Carlos Ramos foi o filho escolhido, para que sob a tutela do Estado pudesse ter o cuidado esperado.

O discurso apresentado no filme reforçava a incapacidade da família pobre, que de forma autônoma não produziria as condições necessárias para seus/suas filhos/as romperem o ciclo da pobreza através da educação. Médicos, advogados ou engenheiros, no caso das famílias pobres, poderiam ser formados pelo Estado, através da FEBEM (que inclusive foi lema de propaganda na época), que aparece como local de proteção e de desenvolvimento socioeconômico.

Os/As adolescentes atuais em cumprimento de medida socioeducativa também estão inseridos nesse cotidiano complexo, vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social que o Mapa da Violência evidencia. O cenário revelado pelo Mapa da Violência cria identificação deste campo com outros, diretamente vinculados a este, com destaque para a violência contra a juventude negra. A violência comprovadamente tem endereço e ocorre principalmente nas periferias brasileiras e possui índices comparáveis a uma situação de guerra.

De acordo com Waiselfisz (2014) no Mapa da Violência de 2014 em edição especial sobre a juventude, os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. E esse dado segue

³¹Filme do diretor Luiz Vilaça, que conta a história de Roberto Carlos Ramos o contador de histórias, garoto pobre de seis anos de idade, de Belo Horizonte que na década de 70 tem sua trajetória vinculada a Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM) (PETROF, 2015).

em destaque até o último Mapa da Violência que é o de 2018. Dados do Sistema de informação e Monitoramento/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino (WAISELFISZ, 2014). O quadro 1, detalha a evolução histórica da mortalidade por causas violentas, focando adolescentes de 16 e 17 anos de idade.

Quadro 1. Número, taxas (por 100 mil) e participação (%) na mortalidade de adolescentes de 16 e 17 anos, segundo causa. Brasil. 1980/2013

Ano	Número de óbitos			Taxas (por 100 mil)			Participação %		
	Transporte	Suicídio	Homicídio	Transporte	Suicídio	Homicídio	Transporte	Suicídio	Homicídio
1980	661	156	506	11,9	2,8	9,1	12,7	3,0	9,7
1985	800	121	901	13,8	2,1	15,5	14,5	2,2	16,3
1990	860	139	1583	14,3	2,3	26,2	14,0	2,3	25,8
1995	1053	194	1898	15,8	2,9	28,4	15,4	2,8	27,8
2000	955	195	2719	13,3	2,7	37,9	13,3	2,7	37,8
2005	1040	222	2870	13,4	2,9	36,8	14,6	3,1	40,3
2010	1101	205	3033	16,2	3,0	44,7	15,5	2,9	42,8
2013	1136	282	3749	16,4	4,1	54,1	13,9	3,5	46,0
Δ% 80/13	71,9	80,8	640,9	38,3	45,5	496,4	9,7	15,4	372,9

Fonte: (WAISELFISZ, 2015 p.17)

É essa a faixa etária que puxa para cima os dados do conjunto de crianças e adolescentes, fundamentalmente no quesito homicídios. De acordo com a apresentação no Mapa da Violência (2015) efetivamente, nos quantitativos da faixa etária de 16 e 17 anos de idade, no primeiro bloco do quadro: os acidentes de transporte passam de 661, em 1980, para 1.136, em 2013, o que representa um aumento de 71,9%; os suicídios, de 156 para 282, representando um aumento de 80,8%; os homicídios passam de 506 para 3.749, resultando num aumento de 640,9%.

Observamos nas taxas o mesmo fenômeno da centralidade dos homicídios no incremento histórico da mortalidade na faixa etária dos 16 e 17 anos de idade, descontado, dos números brutos, o efeito do aumento da população. “Neste caso, o crescimento dos acidentes de transporte no período 1980/2013 foi de 38,3%; o dos

suicídios, de 45,5%; o dos homicídios, de 496,4%, praticamente sextuplicando a taxa no período” (WASELFISZ, 2015 p.17).

Como é possível verificar no quadro 2

Quadro 2. Número de atendimento de crianças e adolescentes de < 1 a 17 anos por violência segundo UF/região. Brasil. 2014

UF/região	Física	Psicológica	Tortura	Sexual	Financeira	Negligência Abandono	Trabalho infantil	Outras	Total
Acre	155	80	22	537	1	13	4	19	831
Amapá	85	18	6	74	0	2	0	8	193
Amazonas	651	653	58	1.053	17	210	4	37	2.683
Pará	859	906	136	1.500	9	157	15	26	3.608
Rondônia	106	65	16	108	3	14	1	4	317
Roraima	205	65	23	145	0	26	1	5	470
Tocantins	480	272	36	536	2	163	3	94	1.586
Norte	2.541	2.059	297	3.953	32	585	28	193	9.688
Alagoas	772	110	21	144	3	27	3	102	1.182
Bahia	1.588	486	68	786	17	140	19	112	3.216
Ceará	774	214	22	378	3	923	24	84	2.422
Maranhão	343	113	17	168	6	205	3	24	879
Paraíba	443	127	16	154	2	328	1	9	1.080
Pernambuco	2.177	400	64	1.050	19	1.325	7	144	5.186
Piauí	302	115	22	404	5	261	1	53	1.163
Rio Grande do Norte	486	104	21	104	1	39	0	12	767
Sergipe	154	93	4	256	3	149	4	8	671
Nordeste	7.039	1.762	255	3.444	59	3.397	62	548	16.566
Espírito Santo	543	162	22	363	3	107	1	140	1.341
Minas Gerais	6.272	2.368	233	2.051	34	685	39	612	12.294
Rio de Janeiro	2.635	1.431	137	1.170	32	2.753	41	1.086	9.285
São Paulo	5.904	1.908	188	3.002	46	2.153	171	656	14.028
Sudeste	15.354	5.869	580	6.586	115	5.698	252	2.494	36.948
Paraná	3.079	1.964	85	1.725	42	5.471	178	346	12.890
Rio Grande do Sul	2.584	1.733	113	1.552	33	2.597	49	371	9.032
Santa Catarina	1.370	545	71	763	26	1.226	6	143	4.150
Sul	7.033	4.242	269	4.040	101	9.294	233	860	26.072
Distrito Federal	343	191	27	558	16	294	7	36	1.472
Goiás	960	278	46	480	1	617	19	74	2.475
Mato Grosso	338	193	37	255	4	60	5	112	1.004
Mato Grosso do Sul	1.039	321	25	386	16	1.770	19	175	3.751
Centro-Oeste	2.680	983	135	1.679	37	2.741	50	397	8.702
BRASIL	34.647	14.915	1.536	19.702	344	21.715	625	4.492	97.976

Fonte: (WASELFISZ, 2015 p. 116)

Os homicídios, no caso de jovens de 16 e 17 anos de idade, representam, quase a metade da mortalidade nessa faixa etária e, pelo que é possível observar na sequência histórica, a tendência é aumentar mais ainda no futuro. Na contramão da realidade, inclusive a do Brasil, onde a história recente marca decisivos avanços na esperança de vida da população, ao observar a evolução da violência homicida na faixa de 16 e 17 anos de idade, as previsões são sombrias e preocupantes. Se não houver mediação de ações concretas que possibilitem a reversão desse quadro, deveremos ter um crescimento significativo e contínuo da violência homicida nessa faixa etária. (WASELFISZ, 2015 p.18)

No Mapa da Violência (2016) em edição especial sobre homicídios por armas de fogo, os jovens de 15 a 29 anos de idade representavam, aproximadamente, 26% da população total do país no período analisado. Mas a participação juvenil no total de HAF (homicídios por arma de fogo) mais que duplica o peso demográfico dos jovens: 58% (WAISELFISZ, 2016). De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra (Atlas da violência, 2017 p. 30).

Em Pernambuco no ano de 2017 foram “199 assassinatos de crianças e adolescentes de um total de 2.038 mortes registradas no período, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS)” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017). De modo que não apenas a situação de mortes se coloca como violações, mas também, “outros 480 sobreviventes dessa ‘guerra’ terminaram encaminhados para as unidades da FUNASE (Fundação Nacional de Atendimento Socioeducativo) nos dois primeiros meses do ano de 2017 no Estado de Pernambuco” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017). Com isso, é possível refletirmos que o Estado se apresenta muitas vezes como violador dos direitos dos indivíduos, com destaque para os/as adolescentes e que é preciso conhecer os seus dispositivos de promoção, proteção e garantia de direitos.

A violência avulta como produto da cidadania escassa no Brasil – a qual se traduz como modalidade histórica de inscrição sócio étnica subalternizada de vários grupos e segmentos sociais na divisão social repartição de riquezas do país, caso da maioria das crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras, configurando lhes um acesso precário e intermitente aos direitos sociais – e coloca-se como desafio à democracia e à criação de um verdadeiro estatuto para os direitos civis: uma realidade a qual ninguém pode permanecer indiferente (SALES, 2007, p. 48).

Por esse ângulo, Sales (2007, p.38) indica que “o papel do Estado, reduzido ao mínimo, passa a ser justificado pela realidade da insegurança que ronda a propriedade”. Isto é, a insegurança passa a ser colocada em voga principalmente porque o Estado é que se responsabiliza pela garantia da propriedade privada, importante moeda para o capital. Logo, “o Estado moderno é impensável sem o capital – seu real fundamento –, e este, por sua vez tem no Estado o seu complemento necessário” (ANTUNES, 2002 apud SALES, 2007, p.38). Pois, conforme destaca Sales (2007, p.39) segurança para a burguesia significa “garantia da propriedade privada, manutenção da paz e da ordem, necessárias ao processo de produção e acumulação”.

A violência é, pois, manifestação do poder, expressão de como as relações sociais estão organizadas, de como o capitalismo se engendrou e se perpetua no país. É exploração, opressão e dominação, mas não é somente força pura (SALES, 2007, p.59). Visto que, “a sociedade brasileira desponta, assim, historicamente eivada pela lógica da privatização selvagem, em que o familialismo, as oligarquias, e os favores têm, desde a Colônia, dado a tônica no projeto nacional” (DA MATTA, 1987; COSTA, 1989; CHAUI, 1994; E SCHWARZ, 1990). Por cultura de violência, entendemos, portanto, uma sociabilidade que valoriza o recurso histórico e atual do emprego da violência para a solução de conflitos (SALES, 2007, p.59-60). De modo que

trabalhar a violência no universo da juventude, em todo o contexto de transformações existentes, obriga analisar a relevância da violência na “produção de mentalidades, padrões de sociabilidade, efeitos na esfera pública e privada” e seus enraizamentos em diferenciadas instituições, como família, escola e Estado (CARVALHO, 2010, p.45).

Sendo assim, crianças e adolescentes consistem num dos segmentos sociais que mais exprimem o estado de cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil de acordo com Sales (2007, p. 90). Ainda em conformidade com Sales (2007, p. 90) as crianças e adolescentes alvos de uma violência social expressa na falta de projetos de vida, no desemprego, nas dificuldades de acesso a serviços públicos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer de qualidade e que se traduzem no que Verríssimo (1999) qualifica de negligência planejada.

CULTURA DO CONSUMO COM RECORTE GERACIONAL NA ADOLESCÊNCIA

*Cyclone não é marca de ladrão é a moda do ghetto
mas com toda discriminação eu imponho respeito*

*Cap pro lado camiseta e bermudão, Cyclone vou de cyclone
É de cyclone vou de cyclone
Se tem adidas, billabong, seaway, mahalo
E Nike maresia, fido dido e a bruxa
Se tem adidas, billabong, seaway, mahalo
E Nike maresia, fido dido, hang lose*

*E a moda é descer de cyclone
O de varney na cara e kenner no pé
O de varney na cara e kenner no pé olha o rap,*

*olha o rap Cyclone não é marca de ladrão é a
Moda do ghetto mais com toda discriminação eu ponho respeito
(Cyclone - A Bronkka, 2011)*

Para Santos, Ferreira e Gouveia (2004) a adolescência é uma criação histórica recente, pós-segunda guerra mundial, que surge como estratégia de criar mais um grupo para consumo, estimulando para o progresso econômico³². A adolescência é, portanto, destaque enquanto um período de transição biopsicossocial, de criação sociocultural para atender demandas do modo de produção capitalista em consonância com o poder midiático.

Os/As adolescentes são um público muito almejado pelas marcas na Sociedade de Consumo, essa parcela do mercado consumidor é uma fonte de dinheiro para diversas companhias. Em estudo feito pelo Goldman Sachs em parceria com a revista Teen Vogue mostrou que as marcas favoritas da geração *millenium* (aqueles nascidos entre 1980 e 2000), produziram o "Índice de Afinidade das Marcas 2013", eles possuem uma renda mais baixa e estão menos inclinados a usar o cartão de crédito, formando, assim, um grupo de criteriosos consumidores – de acordo com o estudo.

Os veículos de comunicação usam a principal característica do adolescente (se sentir aceito) para explorarem a vontade de consumo na adolescência³³. Em notícia do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa) nacional no ano de 2015 os adolescentes são apontados como segmento específico e importante do mercado. Principalmente pelas transformações que a sociedade vem passando e também porque influenciam outros públicos consumidores. O Sebrae destaca algumas características para substanciar tais afirmativas, são elas:

amadurecem mais cedo –as meninas estão menstruando mais cedo – atualmente, entre 12 e 13 anos, contra 14 e 15, há 10 anos; Geração shopping - Ponto de encontro, diversão, alimentação etc; Ligados à família - Adolescentes e até mesmo adultos permanecem com seus pais em casa por muito mais tempo; Globalizados - Por meio da Internet, falam com o mundo, compram de fornecedores internacionais, acompanham as tendências globais; Preocupados com o futuro - Já existem planos de aposentadoria feitos especialmente para crianças e adolescentes; Perseguem novidades -Buscam inovações e lançamentos e influentes -Decidem suas compras desde os sete

³² Para a influência da Comunicação de Massa ver Rocha (1995) e Lipovetsky (2011).

³³ Como é possível observar na pesquisa consumo adolescente: construindo a identidade de jovens brasileiras, realizadas com adolescentes de 12 a 17 anos tomando como pressuposto a influência do consumo sob tal fenômeno. Os principais influenciadores encontrados a partir dos depoimentos das informantes foram divididos em: Classe Social, Família, Grupos de Pares, Mídia e Instituições de Ensino como aspectos relevantes da cultura de consumo das adolescentes e conseqüentemente na construção de sua identidade (CARVALHO; QUEIROZ; BERGAMO, 2017).

anos. Além disso, são fortes influenciadores nas decisões de compras dos pais (SEBRAE, 2015).

De modo que, ocorre um estímulo diário de busca pelo cotidiano ideal a ser seguido que é produzido e reproduzido pela mídia e acabam por influenciar nas relações entre os indivíduos. Só estou na moda se tiver determinada marca de roupa, se frequentar um tipo específico de lugar, só tenho um celular se ele for o de certa marca entre outros. Sendo assim, o cotidiano é por isso muitas vezes, caracterizado por relações de consumo fundamentado a partir de relações subjetivas e de poder. É possível observar a construção da sociedade baseada em redes simbólicas com os produtos ou serviços oferecidos por esse sistema, onde a concepção dessas relações também se dá como resultado a maneira como este indivíduo se relaciona socialmente para como seus pares³⁴ exemplificado na letra da música *Cyclone* que inicia esse subtítulo.

Historicamente, observa-se que o ato de consumir se encontra como uma das atividades mais antigas dos seres humanos, com discussão que remonta para bem antes de uma organização social nos moldes de hoje. A relação com a natureza, na perspectiva de extração do que é pertinente para a subsistência vai demarcar inicialmente essa relação, assim como expõe Karl Marx.

Marx (1867) também reflete sobre a mercadoria e apresenta que “o valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1867 p. 58). Isto é, determinado objeto ou serviço não vai obter o mesmo status sempre e de modo estático, vão ser atribuídos a eles valores gradativos conforme tempo e espaço. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social (MARX, 1867 p. 58). Ou seja, mesmo antes do processo capitalista os seres humanos já se preocupavam, na medida de conferir sentido, apreendido como sentido social, aos objetos e as relações interpessoais.

Barbosa (2004, p.13), destaca que o consumo é central no processo de reprodução social de qualquer sociedade. Assim, as atividades mais triviais e cotidianas “reproduzem e estabelecem mediações entre estruturas de significado e o fluxo da vida social através das quais identidades, relações e instituições sociais são formadas, mantidas e mudadas ao longo do tempo” (BARBOSA, 2004). Diante disso, Dejeux

³⁴ DOUGLAS, M.& ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma Antropologia do consumo. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

(2011 [2006], p. 76) reflete que o consumo é um “fenômeno ambivalente que produz tanto violência quanto sociabilidade, tanto um imaginário "messiânico" que anuncia um mundo ideal sobre a terra quanto um imaginário apocalíptico que se projeta num mundo de infelicidade”.

O fluxo cotidiano das relações sociais compreende uma realidade fundamentada historicamente na desigualdade social. Onde, para Cardoso (2010, p.15) na ordem capitalista, a desigualdade, “é condição mesma de existência e funcionamento das estruturas sociais de produção, distribuição e consumo”. Sendo assim, constitutivo do cotidiano social e da reprodução social, o que vem a caracterizar a lógica de sentido da desigualdade. Logo, os grupos sociais hegemônicos se utilizam da ciência, mídia e informação cotidianamente, para produção não apenas de sentido, mas de relações assimétricas e hierárquicas na sociedade. Sobretudo, se não são “percebidas como tais, e se o ordenamento social produz justificativas que as legitimam como a ordem natural do mundo e não, como desigualdades” (CARDOSO, 2010, p. 26).

Neste contexto de desigualdade, Sales (2007, p. 24) chama atenção que

as estratégias de sobrevivência mobilizadas por crianças e adolescentes expulsos ou compelidos à fuga do ambiente familiar só vão, portanto, ganhar alguma densidade quando começam a se transformar em práticas lesivas ao patrimônio público, desenvolvidas por bandos e galeras de crianças e adolescentes que *erram* cidade e país afora no capitalismo periférico, procedendo à incômoda ocupação de ruas, praças e calçadas (SALES, 2007, p. 24).

Como exemplo da trajetória de desvinculações e a influência do consumo, o trabalho de dissertação intitulado “*Cada um escolhe porque tem um motivo, uma razão, uma circunstância: a produção de sentidos de jovens em conflito com a lei sobre a criminalidade*” apresentou como resultado que a vinculação com o crime perpassa questões que envolvem o consumo de drogas, o desejo de poder, o acesso à rua, circunstâncias familiares e o consumismo. “No tocante aos aspectos que possibilitam/dificultam a desvinculação dos jovens com a prática infracional, suas produções discursivas foram norteadas a partir da discussão sobre a medida socioeducativa, a escola, a família e suas perspectivas de projetos de vida” (FERREIRA, 2016).

Por conseguinte, o cotidiano “é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens [e mulheres] singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social” (NETO; CARVALHO, 2000). Onde, as atividades

da vida cotidiana são contextualizadas enquanto produção e reprodução social, contemplando as dimensões individuais e coletivas desses sujeitos.

A exposição à vulnerabilidades sociais, constitui fator de risco que compõem e caracteriza a sociedade enquanto uma Sociedade de Risco. Vivemos em um momento de transformação da sociedade, onde ela é “caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens” (BECK, 2010). Pois, conforme Beck (2010) a “sociedade de risco é também a sociedade da ciência, da mídia e da informação”, onde ao passo que produz avanços e riquezas, desencadeia uma série de fatores contraditórios, elencados por exemplo como problemáticas sociais e catástrofes ambientais.

O consumo caracterizado aqui a partir das relações subjetivas e objetivas de abstração das potencialidades sociais, ultrapassa o sentido de simples aquisição de um bem ou/e de um serviço. O ato de consumir ganha sentido, é dotado de organicidade sociocultural, quando o sujeito se apropria de signos valorativos em seu cotidiano (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004). O mercado de produção por sua vez e a indústria midiática se apropria desse contexto, desperta as necessidades e fundamenta sua criação, conforme teoria elaborada por Campbell (2006) e Maslow, respectivamente. Na pesquisa “Adolescentes e Periféricos: Trajetórias do Cotidiano em uma Sociedade de Risco” realizada com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade o consumo ganha tangibilidade na

utilização de marcas, onde é recorrente o aparecimento de marcas como: Seaway, Cyclone, Quilquisilver, Nike, Adidas, Maresia entre outras, que representam o ingresso em determinado grupo, e são símbolos de poder, ou como é abordado atualmente, símbolos de “ostentação”³⁵ (MARINHO; FERNANDES, 2015, p.36).

Foi identificado que as marcas utilizadas comunicavam aos adolescentes estilos de vida credenciados a pessoas de referência para eles/as, seja o/a famoso/a Mc ou até mesmo o/a traficante do bairro. Para essa discussão, compreendemos que o Grant MacCracken (2012) em seu livro *Cultura & Consumo II: Mercados, significados e gerenciamento de marcas* é fundamental, visto que sua obra foi produto de uma

³⁵Aqui a ostentação surge como movimento relacionado ao gênero funk ostentação, liderado por jovens da periferia, iniciado na baixada santista, logo ganhou força na capital paulista a partir de 2008, com músicas sobre o consumo, carros, bebidas, roupas, mulheres e homens.

trajetória acadêmica com o esforço de tentar compreender os bens de consumo na criação e atribuição de significados públicos e privados no cotidiano dos indivíduos.

O livro se organiza em sete partes, compreendidas entre: introdução onde MacCracken (2012) traz as superficialidades usuais sobre a sociedade de consumo; na segunda discute que no referente ao lar, os/as consumidores/as não agem como atores econômicos racionais. Revelando a partir da teoria de Drew Bledsoe que se apresentam enquanto sujeitos que sofrem sim interferência, e seria a cultura responsável por “moldar” a geração de sentidos; na terceira parte apresentam-se como automóveis e aborda as questões que correlacionam à vida real com a atribuição e produção de valor cultural dos carros.

Na quarta parte do livro têm-se as celebridades e o seu papel de mediadoras no processo de construção de sentido dos significados na Sociedade de Consumo, principalmente quando fala em reeditar, estabelecer novos significados, onde o sistema comercial aparece como plano de fundo; a quinta parte intitulada de museus problematiza o objeto curatorial e o poder destes objetos, apontando aspectos mais práticos de gerenciamento de significados culturais; na sexta parte, a publicidade é o cerne da questão, na verdade a sua relação imbricada por processos que estabelecem atribuição de valor aos bens e serviços na sociedade, promovendo sentido. Por fim, MacCracken (2012) apresenta o Marketing como o produtor de ideias, resultando em produtos e serviços, onde as marcas podem através de artifícios como o endossamento de celebridades estabelecer o processo do percurso do valor.

A quarta parte do livro - celebridades – discute sobre a criação de figuras midiáticas que a partir de determinadas performances (consolidadas com adventos como: plástica, estabelecimento de novas trajetórias e criação de trejeitos) acabam por criar um “modelo”. Essa produção apresenta a criação de um estilo de ver e se aperceber-se neste “modelo”. A autoinvenção surge pela articulação desses recursos que implicam a performance, a partir disso, conecta-se a autoinvenção como dom da natureza estabelecendo assim, o sentido criado e o que o “outro” faz com este sentido, deste modo, significam em persona e self inventado.

Diante de tal construção para a significação as celebridades aparecem como mediadoras do processo de endosso, que, por conseguinte cria/recria significados. Dentro desta lógica a Sociedade de Consumo implica não apenas essas relações de influencias de celebridades-produto-consumidor/a, mas consiste no próprio processo de

endosso por possuir propriedades simbólicas que são constitutivas dos bens de consumo. “A celebridade endossada é definida como qualquer indivíduo que aproveita o reconhecimento público e que usa esse reconhecimento em nome de um bem de consumo ao aparecer como ele em um anúncio (MACCRACKEN, 2012, p. 109). Ou seja, observa-se um mercado que utiliza modelos de fonte de credibilidade/ atratividade para persuadir o/a consumidor/a pelo advento dos anúncios.

Esse tal modelo de atratividade desmorona-se por aparecer limitado quando na verdade aponta que o/a consumidor gosta de determinada marca/produto, mas não explica o porquê e não considera as diferenças simbólicas e comunicacionais. Isto é, MacCracken (2012) aponta para a contribuição na construção de sentidos pela cultura e que não é algo pré-moldado ou formatado. Na verdade não é concreto, se dá na formulação e na dinâmica de interação dos indivíduos com os mais variados aspectos culturais, além de ser histórico, político e contextualizado.

Portanto, MacCracken (2012) nos mostra a interação e linhas tênues de influência e correlação do marketing, publicidade e celebridades na construção de aspectos culturais que vão ser estabelecidos como modelo na sociedade. No entanto, chama atenção para a emergência dos contextos e de se avaliar as várias possibilidades de influências e a dinâmica não só do processo de endosso, mas também de movimentação dos significados, importantes para a atribuição de valor e a compreensão de fenômenos que compreendem as práticas de consumo. Principalmente quando se estuda ao que remeta a estilo de vida e modos de vidas, ou seja, um sujeito que influenciado irá estabelecer performance em uma sociedade onde os bens de consumo não apreendem um único significado e muito menos precisam ser o mesmo.

A partir disso, é possível constituir o poder da mídia para essa modalização, a televisão como importante símbolo de transmissão de ideologias, um dos mais “democráticos” (do ponto de vista à acessibilidade) e presentes na atualidade apesar da grande influência da internet. E essa característica ocorre principalmente pela facilidade do acesso a essas mídias, com destaque para as políticas de crédito do mercado. Onde para Lipovetsky (2011)

a abundância do consumo ocidental representa um sonho para quase todos os homens, erigindo-se como uma aspiração generalizada, um ideal de vida de dimensão universal. Em nossos países, até os mais desprovidos de recurso interiorizam os valores consumistas e tornaram-se mais ou menos hiperconsumidores, particularmente de imagens e mídias (LIPOVETSKY, 2011 p. 19).

Corroborando para que essa influência seja exercida principalmente sobre os/as adolescentes, sem o contexto de reflexão sobre o processo de consumo com o distanciamento necessário para compreendê-lo, já que nesta fase se acredita dominar todas as situações e os fatos são intensificados. Do ponto de vista de Don Slater (2002, p. 40), “o consumidor é uma personagem esquizóide no pensamento moderno. Pode ser manipulado na direção de um conformismo infantil massificado por astutos produtores de larga escala”. Ainda nessa perspectiva de interferência, a televisão é parte da cultura contemporânea que articula um complexo jogo no qual tenta dominar e incorporar o espectador, tendo a vida social como tecido dessa articulação a conformar seus produtos. Assim como a internet e o fenômeno dos/as influenciadores/as digitais.

Na pesquisa “*Adolescentes e Periféricos: Trajetórias do Cotidiano e Marcas da Cultura do Consumo*” realizada com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação Marinho e Uchôa (2014) apontam que nos Centros de Atendimento Socioeducativos (CASES) ocorre a proibição de marcas de vestuário com o objetivo de inibir situações de disputa entre os/as adolescentes. Onde foi possível observar na fala dos profissionais do CASE essa contradição, de compreender que os produtos consumidos faziam sentido para os adolescentes, no entanto, eram proibidos sob a justificativa de manter a tranquilidade entre os adolescente,

“A maioria dos adolescentes estão aqui por conta do tráfico de drogas, eles traficam para compra as roupas, o tênis, o boné [...] quando os adolescentes chegam aqui, ficam agressivos porque a primeira coisa que fazemos é tirar a bermuda de marca e tênis de marca” (MARINHO, UCHÔA, 2014, p.39).

À vista disso, o consumo na reprodução social de qualquer sociedade assume: as atividades mais cotidianas “reproduzem e estabelecem mediações entre estruturas de significado e o fluxo da vida social através das quais identidades, relações e instituições sociais são: formadas, mantidas e mudadas ao longo do tempo” (BARBOSA, 2004, p. 13). As características e representações do que é ser jovem a partir da cultura do consumo repercute principalmente porque “não se pode distanciar da compreensão dos indivíduos dentro de um Sistema Capitalista de produção, que, por vezes, mercantiliza as relações sociais” (BAUMAN, 2008).

Em pesquisa realizada em 2010 pelo PROCON/SP em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes (ILANUD- Brasil) buscou-se identificar as implicações do consumo, violência e juventude com adolescentes de 13 a 18 anos em municípios de São Paulo,

com a especificidade de 3 grupos de amostras (adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, adolescente de alta vulnerabilidade social e de baixa vulnerabilidade social). Como um dos resultados dessa pesquisa, surge um relatório que aponta quando os adolescentes foram questionados a respeito das motivações para a prática do ato infracional pelo qual foram acusados, quase metade deles revela que por questões relacionadas aos bens de consumo como justificativas (48%). Quando questionados sobre o que comprariam, independente do preço, mais de 1/3 demonstra vontade de ter um carro ou moto e 77% apontou o trabalho como forma de concretizar este desejo. As práticas infracionais aparecem com pequeno percentual (4%) (PROCON/SP; ILANUD, 2010).

No entanto, o consumo não é uma expressão única e exclusivamente de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, mas assume caracterizações neste período que precisam ser refletidas. Assim como, no fenômeno dos rolezinhos, que são encontros programados a partir das redes sociais, reunindo centenas (ou milhares) de jovens³⁶, com significativa presença de adolescentes, dirigindo-se aos shoppings centers. Os participantes desses encontros são das periferias das cidades. Ao chegarem aos centros comerciais, eles passeavam pelos corredores e praças de alimentação, paqueravam, tiravam fotos, cantavam e executavam alguns “passinhos” utilizados nos bailes funk.

Os encontros ‘rolezinhos’ começaram a ser chamados por MC’s (Mestres de Cerimônia – quem realiza a abertura do baile funk ou se apresenta)³⁷, após surgir um projeto de lei na Câmara dos Vereadores de São Paulo que pretendia proibir a realização de bailes funk na cidade. O projeto foi vetado pelo então prefeito na época Fernando Haddad (2012), mas o fenômeno não cessou (Agência F.biz, 2014).

A maioria dos ‘rolezeiros’ (gíria que reconhece os participantes da ação) vestem-se com roupas de grifes famosas (*Hollister, John John, Adidas, Chandon, Hyundi, Melissa, Quiksilver, Johnnie Walker, Apple, Lacoste, Vitoria’s Secret*, entre

³⁶Em dezembro de 2013, o encontro de jovens atingiu seu possível ápice e virou pauta na mídia mundial. A ação da Polícia Militar para dispersar os 6.000 participantes concentrados no Shopping Metrô Itaquera (São Paulo) colocou o assunto na televisão, nos jornais e na mesa dos administradores dos Shoppings Centers (Agência F.biz, 2014).

³⁷“Você vale o que tem.” essa música de MC Guimê pode resumir bem o que está por trás do polêmico rolezinho: a autoexpressão por meio do consumo de acordo com a pesquisa realizada pela Agência F.biz em 2014. Trecho da música de Mc Guimê “[...] Nós somos todos iguais, a sociedade que diferencia; Valoriza quem já tem e esquece da periferia; Infelizmente na sociedade você vale o que tem; Se tá de Hornet é tudo, se tá de a pé num é ninguém; Você vale o que tem 3, quem não tem medo, não se esconde”

outras apontadas por pesquisa realizada pela Agência F.biz em 2014), seguindo um padrão comportamental difundido nos centros urbanos ligados ao chamado “funk ostentação”.

O fenômeno do rolezinho assume uma expressão de constituição em grupo da juventude, em prol de situações que os reconheçam (com expressão na música, dança e etc) e que deixam evidente a falta de equipamentos públicos de lazer e de utilização da cidade pela juventude. Levantando assim, questões importantes a serem reconhecidas da cultura jovem como os seus valores, quais são os seus espaços, o comportamento digital, as estratégias de autoexpressão entre outras questões³⁸.

No entanto, nem todos viram com compreensão o fenômeno, as administradoras dos Shoppings Centers expressaram atenção, apontavam que não tinham o controle de tantas pessoas em um espaço, possibilitando possíveis arrastões, o que levou inclusive a alguns estabelecimentos entrarem na justiça para a proibição dos eventos em suas dependências. Isto revela a forma muitas vezes velada, outras mais evidentes da sociedade se comportar perante a desigualdade dentre as classes sociais.

Para Santos (2005, p.56), “o consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações”, juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual. E que podem ganhar repercussões coletivas como o caso dos rolezinhos, onde o acúmulo de capital caracterizado pelos grandes centros de consumo ditam as regras de quem frequenta e de como devem se comportar.

Diante deste contexto, a Sociedade de Consumo conforme Barbosa (2004) é definida por um tipo específico de consumo, o consumo de signo ou *commodity sign*. Ainda mais quando essa relação em grupo identifica o/a adolescente como referência para outros/as, pois neste período, seguir uma moda seja ela de vestuário, de linguagem, de comportamento entre outros, o/a faz em sintonia com seus pares.

Para Barbosa (2004) teorias sobre a Sociedade de Consumo dizem respeito à natureza da realidade social. Ou seja, mapeiam e observam os fenômenos e a partir de então vão investigar sobre o porquê eles ganham um sentido na lógica da sociedade. “Teorias do consumo, por sua vez, inquiram sobre os processos sociais e subjetivos que

³⁸Como apontamento, percebeu-se que os jovens que assumiram posteriormente a organização desses eventos tem as suas redes sociais bastante visitadas, milhões de curtidas e compartilhamentos dos conteúdos publicados, como também passaram a ser referência de estilo para os outros jovens. Compreendidos como influenciadores digitais.

estão na raiz da escolha de bens e serviços, de práticas de consumo, valores entre outros” (BARBOSA, 2004, p. 29).

Barbosa (2004) define ainda que os termos Sociedade de Consumo e Cultura do Consumo são diferentes. Para Cultura do Consumo compreende-se ideologia individualizada; valorização da noção de liberdade e escolha individual; insaciabilidade, consumo como a principal forma de reprodução e comunicação social; cidadania expressa na linguagem de consumidor; fim da distinção entre alta e baixa cultura; signo como mercadoria; estetização e comoditização da realidade.

Quanto que para Sociedade de Consumo, Barbosa (2004), caracteriza como sociedade capitalista e de mercado; acumulação de cultura material sob a forma de mercadoria e de serviços; compra como principal forma de aquisição de bens e serviços; consumo de massas e para as massas; alta taxa de consumo individual; taxa de descarte das mercadorias quase tão grande quanto de aquisição; consumo de moda (novidades) e consumidor/a como um agente social e legalmente reconhecido nas transações econômicas.

Portanto, no cotidiano das sociedades contemporâneas é possível “investigar como que o consumo se conecta a outras esferas da experiência humana e em que medida ele funciona como uma ‘janela’ para a o entendimento de múltiplos processos sociais e culturais” (BARBOSA, 2004, p. 11) a partir do recorte geracional da adolescência especificamente os/as adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de Semiliberdade.

CAPÍTULO II. ESTADO E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: REFLEXÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA

Neste capítulo vamos trabalhar como que o Estado e suas mais diversas interfaces atuam na promoção e defesa dos Direitos Humanos de adolescentes no Brasil. Logo, abordamos a responsabilização do Estado, não no sentido das teorias de Estado mas a partir dos tipos de proteção ao longo do tempo contextualizado na construção histórico e legislativa do direito infante-juvenil. Visando refletir que muitas das performances entendidas como normais são resultado de uma construção política contextualizada socialmente, economicamente e culturalmente.

Trazemos em a mídia e os processos de estigmatização e em o apelo midiático na legislação pró e contra a redução da maioria penal os discursos que perpassam a sociedade brasileira, mas que ganha tangencia mundial, algo que é contextualizado por Coutinho (2009, p. 11) quando destaca que “ao lado da globalização cultural e econômica, nos deparamos, em diversos domínios, com a diluição de fronteiras”. Sejam essas fronteiras físicas ou subjetivas, para refletirmos a questão de Estado na sociedade contemporânea é preciso conectar a dinamicidade com que ocorrem as relações sociais e a compreensão de adolescência, que por definição “é um sujeito em processo de subjetivação, processo este que se dá numa sociedade que também está em movimento” (COUTINHO, 2009, p. 11).

De acordo com Volpi ([1997] 2015, p.9) “os meios de comunicação social, em geral, têm preferido usar formas estigmatizantes, referindo-se a eles (adolescentes que cometeram ato infracional³⁹) como infratores, delinquentes e pivetes”. Dessa forma, apesar de não ocorrer um consenso sobre a compreensão é pertinente apontar que continuam a ser adolescentes, sujeitos de direitos em desenvolvimento e que há toda uma construção de aparato social e jurídico para garantir os direitos de crianças e adolescentes internacionalmente e nacionalmente. Por fim, refletimos o Sistema Socioeducativo, no Brasil e em Pernambuco com ênfase na medida socioeducativa de semiliberdade e suas caracterizações.

³⁹Outro dissenso dessa área é o conceito de ato infracional. Definido no Estatuto da Criança e do Adolescente como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, na prática de juízes da infância e de promotores ganha uma dimensão ampla que chega a incluir antigas categorias como a “vadiagem”, “perambulação” e outros que não encontram tipificação no Código Penal, mas que são apresentados como razão inclusive para a privação de liberdade. Essa prática origina-se no já revogado Código de Menores que apresentava o adolescente autor de ato infracional como uma “vaga categoria sociológica” (VOLPI, [1997] 2015, p. 10).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO BRASIL

*Nós pedimos com insistência:
 Não diga nunca: isso é natural!
 Diante dos acontecimentos de cada dia.
 Numa época em que reina a confusão.
 Em que corre o sangue,
 Em que se ordena a desordem,
 Em que a humanidade se desumaniza,
 Não diga nunca: isso é natural!
 A fim de que nada passe a ser imutável.*

Bertold Brecht

Para a política de atenção a infância e a juventude é mister saber qual é a compreensão de infância e de adolescência que estamos partindo e de qual papel social assumem, por serem fatores que sofrem variação por serem construídos socialmente e demarcados culturalmente. Partimos da compreensão apresentada no ECA (Lei 8.069/1990) que em seu Art. 2 apresenta adolescente como aquela pessoa entre doze e dezoito anos de idade e do Art. 6 que as aponta como pessoas em desenvolvimento. Contextualizando esse cenário, cabe salientar como é a conjuntura no Brasil, Oliveira (2000, p.12) aponta que

contrariando os avanços sociais conquistados e expressos na Constituição, a história recente do Brasil encaminhou-se para outra visão de sociedade e de nação. Um projeto neoliberal periférico vem se implantando – sem ao menos contar com os mecanismos de proteção social que se verificam nos países “centrais” –, trazendo consequências imediatas para as camadas mais pobres da população. Privilegiando-se índices econômicos em detrimento de índices sociais, as alocações orçamentárias migram das pastas sociais para o pagamento da dívida externa... Soma-se a isto uma história de insensibilidade – que beira a intolerância – presente nas classes dominantes, e mesmo em segmentos das classes médias, pelo destino das classes populares (OLIVEIRA, 2000, p.12).

O Estado, e as diversas análises sobre ele, não tem origem na era moderna e sim remontam a discussões da Grécia antiga⁴⁰. Para Montañó e Durigueto (2011, p.22) as concepções de Estado e sociedade civil no pensamento moderno ocidental têm seu

⁴⁰ Para ter uma sistematização do conteúdo, verificar MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

lastro original nas teorias contratualistas do ‘direito natural’ ou jusnaturalismo⁴¹, que foram desenvolvidas no processo de transição para o modo de produção capitalista.

O Estado é concebido com o produto da razão, ou como sociedade racional, única na qual o homem poderá ter uma vida conforme à razão, isto é, conforme à sua natureza. Nessa tendência, encontram-se e mesclam-se tanto as teorias realistas, que descrevem o Estado tal como é (de Maquiavel aos teóricos da razão de Estado), quanto as jusnaturalistas (de Hobbes a Rousseau e a Kant), que propõem modelos ideais de Estado, que delineiam o Estado tal como deveria ser para realizar seu próprio fim (BOBBIO, 1999, p. 43-44).

É com Hegel (1770-1831) que se têm a interpretação da formação social moderna tal como essa foi se reorganizando depois das revoluções burguesas (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p.31). Hegel apresenta o Estado não mais como proposta de modelo ideal, mas sim, a partir do “Estado burguês no marco do movimento histórico real de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p.31).

A sociedade civil para Marx (1818-1883) é definida “enquanto sociedade burguesa, como a esfera da produção e da reprodução da vida material” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p.35). O Estado surge com o aparecimento das classes de acordo com Pinto e Duque-Arrazola (1988) e, portanto, caracteriza-se como histórico. Sua origem coincide com o surgimento da propriedade privada e é produto da divisão social do trabalho (MANDEL, 1985). O que para Marx em sua obra *O 18 Brumário* correspondiam ao processo de correlacionar o interesse privado a agentes econômicos e o interesse geral ao interesse político (CODATO; PERISSINOTTO, 2010). Dessa forma o Estado assume um sentido e não pode ser caracterizado como neutro.

Pinto e Duque-Arrazola (1988) refletem que, o Estado não se constitui na neutralidade, pois atende os interesses das classes detentoras do poder econômico para que os seus interesses políticos se concretizem. Não necessariamente precisam estar na máquina do Estado ou sob a tutela de um governo, mas, cotidianamente capturam as intenções e logo as suas ações são incorporadas a partir do capital.

Para Harvey (2005) o capitalismo se apropria do tempo e do espaço enquanto categorias para então imprimir sua lógica de sentido. A sobrevivência do capitalismo ocorre com a produção e reprodução, mas, se dá primordialmente pela circulação do capital. E quanto à circulação do capital, Harvey (2005) pontua que perpassa pela

⁴¹Referente à ideia entre o início do século XVII e o fim do século XVIII que afirma a necessidade do Estado respeitar e legitimar os direitos inatos dos indivíduos (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011).

continuidade do capital que se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas, onde estão intrínsecas questões objetivas e subjetivas.

No processo de produção para Harvey (2005) o crescimento se realiza por meio da utilização do trabalho vivo, trabalho este advindo do suor de seres humanos que tem sua força de trabalho explorada por uma determinada classe social que detém os meios de produção. Por sua vez, a centralidade da circulação do capital para a reprodução do sistema capitalista. Harvey (2005) reflete que a circulação de capital é tecnologicamente dinâmica e instável, o que justifica muitas relações econômicas e políticas que compreende-se algumas vezes serem contraditórias, mas que, apenas estão pautadas e fundamentadas na necessidade de reprodução do capital. Essa circulação também implica relação entre classes sociais e é uma relação de oposição, de antagonismo e de luta.

Do ponto de vista de Harvey (2005) habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem ser absorvidos. E quando não podem ser absorvidos são desvalorizados, produzindo excedentes de força de trabalho em forma de desemprego ou assumindo proposta de desvalorização da categoria trabalho em forma, por exemplo, de reformas trabalhistas. Saraiva (2015, p. 28) reflete que

a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.

A partir disso, surgem problemáticas que envolvem, o emprego e a renda pensando as famílias brasileiras, o que de certa forma é o desdobramento de uma isenção de preocupação histórica também do âmbito social, e o papel do Estado enquanto promotor de renda por meio do emprego.

Sendo assim, as implicações do desemprego e do subemprego para as famílias no Brasil correspondem a situações de vulnerabilidades socioeconômicas, que podem ser reflexo de participação seja no mercado de trabalho formal ou informal, mas, que em síntese afetam todos os seus integrantes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa Pnad Contínua⁴², o índice de

⁴² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral.

desemprego no Brasil atingiu 12,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2018. Isso significa que 12,7 milhões de pessoas desempregadas no país.

A precarização das atividades trabalhistas e as relações que estão interconectadas não afetam apenas os/as integrantes no tocante a renda, mas a qualidade de vida e em todas as gerações, da criança à pessoa idosa. Prejudicando, sobretudo, a entrada e permanência dos/as jovens no mercado de trabalho.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o custo dos alimentos que integram a cesta básica caiu em 21 capitais brasileiras onde o realizou pesquisa mensalmente, no ano de 2017, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As reduções variaram entre -13,16%, em Belém, e -2,76%, em Aracaju. No entanto, em dezembro o valor da cesta aumentou em 14 cidades. As altas mais expressivas foram em Recife (1,31%), João Pessoa (1,42%) e no Rio de Janeiro (2,78%).

Ainda conforme pesquisa realizada pelo Dieese (2017) o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 3.585,05, ou seja, 3,83 vezes o mínimo de R\$ 937,00. E pertinente a esse cotidiano das famílias observou-se também, no final de 2017, aumento de aproximadamente 12% no preço do gás de cozinha que resultou em um aumento de 60% dos casos de entrada por queimadura realizadas por etanol no Hospital da Restauração em Recife⁴³. Ao passo que a crítica à absorção negativa do capital humano é ponto fundamental para entender essa dinâmica no processo de desenvolvimento do país, principalmente se levarmos em conta a utilização das novas tecnologias no mercado de trabalho⁴⁴.

Ora, o Estado não é apenas contraditório, mas é capturado pela classe econômica hegemônica para que o atendimento de necessidades individuais entrem na pauta de ações coletivas. Neste sentido, ele "exerce uma função precisa: garantir a propriedade, assegurar e reproduzir a divisão da sociedade em classes e, desse modo, conservar a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários (trabalhadores)" (SARAIVA, 2015, p.24).

É a partir do século XX que o Estado precisa lidar com uma diversidade ainda maior de funções que o envolve sob a prerrogativa do direito, infraestrutura material e

⁴³Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/uso-de-alcool-para-cozinhar-causa-queimaduras-em-90-dos-pacientes-internados-em-hospital-no-recife.ghtml>. Acesso em: 06/07/2018.

⁴⁴Para aprofundar essa discussão SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Trad.: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro, Record, 2011.

imaterial, como também, o capital humano. Os direitos sociais humanos são, por natureza, direitos ligados à vida em sociedade sob a chancela da dignidade humana. Neles, o social precede o econômico. Sposati (2007) ressalta que

o âmbito de uma política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político e, por consequência, flui das orientações que uma sociedade estabelece quanto ao âmbito das responsabilidades — se públicas ou privadas — para prover as necessidades de reprodução social (SPOSATI, 2007, p.437).

Sendo importante, portanto, salientar que no Brasil o convencimento via tensionamento de classes

ao invés de ser o resultante de movimento populares, ou seja, de um processo que, embora dirigido por uma burguesia revolucionária, arraste consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos. A transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado (SARAIVA, 2015, p. 28).

Por isso, veremos a seguir como que o Estado performa na proteção à infância e a juventude a partir da construção histórica e legislativa para poder refletir sobre o Sistema Socioeducativo.

Construção histórica e legislativa

Em se tratando da construção histórico e legislativa da política de proteção infante juvenil no que compreende a (des)responsabilização do Estado é possível destacar os estudos da socióloga e da psicóloga Rizzini e Rizzini (2004), respectivamente, assim como, as pesquisas do sociólogo chileno Pilotti (2009) como referências para essa discursão. A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil se dá em um engendrado de mudanças legislativas ao longo do tempo permeadas de permanências.

Diante dessa questão,

a análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p 13).

O resultado da desigualdade social no país é responsável pelo passado de institucionalizações e pela concepção do que chamamos hoje “cultura de

institucionalização⁴⁵”. Rizzini e Rizzini (2004, p.14) sinalizam “que várias gerações de crianças passaram suas infância e adolescência internadas em grandes instituições fechadas. Estas eram, até o final da década de 1980, denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” funcionando no modelo asilar”.

Apesar disso, Rizzini e Rizzini (2004, p.14) refletem que “as demandas que levaram um número inestimável de crianças brasileiras aos internatos dos séculos XIX e XX não foram devidamente enfrentadas ao nível das políticas públicas”. No entanto, apontam que

é importante reiterar que o fenômeno não se apresenta como nos séculos anteriores, mas que suas raízes são facilmente identificáveis no passado, sobretudo no que se refere à mentalidade e à renitência de certas práticas institucionais, como será exposto neste texto. Neste sentido, há que se considerar os fatores político ideológicos que levaram o país a optar por políticas e programas que não conduziram à reversão do quadro de pobreza e desamparo a que permaneceu relegada boa parte de sua população. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p 14-15)

Porfírio (2013, p.19) reflete que a assistência social no Brasil pode ser classificada historicamente em quatro etapas, são elas: a fase caritativa, a filantrópica, a do bem-estar social e por fim a fase dos direitos. A fase caritativa que compreende o século XVI até meados do século XIX, onde é possível destacar o Estado ausente enquanto suas ações de assistência, e estas eram “pautadas nas ideias de caridade e fraternidade humanas, sob influências fortemente religiosa e paternalista” (PORFÍRIO, 2013, p.20). Sobre essa questão, Rizzini e Rizzini (2004, p.23) ressaltam que

as instituições para a educação de meninos surgiram no Brasil colonial com a ação educacional jesuítica, que implantou escolas elementares (de ler, escrever e contar) para crianças pequenas das aldeias indígenas e vilarejos, e criou colégios, para a formação de religiosos e instrução superior de filhos das camadas mais privilegiadas da população. Os jesuítas constituíam os principais agentes educacionais até meados do século XVIII, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal, em 1759. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p 23)

Para Porfírio (2013, p.22) a fase da filantropia é caracterizada entre meados do século XIX e XX, onde o Estado assume algumas responsabilizações como o

⁴⁵ O Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares. Muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passaram pela experiência de serem educados longe de suas famílias e comunidades. Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p 22).

desenvolvimento de metodologias de trabalho, no entanto, se ausenta de sua culpa histórica, culpabiliza e direciona a sociedade a questão da assistência. No século XX surge a assistência sob a ótica do assistencialismo, marcado por ações de caráter emergenciais, não sistemáticas e que não abordam o cerne da questão social.

No entanto, é a fase a qual o governo se ocupa em disponibilizar alguns aparatos sociais, caracterizados sob a ótica da figura da primeira dama. A partir de 1960 surge a perspectiva do bem-estar onde “visava à regulamentação e provisão da vida social, política e econômica de um país para benefício dos seus cidadãos” (PORFÍRIO, 2013, p.23). Pois, é vislumbrada de forma ainda distanciada da perspectiva dos Direitos Humanos serem priorizados pelos Estados.

Por fim, a partir da década de 1970 conforme Porfírio (2013, p.27) surge à fase caracteriza enquanto a dos direitos, depois de intensa mobilização social para causas como a infância e adolescência, bem como, questões que envolveram os direitos políticos e sociais. Com ampla participação do Estado e cobrança da sociedade civil organizada, como também o comprometimento legitimado em diálogos com os/as cidadãos/ãs que culminaram em marcos legais para a construção coletiva de uma sociedade mais justa.

Portanto, a assistência social que se apresenta hoje nem sempre esteve colocada no campo dos direitos muito menos no do provimento, como vem a ser colocado a partir da Constituição Federal de 1988 e das diversas conquistas adquiridas mediante o processo de luta e mobilização social.

Surge o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal de nº 8.069 de 13 de julho de 1990, como uma das principais leis para a infância e juventude no país, a partir das reivindicações da sociedade civil – que de maneira relevante atuou nas mobilizações dos processos de participação popular da constituinte e da construção e aprovação do Estatuto. Sobretudo, impulsionado pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989) que potencializou a discussão no período. É a partir dele, que temos a doutrina de proteção integral, caracterizada como um dos maiores avanços na política de proteção e garantia dos direitos da infância e juventude.

Existe algumas leis que fundamentaram o arcabouço das políticas de proteção à infância e juventude hoje, não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente. Como exemplo, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) que é composta por dez princípios expressos em direito à igualdade, sem distinção de raça

religião ou nacionalidade, direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; direito a um nome e a uma nacionalidade; direito à alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe; direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; direito à educação gratuita e ao lazer infantil; direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes; direito a ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho e direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos. Em reafirmação aos direitos humanos com relação à especificidade da infância.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989) de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF é o instrumento de Direitos Humanos mais aceito na história universal, dispondo em cinquenta e quatro artigos sobre como os países signatários podem garantir e promover os direitos das crianças. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção, mas sinalizaram sua intenção de ratificar ao assinar formalmente o documento (UNICEF, 2005).

As Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da infância e Juventude, Regras de Beijing (ONU, 1985) apresenta-se em seis partes divididas em princípios gerais, investigação e processamento, decisão judicial e medidas, tratamento em meio aberto, tratamento institucional, pesquisa, planejamento e formulação de políticas e avaliação. De modo que discorrem sobre ações que os países membros precisam realizar no que tangencia a administração da justiça da criança e adolescente. Prezando pela primazia do direito a convivência familiar e comunitária e acompanhamento durante todo o processo judicial, assim como, sinaliza os procedimentos que são aplicados com vistas o alinhamento aos Direitos Humanos.

E por fim as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, conhecida também como Diretrizes de Riad ocorreu em 1988 no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. Organizada em sete partes dispostas em princípios fundamentais, efeitos das diretrizes, prevenção geral, processos de socialização, política social, legislação e administração da justiça da infância e da adolescência, pesquisa, adoção de políticas e coordenação.

Portanto, existe um longo lastro jurídico que embasa e preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil de 1990. Falar de política para infância e juventude

também predispõe falar de como o país compreende a assistência social. É a partir de aspectos: econômicos, políticos, sociais e históricos que se compreende a política de assistência à infância e juventude. O Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes – SGD de acordo com o CONANDA

constitui-se na articulação das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

Enquanto marco legal nacional fundamental é possível destacar também a Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã, fundada na perspectiva dos Direitos Humanos, sociais, culturais, econômicos, com destaque para os direitos políticos, devido a recente ditadura pela qual o país passou. Em outras palavras, é assegurado enquanto política pública e de Direitos Humanos a seguridade social dos indivíduos, tornando-se, portanto, obrigação do Estado gerir política pública social de proteção de maneira intersetorial. De modo que ocorra a conexão com as outras políticas no tocante a efetivação dos direitos sociais, promoção e garantia de cidadania ao povo brasileiro.

Assim, a inserção da seguridade social enquanto política social ocorre “pela decisão política do grupo de 'transição democrática' da denominada Nova República, período que marcou a passagem do final da ditadura militar ao processo constituinte e reconstrução institucional do Estado de Direito” (SPOSATI, 2007, p. 445). Pois, anteriormente, a culpabilização do sujeito e de sua família invisibilizava a responsabilidade deste para com os indivíduos. Onde a partir do Estado de Direitos, conforme as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,

as categorias território, vulnerabilidade social e risco social são fundamentais para compreender os elementos diretamente relacionados às competências da assistência social e a organização do SUAS⁴⁶. Tais categorias devem ser compreendidas a partir de uma abordagem multidimensional que propicia a análise das relações entre as necessidades e demandas de proteção social em um determinado território e as possibilidades de respostas da política de

⁴⁶Sistema Único de Assistência Social. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social a Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). O Suas, implantado em 2005, é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/suas>.

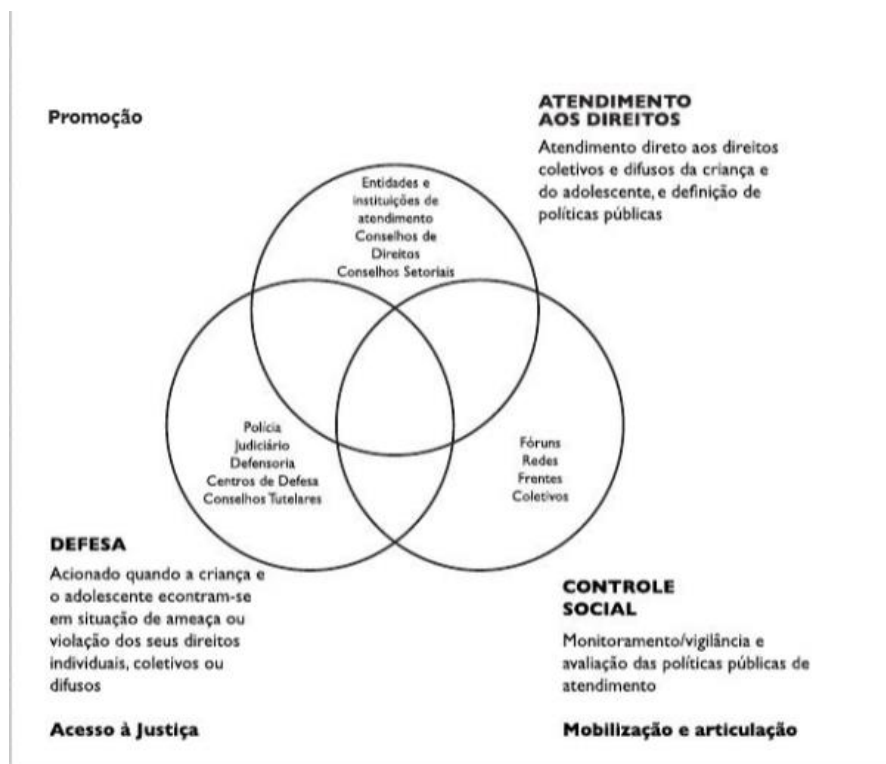
assistência social, em termos de oferta de serviços, programas e benefícios à população (BRASIL, 2011, p. 12).

Sendo assim, a era dos direitos da qual falar Porfírio (2013) onde ocorre o reconhecimento da assistência social enquanto política pública e direito do/a cidadão/ã e dever do Estado visa romper com concepções existentes na fase caritativa, filantrópica e assistencialista. No entanto, é importante salientar que esse desafio se faz ainda presente. Haja vista que essas fases e suas características são provenientes de construção e não desaparecem para existir outra e sim coexistem.

O desafio das próximas décadas é aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de Crianças e Adolescentes e capacitar ainda mais os/as seus/suas operadores/as. É também pensar e produzir uma sociedade mais justa, onde os interesses públicos sejam mais valorizados e assim os direitos de todos os cidadãos (PORFIRÍO, 2013, p.30). Sendo, portanto, um grande desafio garantir que essa conquista se dê no campo dos direitos e não a partir do método assistencialista, compensatório e caritativo.

Neste sentido, é importante refletir o SGD “enquanto um sistema estratégico, transversal e intersetorial” (PINTO, 2011, p.20) como é possível verificar na figura.

Figura 1. Sistematização do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes



Fonte: (PINTO, 2011, p. 20)

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da criança e do adolescente surge da tentativa de ordenar e sistematizar esse conjunto complexo de espaços, atores, instrumentos e mecanismos de garantia de direitos. Mais do que isso, constitui-se na estratégia mais eficaz de colocar em prática o que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (PINTO, 2011, p. 19).

Diante disto, o SGD tem a sua organização sistematizada em “três eixos fundamentais: promoção, controle social e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, cada um desempenhando uma função estratégica, complementar e inter-relacionada” conforme aponta Pinto (2011, p. 19).

Observa-se, portanto, um sistema que “implica o movimento existente a partir da interação entre os atores que compõem cada eixo (intraeixo) e também da interação entre esses três eixos (intereixo)” (PINTO, 2011, p. 20). E apresentado inclusive como um desafio a organização e articulação de todos/as que compõem o Sistema em prol dos direitos de crianças e adolescentes.

Para esta dissertação o eixo de promoção é o que representa o plano de fundo para as discussões, e ele é o que tem a função conforme explica Pinto (2011, p.21) de “promover o atendimento direto aos direitos coletivos e difusos da criança e do adolescente, realizado através da política prevista no Artigo 87 do estatuto” (PINTO, 2011, p. 21). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente o Art. 87 dispõe sobre as políticas de atendimento social como

Art. 87 – São linhas de ação da política de atendimento: I. políticas sociais básicas; II. políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III. serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial a vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV. serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; V. serviços de proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

De acordo com Pinto (2011, p.21) as políticas sociais básicas correspondem às obrigações constitucionais do poder público, sendo estas de caráter universal, tais como educação, saúde, cultura, lazer, habitação, saneamento, transportes etc.

A política de proteção especial é dirigida a crianças e adolescentes em condições especiais de risco pessoal e social, caracterizada por ações e serviços voltados para o atendimento às situações de ameaça ou violação de direitos por ação ou omissão da sociedade, do Estado e dos pais ou responsáveis, ou ainda em razão da conduta deles próprios, tais como: serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; serviços de proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (PINTO, 2011, p. 21).

Apesar de focarmos no eixo da promoção, pois, “também podem ser considerados na política de proteção especial os serviços socioeducativos, destinados à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei - internação, semiliberdade, liberdade assistida” (PINTO, 2011, p. 21). Também apontamos o eixo de defesa fundamental em relação com os/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, ele é composto pelos “órgãos do Sistema de Justiça e Segurança, tais como a polícia, o Ministério Público, o Judiciário, a Defensoria Pública, além de outros como o Conselho Tutelar e os Centros de Defesa” (PINTO, 2011, p. 21). É pertinente salientar que o Sistema de Justiça e Segurança⁴⁷ passou por diversas modificações, principalmente no que tange os direitos sociais e a doutrina de proteção integral a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme aponta Pinto (2011) com ganhos significativos, principalmente “em detrimento da atuação de cunho repressivo-assistencialista que possuíam sob a égide do antigo Código de Menores”.

Uma das mais importantes mudanças ocorridas foi no processo de apuração do ato infracional cometido por adolescentes, assegurando a eles direitos e garantias já consagrados aos adultos, além de outros decorrentes da condição especial de pessoas em processo de desenvolvimento biopsicossocial (PINTO, 2011, p. 21).

Nesse sentido, a polícia assume a função de repressão dos crimes praticados contra crianças e adolescentes, assim como, também atua sob a égide dos Direitos Humanos quando ocorre o cometimento de atos infracionais, seguindo protocolos direcionados pelo ECA. Quanto a isto, “o Estado de Pernambuco foi pioneiro nesta iniciativa ao criar o primeiro Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), tendo sido seguido por vários outros entes federativos” (PINTO, 2011, p. 21).

Na esfera do Judiciário, é possível observar a partir do E normativas mais próximas do Estado democrático de direito, apesar de na prática ainda encontrarmos

⁴⁷ Sobre a questão da segurança é importante destacar o SUSP – Sistema Único de Segurança Pública Lei Nº 13,675 sancionado no dia 11 de junho de 2018 pelo então presidente na época Michel Temer que de acordo com o Ministério Extraordinário de Segurança Pública (chefiado por Raul Jungmann), criado em 11 de julho de 2018 para ser o órgão central de funcionamento do sistema será integrado pelas polícias Federal, Rodoviária Federal; civis, militares e corpos de bombeiros militares. Além desses, também farão parte do Susp: agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes estratégicos e operacionais.

algumas permanências do código de menores. Porém “diminuiu sobremaneira o poder excessivo que possuía o antigo juiz de menores, garantindo aos adolescentes em conflito com a lei o direito ao contraditório e à ampla defesa” (PINTO, 2011, p. 21). Outra esfera de destaque neste eixo de defesa é o Ministério Público que tem o papel de garantir e defender os direitos da criança e do adolescente seja como autor/a das ações ou como fiscal da lei. Além de outros órgãos como: os Conselhos Tutelares⁴⁸ e centros de defesa.

Sistema Socioeducativo: contextualizando a semiliberdade no estado de Pernambuco

*Depende de nós
Quem já foi ou ainda é criança
Que acredita ou tem esperança
Quem faz tudo pra um mundo melhor
Ivan Lins - Depende de nós, 2007.*

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 103, define taxativamente como ato infracional aquela conduta prevista em lei como contravenção ou crime. A responsabilidade pela conduta descrita começa aos 12 anos (VOLPI, [1997] 2015, p.16). Isto é,

a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, no que tange o adolescente autor de ato infracional, deve acatar os princípios da convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (Art.40); as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude (Regras de Beijing – Regra 7); as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção da Jovens Privados de Liberdade (Regra 2); a nossa Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (VOLPI, [1997] 2015, p.20).

O cometimento de atos considerados infracionais gera medidas socioeducativas, que podem ser aplicadas mediante a privação ou não de liberdade. Ainda em conformidade com o Estatuto da Criança e do/a Adolescente (Lei 8.069/90) no Artigo 112, relativo aos atos infracionais

verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao/a adolescente as seguintes medidas: I – Advertência; II – Obrigação de reparar dano; III – Prestação de serviço a comunidade; IV – Liberdade assistida; V – Inserção em regime de semiliberdade; VI – Internação em estabelecimento educacional.

⁴⁸Órgãos públicos não jurisdicionais encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos assegurados no próprio estatuto, cujos membros são escolhidos pela comunidade (PINTO, 2011).

Para este trabalho dissertativo será abordada a medida socioeducativa de semiliberdade pelo seu caráter de privação parcial da liberdade dos/as adolescentes e sua especificidade de ambiência entre o “dentro e fora” do sistema socioeducativo. No Artigo 95 do ECA é delegado ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar a atividade de fiscalização de entidades governamentais e não governamentais dispostas em seu Artigo 90, onde constam

I - orientação e apoio sóciofamiliar; II - apoio sócio-educativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - acolhimento institucional; V - prestação de serviços à comunidade; VI - liberdade assistida; VII - semiliberdade; e VIII - internação.

Deste modo, têm-se uma organização em rede para o atendimento socioeducativo, no entanto, nem sempre se apresentou assim. Como vimos conceitualmente no tópico anterior *Construção histórica e legislativa* dessa dissertação para sistematizar a organização da assistência às crianças e adolescentes no Brasil é possível voltar a caracterização de Porfírio (2013) que divide em quatro fases, a caritativa, a da filantropia, do bem-estar e dos direitos. Baseado nessas fases apontamos a seguir algumas instituições importantes para os respectivos períodos e que apreendem uma linha temporal da assistência infanto-juvenil no país.

A fase caritativa localizada historicamente no Brasil colônia destaca-se a roda dos expostos.

Também conhecida como Roda dos Enjeitados, consistia em um aparato de madeira, instalado nos muros das instituições de caridade, onde se poderiam abandonar os recém-nascidos. O mecanismo, em forma de tambor giratório, não permitia a identificação daquele que expunha a criança. No Brasil, as primeira Rodas foram instaladas durante o século XVII, em Salvador, Rio de Janeiro e Recife (PORFÍRIO, 2010, p. 21).

Na fase filantrópica, apresenta-se o SAM (Serviço de Assistência aos Menores) em 1941 no governo de Getúlio Vargas. O SAM “representou a tentativa de construir uma estrutura nacional de assistência a crianças e adolescentes. Estava integrado à estrutura do Ministério da Justiça e visava atender os chamados “menores carentes” e infratores por meio da construção de redes estaduais de escolas de reeducação” (PORFÍRIO, 2010, p. 23). Porfírio (2010, p.23) salienta ainda que este serviço ficou marcado pela violência e pelo desvio de verbas.

Na fase do bem-estar destaca-se o código de menores e a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) /FEBEM (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor). Quanto ao código de menores

foi escrito pelo jurista Mello Mattos e aprovado com 231 artigos, nos quais a figura do juiz de Menor foi institucionalizada como autoridade competente para a questão da infância. Na legislação de 1927, o Estado foi considerado responsável pelas crianças que viviam em condições sociais vulneráveis. Ainda estabelece a criação de instituições reparatórias e das famílias substitutas, por meio das quais a criança poderia ser reinserida na sociedade. Reformulado em 1979, o Código reafirmou sua preocupação exclusiva para os casos de infração, desvio de conduta, abandono ou do assistencialismo, estabelecendo a doutrina da “situação irregular”. Apesar de todas as críticas recebidas atualmente, sobretudo pelo seu caráter punitivo e policialesco, o Código de Menores de 1927 representou talvez a primeira mobilização de amplos setores sociais do país (político, legislativo, judiciário, médico) em torno do debate da questão da assistência (PORFÍRIO, 2010, p. 24).

Quanto a FUNABEM/FEBEM

foram criadas no início da ditadura militar, na presidência do Marechal Humberto Castelo Branco. Um dos principais objetivos era construir e executar o Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Mantinha-se a ideia da formação de uma estrutura nacional de assistência a criança e adolescente. O projeto da FUNABEM era interdisciplinar e visava atender não só os menores, mas também as sua família, por meio de instituições as quais se tentaria reproduzir um ambiente familiar. A forma de trabalho da fundação estava relacionada com a política de Segurança Nacional dos governos militares, que entendia a juventude como um perigo social e político. A FUNABEM/FEBEM acabou por institucionalizar em suas escolas e centro de reeducação as práticas de repressão já presentes em momentos anteriores da história da assistência, bem como durante todo o período do regime militar (PORFÍRIO, 2010, p. 25).

Na fase dos direitos que iniciou-se ainda na década de 1970 de acordo com Porfírio (2010) até os dias atuais é possível registrar o ECA e a Constituição de 1988 como importantes marcos legais, assim como as legislações internacionais. Neste quesito na fase dos direitos também é possível falarmos do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) Lei 12.594/2012.

O SINASE foi

aprovado em plenária do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) em junho de 2006 (Resolução n.19 de 11/12/2006 do Conanda), foi entregue ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de agosto de 2006, por representantes do CONANDA, dos 27 Conselhos Municipais dos DCAs das capitais, dos 26 Conselhos Estaduais e do Distrito Federal. Nesse mesmo dia, a presidência da república instituiu, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, uma Comissão Intersetorial de Acompanhamento do SINASE com participação do CONANDA, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e de 12 Ministérios e Secretarias especiais (SALES, 2007, p.15).

Logo, compreende-se o SINASE como um sistema de construção e mobilização coletiva. Com o advento da Lei nº 12.594/2012,

passou a ser obrigatória a elaboração e implementação, nas 03 (três) esferas de governo, dos chamados “Planos de Atendimento Socioeducativo” (de abrangência decenal), com a oferta de programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos/as adolescentes socioeducandos/as (BRASIL, 2012).

Consistindo assim, no “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p. 22). O SINASE “constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (BRASIL, 2006, p. 23) como é possível observar na figura.

Figura 2. Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: BRASIL, 2006, p.23

Sobre o SGD é possível citar o *Projeto É de Direito* que teve como objetivo a investigação do contexto de privação de liberdade na Região Metropolitana do Recife (RMR) em consonância com o previsto na Lei do SINASE. Para aprofundar o conhecimento e a compreensão da problemática, efetuou-se uma pesquisa empírica, executada pelo Lince Instituto de Pesquisa em duas etapas – a primeira entre março e abril de 2012 e, a segunda, entre julho e agosto de 2013, onde observou-se que

muitos adolescentes são levados a cumprir medidas socioeducativas em regime fechado por infrações consideradas de “relativa”/ “baixa gravidade”, como por exemplo, furto de aparelhos celulares, que não justificam a privação de liberdade. Isso ocorre, na opinião da maioria dos entrevistados, por vários motivos: ideologia ainda manifesta na cultura judicial pernambucana do código do menor; falta de confiança dos juízes no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e de ciência particularmente no que tange ao quantitativo de técnicos e recursos materiais que vem cerceando o desempenho efetivo do Sistema Socioeducativo no meio aberto conforme salientado por vários segmentos pesquisados em 2012. (p. 65)

Conforme dados do Boletim Estatístico da FUNASE de abril de 2018⁴⁹ que caracterizam os/as adolescentes que adentraram no Sistema Socioeducativo, apreende que 96% representam o efetivo masculino e 4% efetivo feminino, representando quanto à raça/etnia parda (75,1%) branca (14,1%) negra (10,6%) para os meninos e parda (77,8%) negra (13,0%) branca (9,2%) para as meninas. Quanto à relação com os atos infracionais, o efetivo que adentrou o sistema em Abril de 2018 cometeu atos infracionais relacionados ao roubo (45%) tráfico de entorpecente (14%) e homicídio (13%).

No ano de 2015 o Ministério Público fez um relatório de fiscalização⁵⁰, foram inspecionados 317 estabelecimentos de internação e 117 de semiliberdade. Na região Nordeste, os dados de 2014, apontam os Estados do Maranhão e Ceará com os quadros mais críticos, com índices de superlotação, nas unidades de internação, de 886,5% e 243,4%, respectivamente, seguidos por Paraíba (223,3%) e Pernambuco (161,5%) (CNMP, 2015). No ano de 2013 de acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público no Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes (2013) considerados os números estaduais, não se constata superlotação nas unidades de semiliberdade. As exceções ficam por conta de Alagoas, onde a situação é alarmante – 175 adolescentes para apenas 15 vagas, o que representa lotação 1.166% superior à capacidade da rede – e do Mato Grosso do Sul (318,5%), Ceará (136,8%), Pernambuco (125%), Roraima (111%) e Maranhão (102,9%) (CNMP, 2013, p.19). Em atualização no ano de 2015 continua a não superlotação nas unidades de semiliberdade se considerarmos o contexto

⁴⁹Boletim disponível com acesso em 03/12/2018 http://www.funase.pe.gov.br/estatistica/2018/ABRIL/BOLETIM_ESTADISTICO_ABRIL_2018.pdf.

⁵⁰Ele traz a compilação dos dados coletados por promotores de justiça em todo o país nas inspeções realizadas pessoalmente, em março de 2012, em 2013, e até 02 de setembro de 2014. São fiscalizações previstas pelo artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e regulamentadas pela Resolução nº 67/2011 deste Conselho Nacional do Ministério Público.

nacional. No entanto, quando considerado o contexto estadual, há excesso em Alagoas (135,7%), Maranhão (109,1%) e Pernambuco (114,3%). (CNMP, 2015).

Conforme o último Relatório anual⁵¹ da FUNASE/PE disponível (2017, p.5) “no ano de 2017 foram atendidos 8.861 adolescentes de ambos os sexos. Destes 1.362 atendidos em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade (FUNASE, 2017, p.5). Esses dados relacionados à ocupação nas unidades de internação e de semiliberdade apontam para uma situação preocupante, no sentido do quantitativo de adolescentes que atualmente estão em situação de cumprimento de medidas socioeducativas no Estado de Pernambuco. Dados esses que reforçam a necessidade investimento em medidas de proteção integral para crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social no estado.

O presente trabalho dissertativo se atém a medida socioeducativa de semiliberdade, que de acordo com Volpi ([1997] 2015, p.31-32) contempla os aspectos coercitivos desde que afasta o adolescente do convívio familiar e da comunidade de origem; contudo, ao restringir liberdade, não o priva totalmente do seu direitos de ir e vir. Deste modo, “os programas de semiliberdade devem obrigatoriamente, manter uma ampla relação com os serviços e programas sociais e/ou formativos no âmbito externo à unidade de moradia” (VOLPI, [1997] 2015, p.32). Visto que, “a aplicação de medidas socioeducativas não pode acontecer isolada do contexto social, político e econômico em que está inserido o adolescente” (VOLPI, [1997] 2015, p.54).

Portanto, registrar este trabalho sobre a semiliberdade se apresenta como desafio, primeiro pela dificuldade de dados concretos sobre a medida e segundo por sua caracterização simplificada no ECA, que em apenas no Artigo 120 dispõe em dois parágrafos sobre a obrigatoriedade da escolarização e profissionalização e sobre o tempo da medida que segue as disposições da internação. Para revelar o cotidiano complexo que é a medida socioeducativa de semiliberdade será utilizada a análise do discurso como técnica de análise dos dados obtidos. Pois, a análise do discurso é

herdeira das três regiões de conhecimento - Psicanálise, Linguística, Marxismo - não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo

⁵¹RELATÓRIO 2017 FUNASE. FUNASE. Relatório anual. Recife, 2017. Disponível em: <http://www.funase.pe.gov.br/doc/20_07_18_Relatorio_Anual_2017_Revisado_e_diagramado.pdf>. Acesso em: 03/12/2018

modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, [1999] 2015, p.18).

Em síntese,

a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, [1999] 2015, p.24-25).

Portanto, justifica-se a utilização deste método de análise por compreendermos a diversidade simbólica que permeia o corpus de interface do cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade e da Sociedade de Consumo. Pois, o complexo cotidiano de lidar com o direito de ir e vir em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade será caracterizado na ida a campo desta pesquisa, objeto de análise no próximo capítulo.

A MÍDIA: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO EM PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO

[...]

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério
A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo
O que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima, segue a rima
Revolução na sua vida você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
[...]*

Não É Sério - Charlie Brown Jr (part. Negra Li), 2000.

A mídia e seus processos de construção de imagem do/a adolescente que comete ato infracional podem ser mediados pelos estudos de Goffman (1993), no tocante a este cotidiano principalmente na referência quanto ao estigma e ao processo de estigmatização do sujeito na sociedade. De modo, que a maneira como o indivíduo transmite a informação sobre si, faz com que a sociedade desencadeie formas de

conexão e de estabelecimento de vínculos, tanto de forma positiva como também podem ser negativa.

Apesar de para os/as adolescentes o cumprimento de medidas socioeducativas muitas vezes ser o momento de vinculação aos seus direitos, sendo este o primeiro vínculo com a educação, com a saúde, com a assistência social e etc, não configura performance totalmente positiva, pois, ocorrem processos de estigmatização. Para Goffman (1993), estigmatização é o termo que se refere a um atributo profundamente depreciativo. E é possível estabelecer diálogo com essa teoria, quando na sociedade alguns atributos começam a ser transformados em estereótipos.

No entanto, é uma sistemática complexa de linguagem que não se refere em mão única a uma correspondência singular de atributos. Visto que a estigmatização para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas não é marcada, por exemplo, por uma condição de pertencimento a determinado território. Não somente. Mas também, sobretudo quando na verdade, remete ao conjunto de linguagens que podemos atribuir a tal indivíduo de determinado contexto, que não dispõe de atributos de poder na sociedade, o que rotula-se como estereótipos.

O estereótipo surge do desacordo apresentado entre a identidade social virtual e a identidade social real⁵² correspondendo a um atributo negativo, em um estigma, uma vez que, é percebido que o indivíduo "tem um atributo que o torna diferente do outro, um atributo depreciativo, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída" (GOFFMAN, 1993 p. 12). Por conseguinte, a partir de determinados aspectos colocados dentro de uma lógica social estabelecida pela moral, conforme período histórico e contextos culturais, o indivíduo será rotulado.

Neste sentido, é possível relacionar às questões cotidianas com adolescentes que usam determinado tipo de roupa, calçado e que frequentam determinado lugar, que residem em determinado território. Na verdade, possuem tais comportamentos em desacordo entre a identidade social virtual e a identidade social real. Diante disso, merece relevo a dinâmica de produção e circulação de representações sociais engendradas pelos meios de comunicação na contemporaneidade, "os quais no afã de informar terminam, por vezes, participando da difusão de estigmas e estereótipos

⁵²De acordo com Goffman (1993) a identidade virtual ideal é aquela que independente da ação do indivíduo, os atributos o vinculam a uma determinada categoria; já a identidade social real é a correspondência de ações e atributos.

relacionados à criança e adolescentes pobres na sociedade brasileira” (SALES, 2007, p. 23).

Para Campos (1987) a identidade é definida pela experiência prévia de um período de crise e escolha de uma ocupação e ideologia. Portanto, “incumbe aos/as adolescentes estabelecer ligações entre seus papéis previamente cultivados e seus papéis prospectivos e as responsabilidades adultas” (CAMPOS, 1987, 127). Não obstante, se percebe que a partir do campo de filiação com base em uma gama complexa de características do/a adolescente a sociedade traça que papel social será desempenhado por cada indivíduo.

Conseqüentemente, o consumo surge como mecanismo de identidade e identificação para lhes proporcionar ao mesmo tempo prazer, aceitação e experimentação. “Por meio dele ocorre uma aceitação no grupo e na sociedade, bem como o acesso a novas experiências” (FELDMANN, 2008). A questão da identificação na adolescência e o sentimento de ser parte de um grupo é evento primordial para o desenvolvimento social, psicológico e emocional do indivíduo.

Pois “é a partir desse interesse com seus pares que “a identidade adolescente é construída através do consumo, e o ambiente mais propenso é o seu grupo de afinidade” (FELDMANN, 2008). Com o desenvolvimento do individualismo, estimulado primordialmente pela Sociedade de Consumo, as bases de sustentação de ideais coletivos e relativamente estáveis se dissipam. De modo que,

nesse contexto, os ideais de liberdade e autonomia tornam-se radicais, de modo que o que é dito aos jovens é que seu futuro depende única e exclusivamente deles e que eles devem romper com o passado e com as tradições, para que possam se destacar do todo pela sua singularidade e autenticidade. Assim, o caminho em direção a uma travessia da adolescência complica-se, na medida em que o jovem não encontra na cultura referências que possam lhe auxiliar neste momento de passagem (COUTINHO, 2009).

Desenvolver sobre o estigma, revela as fragilidades e contradições de ser adolescente em uma Sociedade de Consumo e de como a mídia condiciona as expectativas e cobranças socialmente construídas para esse público. Uma vez estigmatizado, por ter cumprido ou estar em cumprimento de medida socioeducativa, pode prejudicar a interação do sujeito com vários grupos para a sua socialização, assim como, família e escola. Processo de estigmatização este, que é justificado principalmente no afastamento do/a adolescente da escola, a instituição que deveria

aproximar, compreender e possibilitar, muitas vezes negligencia o/a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

No entanto, não é apenas o cumprir uma medida socioeducativa que inicia processo de estereótipos. Na verdade, esse processo com os/as adolescentes brasileiros/as tem conexão anterior com o lugar que ocupam na sociedade e para essa conexão é possível estabelecermos diálogo com a teoria de Bourdieu ([1930-2002] 2007) com destaque para o seu conceito de classe de trajetória. A condição de classe

faz desaparecer, também, a estrutura do espaço simbólico delineado pelo conjunto dessas práticas estruturadas, de todos esses estilos de vida distintos e distintivos que se definem sempre objetivamente - e, as vezes, subjetivamente - nas e pelas relações mútuas (BOURDIEU, [1930-2002] 2007 p. 97).

Deste modo, a classe social é “pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” (BOURDIEU, [1930-2002] 2007, p. 101).

Ao longo dos anos de 1970 Bourdieu se dedica ao processo de diferenciação social, com o objetivo de construir a teoria geral das classes sociais. Em seus estudos Bourdieu ([1930-2002] 2007) se atém às práticas sociais, assim como, ao julgamento dos gostos e preferências que vinculam o indivíduo ou o coletivo socialmente, além de desenvolver reflexões sobre a herança social, e o acúmulo dos bens simbólicos constitutivos de *habitus*⁵³. De modo que, salvo as devidas proporções de contexto territorial, de sociedade e de época, é possível realizar a leitura social dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com os estudos sobre os capitais de Bourdieu.

Inicialmente as práticas sociais de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa se apresentam como estratégias ou leitura da realidade cotidiana. A busca pelo padrão de renda desejado e que muitas vezes, se não em sua maioria, não condizem com o projetado pela sociedade. Já o *julgamento dos gostos*, ocorre de modo coerente a sua *trajetória de pertencimento* seja individual ou coletiva, do mesmo modo que suas preferências também se vinculam ao que é socialmente relacionado ao indivíduo ou ao coletivo.

⁵³Compreende-se aqui *habitus* na perspectiva de Bourdieu (2007 p. 13), que são os sistemas de disposições que dão sentido as características das diferentes classes e frações de classe.

O objeto de identidade e identificação vai mudar seu significado ou gradação de percepção a partir do que é o acúmulo dos bens simbólicos constitutivos de *habitus*. Pois o espaço social passa a ter o seu percurso gerativo de sentido na composição do *habitus* e capital, somado ao *campo* e desencadeando a prática. Para cada adolescente em contexto periférico os signos e as atribuições concedidas a cada um ocorrerão conforme a construção social coletiva ou individual, que leva em consideração os diversos aspectos já mencionados, como: território, cultura, tempo, espaço, entre outros. Isto é, “as disposições constitutivas do *habitus* culto [padrão social] formam-se, funcionam e são válidas apenas em um campo e na relação a um campo” (BOURDIEU, [1930-2002] 2007 p. 90).

Para compreender a construção desse tecido social, entender o *campo social*⁵⁴ para Bourdieu ([1930-2002] 2007) se faz necessário, pois se apresenta nas relações de contraposição e de valor, estabelecendo assim relação. Eventualmente *campo social* pode conter espaços físicos, no entanto, não é normativa, e os espaços são construídos em um *campo social* na perspectiva de que as distâncias ocorram em uma estrutura invisível que acaba estruturando a estrutura do cotidiano das relações sociais. É configurado, portanto, enquanto espaço privilegiado de relações, onde é preciso uma posição e o seu contraponto para o estabelecimento de um paradigma, para assim gerar sentido social.

Conforme o *campo social* gera sentido, o que para os/as adolescentes se dá, por exemplo, na utilização de um objeto dotado de significados ou ainda na prática social a partir do funk ou brega⁵⁵, se dá o espaço social e suas transformações. O *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação (BOURDIEU, [1930-2002] 2007 p. 96). Revelando assim, a potencialidade dos *capitais* para consolidação das práticas estruturadas no espaço simbólico. Pois, conforme Bourdieu (2010, p.11) “*sistemas simbólicos* cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra”.

⁵⁴Espaço estruturado de relações estruturantes onde ocorrem as interações deste indivíduo e nele que ocorre às conjugações do mesmo a partir de sua posição social (BOURDIEU, [1930-2002] 2007).

⁵⁵São ritmos musicais populares que se apresentam enquanto expressão de determinado contexto social. Revelando em suas letras muito sobre o consumo ostentação de jovens, caracterizando práticas de consumo ou/e *habitus*. O brega como gênero musical entra aqui para aproximar os jovens da Região Metropolitana do Recife.

A importância dos capitais culturais, sociais e econômicos apresenta-se na adolescência, a partir de instituições como a família, a escola, a comunidade por exemplo. Por se tratarem de instituições referências para os indivíduos em desenvolvimento, são as que vão direcionar e mediar à aquisição ou/e construção dos *capitais*, mas também, os processos de identificação e identidade. Para Bourdieu (2007) a conversão de capital corrói o indivíduo, ou seja, cada campo tem um capital específico.

No entanto, ter posse de capitais não vai significar trajetória de classe, pois as práticas e *habitus* também vão funcionar enquanto variáveis para determinar a trajetória do indivíduo. Contudo, escola, família e comunidade precisam se colocar enquanto espaços para o desenvolvimento das habilidades do/a adolescente e funcionarem em suas potencialidades, pois “o capital escolar permanece também forte nos campos não abrangidos pelo ensinamento da escola” (BOURDIEU, [1930-2002] 2007 p.17).

A distribuição de capitais ocorre de modo desigual, e enquanto o sistema escolar oficial é responsável por desenvolver o capital cultural⁵⁶, o indivíduo que tem a família enquanto referência e consegue mobilizar outros capitais como o econômico, tem no capital social o reconhecimento do outro. Isto é, o objeto ou contexto precisa fazer sentido para o/a adolescente para que seja ostentado, a final ninguém quer usar ou possuir determinado produto ao qual o outro não reconhece o valor. Além de repensar a lógica da reprodução social, as expectativas com relação a eles/as, bem como, ampliação das estratégias com base nos direitos, quanto à promoção, proteção e garantia apresentam-se ainda como desafios.

Atualmente é constante a discussão sobre a maioridade penal na sociedade, principalmente influenciada pela mídia, seja ela televisiva, impressa ou digital. A maneira de representação dos atos infracionais como ação homogênea, segue o movimento de exposição massiva e reiterada de atitudes violentas praticadas por adolescentes que não se ‘comportaram’ de acordo com as normas, e que por conduta desajustada ou violenta precisam de punição, cerceamento, controle e vigilância sobre sua liberdade. De modo que o/a adolescente é responsabilizado por sua incapacidade de lidar com o risco que se apresenta para ele.

Há um desejo significativo de punição dos/as adolescentes que entrem em conflito com a lei, vide o trâmite recorrente no Congresso, com algumas votações

⁵⁶Na perspectiva em determinar ou estabelecer um padrão na sociedade.

rejeitadas, de propostas de ementa na Constituição de 1988 para a redução da maioria penal. Para Sales (2007, p. 23) os projetos de lei de reforma do Código Penal Brasileiro, que antecipam a maioria penal para 16 a até 14 anos, sugerem, assim, na prática, o banimento da juventude pobre e a consumação do apartheid social.

O argumento de hoje, associado à fragilidade do ECA (1990) e ao sentimento de impunidade vivenciado pela sociedade “vítima” destes “bandidos menores de idade”, remonta o argumento da FEBEM que retirou Roberto Carlos Ramos ainda menino de sua casa na década de 1970. Novamente aqui, como em todas as outras narrativas apresentadas neste trabalho, o território e a família são apresentados como fracos fatores de conexão, ou de enfrentamento à precocidade de ataque as regras por parte destes sujeitos.

A saída frente a essa situação é direcionada no discurso para que o precário sistema prisional assuma a responsabilidade por reverter à fragilidade dos vínculos vivenciados por estes/as adolescentes, ainda Pixotes e Guris. Isto porque, apesar de previstas medidas de responsabilização no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), a partir das medidas socioeducativas, há ainda um discurso relacionado a impunidade e que as medidas socioeducativas são muito brandas e as ações dos/as adolescentes inconciliáveis com a perspectiva de proteção integral.

Há, no entanto resistência e enfrentamento, o ECA que veio na perspectiva de garantir e proporcionar direitos políticos, sociais e individuais a crianças e adolescentes, também proporcionou visibilidade a toda uma arena de atores e atrizes, organizados em um Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescente (SGD).

Conforme discutido, o Estatuto da Criança e do/a Adolescente (1990) assim como, anteriormente previsto na Constituição de 1988, tem representado avanços significativos em termos de compreensão em relação à proteção social na sociedade brasileira, com especificidade do público da infância e adolescência. De modo específico, apontam para o reconhecimento pela sociedade destes indivíduos em desenvolvimento enquanto cidadãos detentores de direitos.

As narrativas de imprensa sobre os adolescentes em conflito com a lei encontram-se nos mais baixos patamares qualitativos, como atestam diversas análises de cobertura realizadas pela ANDI⁵⁷. Excessivamente factual descontextualizado e pleno de lacunas, mitos e estereótipos – além de centrar-se nas violências contra a pessoa, em prejuízo da discussão sobre as políticas públicas relacionadas –, o noticiário produzido no País acaba por

⁵⁷ A ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) é uma organização social com 26 anos de experiência dedicados à promoção dos direitos de crianças e adolescentes (ANDI, 2012).

construir representações distorcidas do segmento em questão, pouco contribuindo para o enfrentamento da problemática a ele associada (ANDI, 2012).

O guia da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI, 2012)⁵⁸ reflete como exemplo que das 18 proposições de redução da maioridade penal criadas na Câmara dos Deputados entre 1989 e 2009, 12 coincidem com episódios de grande repercussão: nove foram apresentadas entre novembro de 2003 e março de 2004, quando ainda repercutia o caso “Champinha”⁵⁹ e três foram apresentadas no período de fevereiro a novembro de 2007, quando o país se comoveu com o caso do menino João Hélio⁶⁰. A mídia brasileira tem sido pautada pela comoção, no entanto, o processo de reflexão para a ocorrência da violência como fenômeno social não vem tendo diálogo, surgindo conclusões precipitadas na eficácia do cerceamento da liberdade⁶¹.

Essa situação revela uma compreensão alinhada ao discurso do direito via meritocracia, aliada a figura do “bom pobre”, da criança e adolescente carente, desfavorecido, merecedor de auxílio. Não se identificam com eles/as, porque também não se identificam com o adulto infrator. Fora da arena criada pelos avanços dos Direitos Humanos há parcial vinculação destes/as adolescentes com o produto de uma sociedade e Estado que negam sistematicamente e cotidianamente direitos.

Revelam um problema que deve ser tratado com rigor, sanado na sociedade, afastado dos olhos e convivência pública. Há pouca identificação com os processos de tortura ou, até mesmo com suas mortes⁶². Não há a percepção destes/as como parte da tão celebrada cultura democrática e participativa. Tornando o/a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa um indivíduo a margem da sociedade, o que de certo ao infringir as regras supostamente rompeu um acordo social. Para Sales (2007, p. 21) apesar da ruptura ético-política com a menorização da infância e adolescência pobres como representação-chave na antiga legislação infanto-juvenil – Código de

⁵⁸ É inegável a influência da mídia para a construção de discursos punitivos, para tentar construir contra pontos em 2012 surge um guia de referência jornalística sobre adolescentes em conflito com a lei por iniciativa da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

⁵⁹ Codinome do adolescente envolvido no assassinato de um casal de namorados que acampava no interior de São Paulo, em novembro de 2003.

⁶⁰ Ocorrido em 2007 no Rio de Janeiro, quando João Hélio, foi assassinado após um assalto, ao ser arrastado pelo carro preso ao cinto de segurança pelo lado de fora do veículo em que estava, levado pelos assaltantes (dentre eles um adolescente de 16 anos).

⁶¹ (FOUCAULT, 2000; DELEUZE 1996) para aprofundar discussão sobre técnicas de confinamento e suplício do corpo ou para aspectos singulares das instituições de cerceamento da liberdade.

⁶² Pernambuco é um exemplo disso, é um dos estados em que mais se tem adolescentes mortos sob a tutela do Estado conforme dados do Fórum Estadual de Defesa de Crianças e Adolescentes.

menores (1927 e 1979) –, tem-se ainda a prevalência da pobreza no seio deste debate, mesmo após os avanços legais da Constituição de 1988, em virtude sobretudo do aprofundamento da desigualdade social.

A ANDI em seu estudo *A voz dos parlamentares e o adolescente em conflito com a lei - uma análise da cobertura de 33 jornais brasileiros entre janeiro de 2006 a dezembro de 2010* coletou, por meio de clipping eletrônico, as notícias sobre o tema publicadas por 342 jornais impressos das cinco regiões do país no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2010. Segundo os números coletados, ao longo do período foram publicadas 374 notícias com tais características. Deputados federais e senadores foram fontes de informação em 699 oportunidades, o que corresponde a uma média de 1,9 parlamentar ouvido em cada notícia. Vale ressaltar que “a maior parte dessa cobertura (84,5%) foi publicada em 2007, em decorrência dos debates acerca da Lei da Maioridade Penal, impulsionados após a morte do garoto João Hélio” (ANDI, 2012, p.8).

Ao analisarmos “os veículos que mais abriram espaço para os parlamentares opinarem sobre o tema, prevalecem três jornais de abrangência nacional: O Globo (10,2%), Correio Braziliense (7,2%) e Jornal do Brasil (6,7%)” (ANDI, 2012, p.8). Ao olharmos mais detalhadamente como se dá essa participação, é possível perceber que em mais da metade dos textos (57,2%) prevalece um discurso uníssono, pois apenas um deputado ou senador é ouvido. Pouco mais de um quinto das notícias (20,6%) ouve dois parlamentares. “Apenas 3,7% dos textos buscaram levar ao leitor uma visão um pouco mais ampla da posição de deputados e senadores consultando quatro parlamentares” (ANDI, 2012, p.10). Isto é, substância a compreensão de que uma discussão tão complexa é limitada no diálogo de enfrentamento.

De forma geral, a pesquisa da ANDI (2012) as matérias que ouvem parlamentares não discutem assuntos como políticas públicas, ações e projetos na área. “O debate é centralizado na maioria penal e as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) são os instrumentos legais mais citados” (ANDI, 2012, p.13).

Um dado que chama a atenção é a baixa referência (2,2%) ao Projeto de Lei nº 1627/2007, que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – política que busca articular os três níveis de governo, levando em conta a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado no enfrentamento do problema (ANDI, 2012, p.13).

O estudo da ANDI (2012, p.14) ainda revela que grande parte dessas notícias (78,9%) também não adicionou, à fala dos parlamentares, indicadores estatísticos que

poderiam contribuir para contextualizar o fenômeno da violência e a participação de crianças e adolescentes na problemática. Revelando não só um desconhecimento legislativo mas também da realidade da juventude brasileira. Pois, “94,9% das notícias sobre adolescentes em conflito com a lei que ouvem parlamentares não citam qualquer política pública” (ANDI, 2012, p.14).

É importante salientar que “nem todas as unidades da federação contam com representantes participando dessa discussão temática. De acordo com a pesquisa, senadores e deputados ouvidos como fonte de informação representam 19 dos 27 estados” (ANDI, 2012, p.21). No mais, segundo a pesquisa da ANDI, 37,0% dos senadores se mostraram contrários a mudanças na lei em sua participação no noticiário sobre o tema. No caso dos deputados, esse percentual foi de 43,5% (ANDI, 2012, p.24). Logo, observa-se um legislativo extremadamente arcaico na discussão e no discurso sobre a problemática da violência sob a representação da maioria penal, homogeneizando e reduzindo uma questão tão complexa.

A Rede Justiça Criminal, um coletivo de organizações dedicadas à promoção e defesa de direitos no contexto do sistema de justiça criminal, realizou uma análise no ano de 2016 de 61 projetos de lei que tratam de alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei 12.594/2012) na Câmara dos Deputados. O estudo levantou as principais justificativas e propostas que estão sendo apresentadas como resposta ao fenômeno da violência cometida durante a adolescência.

De acordo com a Rede Justiça Criminal (2016) os projetos prometem apresentar uma solução à sociedade diante da sensação de impunidade no âmbito da justiça juvenil. No entanto, ao propor tais mudanças, os legisladores reforçam justamente o que dizem combater: a violência. O recrudescimento do sistema de justiça juvenil é caro, ineficiente e não terá impacto na redução da violência (RJC, 2016, p.1).

Diante disso, é evidente a falta de conhecimento da realidade a respeito da privação de liberdade de adolescentes no Brasil, caracterizada por um contexto de mortes, de acordo com a Secretária de Direitos Humanos do Paraná só no ano de “2013 foram registradas 29 mortes de adolescentes sob custódia do Estado dentro de unidades de internação. Em 2014 esse número quase dobrou, tendo sido registradas 48 mortes”⁶³; pelo déficit e inadequação das vagas existentes no sistema, visto que devido aos

⁶³SDH/PR. Levantamento Sinase 2013.– Levantamento Anual Sinase 2014.

crecentes níveis de encarceramento de adolescentes, um dos grandes problemas enfrentados no Sistema Socioeducativo hoje é o déficit e a inadequação das vagas; e condições inadequadas para promoção dos programas socioeducativos, seja pela superlotação, seja por unidade fora do padrão previsto na Lei do SINASE (Lei 12.594/2012). No Sudeste por exemplo, “mais de 88% das unidades encontram-se fora do padrão adequado, o que se torna ainda mais grave diante da constatação de que mais de 60% do total dos adolescentes estão internados nestas unidades” (RJC, 2016, p.8).

Ainda conforme a Rede de Justiça Criminal (2016), a análise dos projetos de lei permite constatar

que quase 64% das propostas (39 dos 61 Projetos de Lei) que visam a implementar mudanças na aplicação das medidas socioeducativas envolvem o aumento do tempo de internação. Além disso, 12 dos 61 projetos analisados propõem o aumento da internação provisória. As justificativas se resumem à necessidade de mais tempo para a conclusão das investigações e à necessidade de proteção das vítimas, o que não se mostra condizente com a realidade da atuação do sistema judiciário juvenil no Brasil. O judiciário aplica com frequência medidas de privação de liberdade, descumprindo os dispositivos legais e utilizando-se de fundamentação frágil, como o desajuste moral e social do indivíduo. O modelo de privação de liberdade adotado por países como o Brasil exacerba traumas e impossibilita o desenvolvimento saudável (RJC, 2016, p.3).

De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2015) um estudo realizado pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas no Distrito Federal demonstrou que o prolongado tempo de encarceramento não resulta na diminuição da reincidência do adolescente em conflito com a lei. Ficou evidenciado no estudo que a eficácia da medida imposta não está relacionada ao tempo que o adolescente passa privado de liberdade, mas aos serviços oferecidos neste período, que devem ser adequados para a ressocialização (TJDFT, 2015).

Isto é, “aumentar o tempo de internação é mais prejudicial do que benéfico ao adolescente e conseqüentemente para sociedade - ao contrário do que afirmam, sem embasamento, as propostas de mudança” (MCCARTHY; SCHIRALDI; SHARK, 2016). Compreende-se assim, que é pertinente ressaltar os aspectos culturais, históricos, econômicos entre outros que acabam por mediar e caracterizar os/as adolescentes e no caso brasileiro vale ressaltar o histórico de institucionalização do país que acabam por constituir processos estigmatizantes para os adolescentes.

CAPÍTULO III. CAMINHOS DA PESQUISA

O recorte da pesquisa ocorre a partir da medida socioeducativa de semiliberdade com foco em duas Casas de Semiliberdade (CASEM) na região metropolitana do Recife. A semiliberdade enquanto medida socioeducativa de restrição da liberdade está prevista no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE no artigo 158 consta sobre a semiliberdade, que é

- III - a apresentação das atividades de natureza coletiva;
- IV - a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do art. 49 desta Lei; e
- V - a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 desta Lei (Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012.).

O artigo 42 do ECA dispõe sobre o tempo de avaliação da medida que

as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.

Deste modo, o regime de semiliberdade, tem permanência máxima de 3 anos e avaliações periódicas, conforme sentença judicial a partir da análise do relatório individual. Conforme Boletim estatístico da FUNASE/PE de agosto, setembro e outubro de 2018⁶⁴ apontam que a “estatística revela as seguintes prevalências: população masculina, faixa etária de 17 e 18 anos, ato infracional roubo e consumo de maconha. Também extraímos que a maioria tem a escolaridade entre o 6º e 9º ano e renda familiar de um a três salários mínimos” (FUNASE/PE, 2018, p.7). Esses dados são pertinentes as Unidades de Atendimento Inicial (UNIAI), Centros de Internação Provisória (CENIPs), Centros de Atendimento Socioeducativos (CASEs) e Casas de Semiliberdade (CASEMs) e ressaltam a importância não só de revelar o cotidiano dessa adolescência que está em cumprimento de medidas, bem como, caracterizar os meninos e meninas.

As instituições da referida pesquisa (CASEM), conforme Boletins Estatísticos do mesmo período (entre agosto e outubro) atenderam adolescentes de ambos os sexo

⁶⁴ Os dados evidenciados deste período são justificados por serem o período de campo dessa pesquisa, a ausência do mês de novembro se dá porque ainda não foi disponibilizado pela instituição no tempo de consulta em 28/04/2019.

de idade entre 13 e 19 anos de idade da RMR com destaque para os territórios de Recife, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Olinda; Mata Norte (Tracunhaém); Agreste Central (Belo jardim e Brejo da Madre de Deus) e Agreste Setentrional (Passira). Os atos infracionais destacados neste mesmo período foram roubo qualificado e tráfico de entorpecentes ou associação.

No ano de 2017 foram atendidos 1.362 atendidos em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade, nas Casas de Semiliberdade (CASEMs), localizadas nos municípios do Recife, Caruaru, Petrolina, Garanhuns e Jaboatão dos Guararapes. Enquanto que, 59 adolescentes do sexo feminino foram atendidas em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade, na Casa de Semiliberdade (CASEM) Santa Luzia (FUNASE, 2017, p.5).

Quanto à caracterização dos/as adolescentes atendidos/as conforme o Relatório anual (FUNASE/PE, 2017) é possível apontar que quanto à idade: 35% de 17 anos, 23% de 16 anos e 16% de 18 anos. Quanto à cor ou raça: Parda 76%, 13% branca e 11% negra. Renda familiar: 22% menos de 01 Salário Mínimo (SM), 50% DE 01 A 03 SM. Região de incidência - 55% RMR, 13% Agreste central e 8% Mata norte. Infração: 48% roubo; 16% tráfico ou associação de entorpecentes e 9% homicídio; e escolaridade 45% ensino fundamental (6º ao 9º ano); 14% Ensino fundamental (2º ao 5º ano) e 13% EJA Fase III (6º ao 7º ano).

Portanto, compreende-se um contexto em que o abandono escolar é uma realidade, onde a desigualdade socioeconômica é evidente e a exposição às drogas, quer seja para o consumo ou para a venda é destaque para a prática de atos infracionais. Assim como, o roubo que muitas vezes ocorre em consonância com as drogas. Além dessas questões, a juventude negra ainda é a que mais sofre os resultados de uma política higienista de drogas e encarceramento. Conforme Atlas da violência (2018, p.40)

uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa

de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras.

Diante de tal processo, a isonomia, conceito tão caro o direito moderno para a garantia de direitos, sofre interferências, pois

é sabido que esta igualdade, meramente formal, serviu como forma de escamoteamento das desigualdades materiais que foram absorvidas e aprofundadas pelo modo de produção capitalista, que, dentre outras coisas, produziu também seu próprio sistema jurídico (MIAILLE, 1989, p. 111 e ss. apud CUNHA, 2000, p. 53).

Por exemplo, na concepção de “direitos humanos para humanos direitos”. Pois, de acordo com Cunha (2000, p.54) “num Estado entrecortado por interesses de classe, segmento e grupos sociais, a legislação e a prática judiciária produzidas também são entrecortadas por estes mesmos interesses”.

Vale registrar como o senso comum ainda se perfaz em posicionamentos, não raro agressivos e favoráveis a uma brutal seletividade do sistema, não tanto por sua proposta correccional – já com credibilidade abalada – mas por sua proposta repressiva, na medida em que consegue identificar na maior parte dos destinatários da lei penal, inclusive adolescentes autores de ato infracionais, os “párias” sociais que incomodam a estabilidade do *status quo* (CUNHA, 2000, p. 55).

Diante desse contexto é importante situar como a instituição responsável pelo cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade trabalha. Conforme o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art. 1 é seu objetivo

através de seus Centros de Atendimento Socioeducativos de Internação, Casas de Semiliberdade e Internação Provisória, Unidade de Atendimento Inicial, têm como propósito a “execução da política de atendimento aos adolescentes envolvidos ou autores de ato infracional, com privação ou restrição de liberdade.” (Lei 132/2008), promovendo um atendimento de qualidade, com eficácia, eficiência e efetividade, levando em consideração a natureza legalista das Medidas, Normas e Recomendações, de âmbito Nacional e Internacional, sobretudo, considerando-se como parâmetro, a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e a Lei 12.594/12 que, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

A previsão do atendimento aos adolescentes ganha tangencia no Art. 2 que aponta que “o atendimento deverá garantir a proteção integral e os direitos dos adolescentes, por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, Estado e dos Municípios”. Quanto à responsabilização sobre a execução das medidas socioeducativas pela FUNASE/PE o Art. 4 salienta que

as Medidas Socioeducativas de Internação, enquanto privação de liberdade, e Semiliberdade, enquanto restrição de liberdade, são de natureza legalista e conteúdo prevalentemente pedagógico, sujeitas aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento (FUNASE/PE, 2013).

Sobre os direitos dos/as adolescentes o regimento interno da FUNASE/PE (2013) dispõe do Art. 14 que “ao/a adolescente são assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, sem distinção de natureza racial, social, religiosa ou política”. No Art. 15 apresenta como direitos do adolescente

- I – Entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II- Peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III- Entrevistar-se reservadamente com o seu defensor;
- IV - Obter informação sobre sua situação processual;
- V- Receber tratamento com respeito e dignidade, assegurando-se o chamamento pelo nome, à proteção contra qualquer forma de sensacionalismo e o sigilo das informações;
- VI- Ter acesso às Políticas Sociais, prestadas por meio de assistências básicas e especializadas, promovidas, direta ou indiretamente, pela unidade, conforme determinações do capítulo IV deste Regimento;
- VII- Receber visitas semanalmente;
- VIII- Corresponder-se com seus familiares e amigos, devidamente autorizados por assistente social, psicólogos ou coordenações;
- IX- Ter acesso aos meios de comunicação social, conforme política interna da FUNASE;
- X- Manter a posse de objetos pessoais, desde que compatíveis e permitidos pelas normas da Unidade;
- XI- Receber, quando de seu desligamento, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade, bem como, seus pertences;
- XII- Solicitar Medida de Convivência Protetora, assegurando-se espaço físico apropriado, quando estiver em situação de risco;
- VIII- Receber orientação das regras de funcionamento da Unidade e das normas deste Regimento Interno, mormente, quanto ao Regulamento Disciplinar;
- XIV- Receber, periodicamente, informações sobre a evolução do seu Plano Individual de Atendimento - PIA.

Sobre os deveres dos/as adolescentes o regimento interno da FUNASE/PE (2013) dispõe do Art. 16 que ressalta que cabe ao/a adolescente, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da Medida Socioeducativa, à proposta pedagógica e escolar da FUNASE e às ações previstas no seu plano Individual de Atendimento - PIA. No Art. 17 incisos de I a XV do regimento interno da FUNASE/PE (2013) apresenta os deveres:

- I – Cumprir fielmente a Medida Socioeducativa de Internação, Semiliberdade bem como a Internação Provisória e comportar-se conforme as normas deste Regimento;

- II - Tratar com educação, cordialidade e respeito as autoridades, servidores, visitantes e os demais adolescentes;
- III - Ter conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fugas ou de subversão da ordem ou disciplina;
- IV- Atender às normas da Unidade e deste Regimento Interno;
- V - Obedecer ao servidor, no desempenho de suas atribuições;
- VI- Participar das atividades pedagógicas, previstas no Plano Individual de Atendimento - PIA;
- VII- Cumprir, quando imposto, a sanção disciplinar;
- VIII- Zelar pelos bens patrimoniais e materiais que lhe forem destinados, direta ou indiretamente;
- IX- manter a higiene pessoal e conservar seu alojamento;
- X- Submeter-se à revista pessoal, de seu alojamento e pertences, sempre que necessário e a critério da Unidade;
- XI- Encaminhar ao setor competente os objetos ou valores, cuja entrada não seja permitida na Unidade;
- XII- Devolver ao setor competente, os objetos fornecidos pela Unidade e destinados ao uso próprio, quando de seu desligamento;
- XIII- Atender à ordem de contagem e conferência nominal dos adolescentes, respondendo ao sinal da autoridade competente, para o controle da segurança e disciplina;
- XIV - Permitir a revista e controle, pela área competente, de seus bens, pertences e valores, quando da entrada na Unidade;
- XV - Submeter-se a avaliação inicial e continuada pela equipe multidisciplinar.

Portanto, pensar a semiliberdade implica não apenas refletir sobre a seara dos direitos, haja vista que a medida socioeducativa deve ter caráter educativo, mas envolve também os deveres na medida que prevê a responsabilização do/a adolescente em acordo com a perspectiva de desenvolvimento integral pleno.

NOTAS SOBRE O *CORPUS* DA PESQUISA

A pesquisa pode ser sistematizada em seis momentos, explicitadas a seguir.

1) Revisão de literatura: fundamentada em pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento dos trabalhos (artigos, dissertações, teses e livros) pertinentes ao fenômeno, com base nos seguintes descritores: Adolescentes em conflito com a lei, Adolescentes e Consumo, Adolescentes em Semiliberdade e Profissionais que trabalham com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

De acordo com Gil (2008, p.45) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 142) a pesquisa bibliográfica é relevante por ser capaz de “fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

De modo que, “o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de

informações, podendo orientar indagações” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 142). A revisão da literatura foi realizada nas principais bases de dados (BDTD⁶⁵, Periódicos Capes e Scielo⁶⁶) e a partir de pesquisa documental, tendo como principal fonte de dados a documentação⁶⁷ produzida pelas instituições que atuam na área dos direitos de adolescentes, particularizando, com medidas socioeducativas.

2) O foco na semiliberdade, medida socioeducativa justificada pelo seu caráter de cerceamento parcial de liberdade dos/as adolescentes, os quais durante a semana desenvolvem atividades na CASEM e nos equipamentos da política pública da infância e da juventude e no finais de semana retornam para suas famílias e comunidades.

3) O universo de atendimento de semiliberdade em Pernambuco acontece em 8 instituições caracterizadas em CASEM's, localizadas em Areias, Caruaru, Garanhuns, Harmonia, Jaboatão dos Guararapes, Petrolina, Rosarinho e Santa Luzia. Desse universo, selecionou-se para compor o corpus da pesquisa 2 CASEM's, localizados na Região Metropolitana do Recife (RMR), a partir dos critérios de gênero e faixa etária (idades de 13 a 17 anos por se tratar do período da adolescência) que serão apreendidos como reflexo da semiliberdade de modo geral, dada a responsabilidade ética deste trabalho com a preservação das identidades. Quanto os/as adolescentes entrevistados/as compreenderam aqueles/as em cumprimento de semiliberdade com idades de 15 a 17 ano, atendendo assim a previsão da pesquisa.

4) Antes de iniciarmos a fase das entrevistas foi necessário ter autorizações. Seguiu-se o trânsito de solicitação de realização de pesquisa (Apêndice A) direcionado a Diretora presidenta da Funase/PE (Nadja Alencar) – em Junho de 2018, onde foi possível a partir de reunião com a assessoria técnica das Casas de Semiliberdade de Pernambuco apresentar a pesquisa e estabelecer os critérios de escolha (gênero e idade) expostos no ponto 3, anteriormente.

Posteriormente solicitou-se autorização (Apêndice A) as coordenações das 2 CASEM's envolvidas – em Agosto de 2018 e houve apresentação da pesquisa com a presença da coordenação da casa e a coordenação técnica. Em concomitância, ocorreu a solicitação (Apêndice A) direcionada a Vara Regional da Infância e Juventude em Agosto de 2018 para o desenvolvimento da pesquisa.

⁶⁵Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

⁶⁶*Scientific Electronic Library Online.*

⁶⁷ Plano de trabalho, relatórios técnicos e administrativos, relatórios periódicos de atividade, dentre outros.

É importante assinalar que para fins de autorização as pessoas entrevistadas assinaram os respectivos termos, as profissionais assinaram o TLCE (APÊNDICE B), os adolescentes assinaram o TALE (APÊNDICE D), posteriormente, a autorização prévia de suas respectivas famílias a partir do TLCE (APÊNDICE C).

5) As entrevistas estavam previstas para ocorrer com profissionais da equipe técnica das CASEM's e com adolescentes masculinos e femininos de 13 a 17 anos em cumprimento de medidas socioeducativa de semiliberdade para *analisar a relação da sociedade de consumo com a adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade*.

No entanto, só foi possível realizar as entrevistas com os/as profissionais e com os adolescentes masculinos, justificado pelo acolhimento da equipe de profissionais que trabalhavam com os meninos a qual houve a possibilidade de integrar o calendário das atividades cotidianas da casa de modo efetivo e a autorização prévia de suas respectivas famílias a partir do TLCE (APÊNDICE C), que foi utilizado como critério de seleção para realização das entrevistas com os adolescentes, além dos de gênero e faixa etária.

A partir da seleção do corpus, a pesquisa prosseguiu com a realização das visitas com as profissionais e com os/as adolescentes, respeitando o calendário das atividades cotidianas das instituições de semiliberdade. Para tanto, foram realizadas 17 visitas para a realização das entrevistas e o acompanhamento de 12 atividades em grupo, sendo 02 organizadas e mediadas pela pesquisadora em parceria com a equipe técnica.

6) Análise dos dados obtidos utilizando-se das categorias do referencial teórico e do método de Análise do discurso com base em Eni Orlandi.

CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR

A pesquisa como *corpus* o cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade da Região Metropolitana do Recife (RMR). Sobre a aplicabilidade das entrevistas é pertinente pontuar que ocorreram mediante aplicação de roteiro semiestruturado (Apêndice E) com profissionais da equipe técnica caracterizadas como:

- I.** Assistente social;
- II.** Psicologia;
- III.** Pedagogia;
- IV.** Advocacia.

Somado ao corpo técnico houve entrevistas conforme roteiro semiestruturado (Apêndice F) aos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativa de semiliberdade. De modo que, essa delimitação do *corpus* visa **analisar a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com a sociedade de consumo**. Ainda sobre as entrevistas é importante salientar que os adolescentes entrevistados foram selecionados a partir de autorização prévia da família, sem interferência da equipe técnica, e ocorreram com a presença da pesquisadora e dos entrevistados.

Além dos cargos da equipe técnica temos os cargos de gestão, que não foram entrevistados, mas que viabilizaram a pesquisa e suas características deram perspectivas diferenciadas. Quanto à responsabilização dos cargos nas instituições da FUNASE/PE o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seus Art. 91 afirma que a Coordenação Geral “será desempenhada por profissional de nível superior, com experiência administrativa e conhecimento da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do adolescente), do SINASE e legislação atinente à matéria, nomeado pelo Governador do Estado”. Sendo importante ainda “para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento, em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos, previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário” (FUNASE/PE, 2013, Art. 91): “I - formação de nível superior, compatível com a natureza da função; II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos; III - reputação ilibada”.

Quanto às competências da Coordenação Geral o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seus Art. 92 elenca:

- I - Coordenar a Unidade;
- II- Adotar medidas, definidas no Regimento Interno e no Regulamento Disciplinar da Unidade;
- III- Representar publicamente a Unidade;
- IV- Convocar e presidir reuniões do corpo funcional;
- V- Delegar competências funcionais;
- VI- Assinar os documentos da Unidade;
- VII - Tomar as providências cabíveis de sua competência ou, impossibilitado de adotá-las, realizar a pertinente comunicação à Direção da FUNASE, para que a Unidade sob seu comando deva:
 - a) - Oferecer instalações físicas, em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
 - b)- Apresentar plano de trabalho compatível com os princípios contidos no Estatuto da Criança do Adolescente – ECA, no Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE, no Plano Anual da Ação Socioeducativa da FUNASE, no Plano Estadual do Sistema Socioeducativo e do Regimento Interno da Unidade que gerencia;

- c)- Ter, em seu quadro funcional, profissionais idôneos, preparados para o exercício de suas funções específicas;
- d)- Quaisquer outras ocorrências supervenientes à rotina da Unidade.

Apesar de semelhantes na atividade de gestão geral os perfis encontrados na pesquisa são distintos, salvo a questão dos apontamentos se darem a partir de interação de tempo reduzido da pesquisadora para com as profissionais. Os dois perfis são de profissionais de muito tempo de casa, ou seja, possuem uma trajetória no sistema socioeducativo de Pernambuco. No entanto, quando em diálogo sobre outras referências seja na discussão acadêmica como no âmbito social apenas uma das coordenações mostrou familiaridade.

Observou-se que compreender o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes não se dá apenas no preenchimento do quesito de forma teórica, mas de maneira prática, pois assim é possível apreender a mobilização de uma equipe variada de profissionais. Assim como, facilita a compreensão da importância da realização de pesquisa por exemplo. Outro ponto que merece destaque é sobre o desenvolvimento de rotina na instituição. Ocorre dificuldade de realização de rotina em uma das casas, principalmente no que tangencia o funcionamento dos setores. De modo o desenvolvimento pleno e integral ocorre com sobrecarga em um dos setores.

Sobre as características da Coordenação Técnica o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seus Art.93 apresenta que

será desempenhada por profissional de nível superior, com experiência (administrativa na área técnica de atuação) e conhecimento da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do adolescente), do SINASE e legislação atinente à matéria, nomeado pelo Presidente da FUNASE.

Sobre as competências da Coordenação Técnica o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seus Art.94

- I- Responder pelo planejamento, execução e avaliação do plano operativo da Unidade;
- II- Orientar e acompanhar a emissão de relatórios técnicos apresentados ao sistema de justiça (juízes e promotores);
- III- Realizar estudo de caso junto à equipe técnica (assistente social, psicólogo, pedagogo e advogado) para análise do desenvolvimento do Socioeducando;
- IV- Realizar encontros e reuniões sistemáticas com o Setor Pedagógico e equipe técnica, com vista à melhoria e aperfeiçoamento das ações, bem como otimização do relacionamento interpessoal das equipes;
- V- Sugerir à Coordenação Geral, estudo de possíveis alterações no Regimento Interno, visando a eficácia de sua aplicação;
- VI- Tomar conhecimento das ocorrências envolvendo cada adolescente, junto à equipe técnica, submeter apuração de casos;

VII- Assegurar a elaboração e o envio do Boletim Estatístico Mensal do fluxo de entradas e saídas dos adolescentes, e demais relatórios, a pedido da Coordenação Geral;

VIII- Disponibilizar suporte técnico e operacional à Coordenação Geral da Unidade.

Quanto à coordenação técnica encontrada na pesquisa observou-se de que apesar dos dois perfis encontrados terem tempo significativo de sistema socioeducativo, observou-se um dos perfis mais integrado com a equipe de maneira geral, preocupado com a formação e qualificação da mesma, bem como, com o diálogo facilitado no cotidiano. De modo que, não só os perfis encontrados na coordenação técnica mas na coordenação geral também nos fazem refletir sobre dois tipos de operadores que

afluem para os quadros institucionais, como agentes operadores: os ‘vocacionados’, com significativo grau de altruísmo, disposição para o serviço, projetos de vida identificados com as causas sociais e capacidade de suportar frustrações sem desqualificar o trabalho junto aos beneficiários, e os ‘não-vocacionados’, ingressantes por falta de melhores oportunidades, com projetos de vida meramente voltados à sobrevivência ou à gratificação egóica (no aguardo de melhores oportunidades), com primário nível de consciência ética e desenvolvimento moral (BALESTRERI, 1998, p. 84 apud FERREIRA; FERNANDES, 2000, p. 110).

Portanto, conforme Cunha (2000, p.137) “manter a capacidade de indignar-se frente às perversidades do “sistema” e a vontade de transformar positivamente o espaço de trabalho no plano “micro e macro” certamente não é tarefa fácil”, mas é fundamental que os profissionais envolvidos no cotidiano de cumprimento de uma medida socioeducativa estejam comprometidos em realizar a transformação com base nos direitos humanos todos os dias.

Para a caracterização das profissionais entrevistadas foi construído um quadro de sistematização das informações que serão trabalhadas a seguir neste item. É importante salientar que apesar desta pesquisa ser o resultado da observação de dois CASEM’s por questões de ética vamos trabalhar com uniformidade de equipe técnica, de modo a resguardar a privacidades de quem contribuiu com a pesquisa.

Quadro 3. Caracterização da equipe técnica do CASEM

FORMAÇÃO	IDADE	SEMILIBERDADE	OUTRAS MSE	TEMPO TOTAL DE SSE
Assistente Social	30 anos	3 anos	Não	3 anos
Assistente Social	37 anos	4 anos	Não	4 anos
Advogada	28 anos	4 anos	2 anos de Internação	6 anos
Psicóloga	30 anos	6 meses	3 anos e 6 meses de Internação	4 anos
Psicóloga	35 anos	1 ano e 6 meses	Não	1 ano e 6 meses
Psicóloga	39 anos	4 anos	6 meses de Internação	4 anos e 6 meses
Pedagoga	52 anos	Quase 4 anos	Não	Quase 4 anos
Pedagoga	40 anos	10 anos	9 anos de acolhimento	19 anos de FUNASE/FUNDARC*

Fonte: elaborado pela autora. *Instituição anterior a FUNASE.

Sobre a caracterização do Pedagogo o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art.97 salienta que é preciso “ter Curso Superior em Pedagogia, sensibilidade para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei, ética profissional e responsabilidade. Conhecimento do ECA, do SINASE e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação”. Quanto às competências, o regimento interno da FUNASE/PE (2013) no Art.98 elenca:

- I- Elaborar conjuntamente com a equipe de pedagogia, o planejamento das atividades do eixo da Educação;
- II- Identificar o interesse e habilidades dos adolescentes para as atividades desenvolvidas na Unidade;
- III- Inserir os adolescentes nas atividades da Unidade, segundo o interesse e habilidades;
- IV- Diagnosticar o nível de escolaridade dos adolescentes;
- V- Orientar os professores, instrutores, ADSs e ASEs sobre a metodologia da Proposta Sócio Pedagógica da FUNASE;
- VI- Monitorar as atividades pedagógicas sob sua responsabilidade;
- VII- Matricular os adolescentes na Rede Pública de Ensino, acompanhando o rendimento na aprendizagem;
- VIII- Participar das atividades relacionadas a treinamentos e capacitações promovidos e/ou encaminhados pela Instituição;
- IX- Participar da elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento aos adolescentes – PIA
- X-- Participar dos processos de apoio e orientação familiar, individualmente e grupal;
- XI- Participar dos processos de integração interdisciplinar, na elaboração, acompanhamento e avaliação do plano operativo e atividades da Unidade;
- XII - Participar da elaboração dos pareceres dos adolescentes;
- XIII- Orientar e supervisionar estagiários;
- XIV- Desenvolver outras atividades correlatas;
- XV- Viabilizar o regresso, inserção e permanência dos adolescentes/jovens à escolarização, considerando suas singularidades, metodologia e condições de

atendimento, no âmbito interno e externo à instituição, assegurando o direito à Educação

XVI- Participar, quando for convocado, de audiências no Juizado da Infância e da Juventude, visando o esclarecimento que o caso requer.

Na representação de pedagogia neste trabalho surgem características bem diferentes entre as profissionais, enquanto uma tem 19 anos de experiência e já trabalhou anteriormente com áreas afins, a outra, tem 4 anos e a semiliberdade é a primeira experiência com o direito dos adolescente. Quando indagada sobre as atividades cotidianas é unânime a referência as atividades burocráticas, bem como, culpabilização das outras responsabilidades da tríade de proteção do adolescente, que são a família e a sociedade. Ou até mesmo o adolescente como é o caso do discurso da pedagoga 1, pois, de acordo com Brito (2000, p.120) ser sujeito de direitos implica, necessariamente, esta compromissado com os seus deveres.

A minha primeira preocupação é que ele retome a vida escolar dele, né?. não é fácil, porque? eles não se sentem pertencentes a esse processo como eu já falei para você. eles acham que não têm capacidade, assim, eu também já ouvi depoimentos de adolescente me dizer de que ohh tia quando isso acontecer comigo, ééé que a senhora está falando eu já vou estar morto, eles não e veem, acham que vão morrer cedo, são muito imediatistas, né?. ééé é difícil esse processo aí, mas a minha preocupação é essa que eles voltem a retomar os estudos. mas mais ainda que eu acho assim, que o meu trabalho foi feito é quando eles ééé conseguem querer, ter esse desejo né? eu vou, eu posso, eu quero. nem que ele não voltem, mas eu sinto que plantei a semente, quando eles ééé se sentem pertencentes a esse processo né, de ensino-aprendizagem (PEDAGOGA 1).

sim, às minhas atividades. matrícula, inserção em curso. como é isso? a gente está sendo monitorando, como estão essas meninas nos cursos, éé... vai lá nas escolas, supervisiona os cursos, matrícula no enveja, matrícula no enem, matrícula no supletivo. faz relatórios, PIAs, éé pareceres. a gente passa o dia fazendo isso. inserção em escola e matrícula eu acho que é o mais importante que a gente faz aqui. porque têm menina que vem parar aqui que praticamente nem nunca estudou, ou então estava na escola e ele saiu e ninguém olhava assim, se ela ia para escola. a gente têm um grande problema que é porque ninguém nunca se importou se ela estava indo ou não para a escola. e aqui a gente fica, você foi para escola? a gente têm uma frequência que a gente já olha todo dia. a gente já liga para a escola. ela está indo ou não para a escola. não ela não veio ontem e daí a gente já chama ela para conversar. então praticamente a rotina da gente é essa, ficar nessa preocupação. até porque a gente é nem estava conseguindo fazer isso sozinha, eu tenho que ter um apoio porque às vezes é muita coisa para fazer (PEDAGOGA 2).

Sobre o Assistente Social o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art. 101 caracteriza que este profissional precisa “ter Curso Superior de Serviço Social, Registro no Conselho Profissional competente, sensibilidade para trabalho com adolescentes em conflito com a lei, ética profissional e responsabilidade. Conhecimento

do ECA e do SINASE”. Quanto às competências, o regimento interno da FUNASE/PE (2013) apresenta que o/a Assistente Social precisa

- I- Realizar atendimento individual aos adolescentes, familiares, colaterais e ou outras pessoas, visando fundamentar o diagnóstico, prognóstico e orientação de tratamento ao estudo do caso social;
- II- Realizar visitas domiciliares a familiares, colaterais e ou outras pessoas que, por suas ligações com o adolescente, possam fornecer subsídios para elucidação de sua problemática;
- III- Encaminhar familiares aos diversos recursos existentes na comunidade;
- IV - Providenciar a documentação civil dos adolescentes;
- V- Participar, quando for convocado, de audiências no Juizado da Infância e da Juventude, visando o esclarecimento que o caso requer;
- VI- Convocar familiares ou responsáveis pelos adolescentes, para comparecerem à instituição, sempre que necessário, visando o aprofundamento do caso;
- VII- Elaborar e executar o atendimento ao núcleo familiar, visando fortalecer os vínculos afetivos, as condições de sobrevivência e o exercício da cidadania;
- VIII- Realizar atendimento em grupo, aos adolescentes e familiares, visando identificação de problemas e alternativas de soluções em um processo de socialização;
- IX- Elaborar relatórios de suas atividades, tais como: diagnóstico e parecer social, mediante levantamento sócio-econômico-familiar;
- X- Participar de reuniões com a equipe técnica, coordenação e direção, emitindo opiniões acerca do trabalho;
- XI- Participar da elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento aos Adolescentes;
- XII- Participar da elaboração do plano operativo e atividades da Unidade;
- XIII- Participar das atividades relacionadas a treinamento e capacitação, promovidos e/ou encaminhados pela Instituição;

De modo geral as assistentes sociais possuem tempo significativo na instituição. Mas as suas experiências atuais são as únicas que envolvem o direito de adolescentes. Sobre o cotidiano de trabalho além do discurso de burocratização é evidente a sobrecarga deste profissional que relata que a própria equipe não compreende o trabalho multi e interdisciplinar que precisa ser desenvolvido e que muitas das vezes acaba por centralizar as questões nas profissionais por não compreenderem o cunho transdisciplinar do trabalho com os/as adolescentes.

Bom, eu sou assistente social da unidade então eu faço o acompanhamento individual aos adolescentes, faço acompanhamento individual as famílias, faço acompanhamento coletivo que seria grupo, com os adolescentes, faço grupo com a família, eu faço visita domiciliar a família dos adolescentes, eu faço encaminhamento para a rede socioassistencial, CRAS, para o CREAS, rede de saúde, conselho tutelar, faço encaminhamento para entrada de documentação civil, todos, rg cpf, títuloéeee...qual o outro? carteira de trabalho, cartão de vacinação, cartão do SUS. Toodo documento que dá cidadania desde o de nascimentoéeee... faço acompanhamento de....éeee...eu acho que é isso, é tanta coisa [risos] que às vezes eu esqueço.éeee...Faço grupos, faço reuniões, faço reuniões externas com a rede

também, com a FUNASE também, para discutir casos,...éeee... participo de audiências, sou convocada para audiências, mutirões. E aí a gente participa, faço relatórios... circunstanciado que é o relatório de circunstância, relatório de acompanhamento, que é o relatório avaliativo da pena do adolescente, faço o PIA que é o plano individual de atendimento que é um documento né?! que está exposto no SINASE que o adolescente chega eu tenho até 45 dias que ele chegou para fazer esse documento e encaminhar para a justiça informando quais são às atividades sociais, a intervenção que eu vou fazer mas o PIA não só têm isso. Têm todas às áreas, né?! mas basicamente é isso (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Assim, é o que a gente faz cotidianamente? está dentro das atribuições do cargo aí as atribuições do cargo são visita domiciliar, atendimento individual, atendimentos em grupo e atendimento com à família, relatórios, o PIAS né? que é o plano individual, as audiências que são várias e a gente é obrigado a participar não é uma coisa que você possa escolher se vai assim, reuniões que são muitas e em diversos lugares. articulações com a rede, é que aqui na Funase meio que isso é muito, o povo meio que compreende isso meio errado. eles acham que é somente a assistente social para fazer, é colocado para mim como se fosse uma atribuição privativa minha mas na realidade a articulação com a rede independente da demanda pode ser feita por qualquer profissional mas aqui mesmo que é fechado. tipo se for encaminhamento para o conselho tutelar no meu entendimento como era da assistência no meu entendimento qualquer profissional que acompanha o adolescente vendo aquela demanda pode encaminhar para o conselho. aqui todo mundo diz logo conselho tutelar é a AS que faz o encaminhamento; e isso eu acredito que se repita em outras, outras unidades que eu povo aqui tem muito que psicólogo é para atender e encaminhar para o CAPS e eu tenho que fazer visita e resolver tudo que envolve família que isso mas a rotina aqui basicamente é essa (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Sobre o Advogado o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art 103 aponta que este profissional precisa “ter Curso Superior de Direito, registro na Ordem dos Advogados, sensibilidade no trabalho com adolescentes, ética profissional e responsabilidade, conhecimento do ECA e do SINASE”. São Competências do/a Advogado/a conforme o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art 104:

- I- Acompanhar junto aos órgãos responsáveis, os processos judiciais dos adolescentes;
- II- Representar Extra judicialmente a FUNASE, perante órgãos públicos e privados;
- III- Manter atualizado registro e documentos sob sua responsabilidade;
- IV- Desenvolver estudos de matérias jurídicas, consultando as fontes do Direito, para adequar os fatos à legislação aplicável;
- V- Elaborar, e/ou orientar a elaborar, minutas de portarias, resolução, certidões, declaração e outros instrumentos correlatos, de acordo com as normas vigentes, para cumprimento de direitos e deveres;
- VI- Prestar, assistência jurídica à clientela da FUNASE, aplicando os dispositivos legais em vigor, para defesa dos seus direitos;
- VII- Opinar, nos processos referentes aos direitos e deveres;
- VIII- Prestar assistência jurídica aos adolescentes da FUNASE, aplicando os dispositivos legais em vigor, para defesa dos seus direitos;
- IX - Orientar a direção e equipe técnica das unidades, em assuntos de natureza jurídica relacionados com a FUNASE, esclarecendo quanto à aplicação de dispositivos legais, objetivando o cumprimento do Direito;

- X- Participar de treinamentos, seminários ou palestras, visando o aperfeiçoamento técnico;
- XI- Participar de reuniões com a equipe técnica e administrativa;
- XII- Participar de processos de integração interdisciplinar, na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos de ação e atividades da Unidade;
- XIII- Participar da elaboração dos pareceres multidisciplinares;
- XIV- Orientar e supervisionar estagiários;
- XV- Desenvolver outras atividades correlatas.

Quanto a representação de advocacia, o perfil encontrado tem tempo significativo, totalizando 6 anos de experiência no sistema socioeducativo de Pernambuco com destaque para experiência prévia na medida de internação (2 anos). Sobre o cotidiano de trabalho o discurso perpassou o mesmo das demais profissionais sobre a questão da burocratização mas que também pontua a avaliação e destaca a fiscalização.

ahh tá certo. pronto. minhas atividades, no mais é dar orientação processual para os adolescentes, orientação jurídica, né? informar quando o prazo dele do relatório vai ser enviado, informar como é que tá a questão do processo de conhecimento, se já concluiu, se já foi transitado e julgado...ééé... também faço o acompanhamento do processo de execução dele, se já foi homologado o PIA, se tá com alguma demanda precisando de alguma complementação de pia, no mais essas atividades são junto a vara regional, que é a que acompanha os meninos. No interior da unidade a gente faz mais é a orientação aos meninos, aos familiares, né? repassando todas às informações que a gente tem, né? mas eu também sou responsável por todas às questões de prazo, né? de enviar o PIA que é de 45 dias. então a gente fica em um trabalho junto com a coordenação. eu digo que quando vai se vencer ela fica na parte de cobrar e também dos relatórios. e aí também têm a participação do advogado no conselho disciplinar, para garantir que o adolescente não sofra nenhuma, prejuízo de nenhum dos direitos deles, que eles tenham direito da ampla defesa, do contraditório, então isso ...éé, um papel nosso fiscalizar. E no mais se tiver alguma confusão aqui na unidade a gente está participando para vê se os direitos dos adolescentes estão sendo garantidos. aí no mais, é acompanhamento também junto na delegacia, quando acontece alguma coisa, então a gente faz mais essa parte intermediando a justiça e a unidade (ADVOGADA 1).

Sobre o Psicólogo o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art. 104 salienta que é preciso “ter Curso Superior de Psicologia, registro no Conselho Profissional competente, sensibilidade para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei, ética profissional e responsabilidade, conhecimento do ECA e do SINASE”. São competências do psicólogo conforme o Art. 105 o regimento interno da FUNASE/PE (2013)

- I- Efetuar atendimento psicológico individual e grupal aos adolescentes e familiares;
- II- Elaborar psicodiagnóstico dos adolescentes;

- III- Participar da elaboração e acompanhamento do plano individual de atendimento dos adolescentes- PIA;
- IV- Participar de processos de integração interdisciplinar na elaboração, acompanhamento e avaliação do plano operativo e atividades da Unidade;
- V- Realizar atendimento, na modalidade de grupo operativo, com adolescentes, familiares e servidores da Unidade;
- VI- Participar da elaboração dos pareceres multidisciplinares dos adolescentes;
- VII - Desenvolver outras atividades correlatas.
- VIII- Participar, quando for convocado, de audiências no Juizado da Infância e da Juventude, visando o esclarecimento que o caso requer.
- IX- Acompanhar, juntamente, com os profissionais especializados, os adolescentes portadores de distúrbios mentais;
- X – Orientar e supervisionar estagiários.

Quanto a representação de profissionais de psicologia encontrados na pesquisa observou-se que 2 possuem experiência anterior na medida de internação e apenas 1 a semiliberdade é a única vivência. Quanto ao cotidiano de trabalho os discursos expõem um longo trâmite de encaminhamentos e de reconstituição de vínculos com a família, as problemáticas que envolvem a questão das drogas.

eu trabalho com, diretamente os adolescente e às famílias nesse processo deles de reflexão, sobre as escolhas, ééé... responsabilização sobre o ato que eles fizeram, fazendo os encaminhamentos quando eles têm algum tipo de problema de saúde mental, né? orientações para eles e para às famílias. a gente faz também um suporte, um apoio psicológico. Em muitos casos eles trazem algumas demandas e a gente acolhe, e aí é todo esse processo de orientação e acompanhamento dos adolescentes e da família (PSICOLOGA 1).

veja, quando um adolescente chega, a gente tem que fazer um atendimento inicial. nesse atendimento inicial a gente precisa entender, criar meio que um um diagnóstico, identificar o que foi que aconteceu com o adolescente para chegar até aqui né? então a gente procura saber o nome, onde mora né? como vive, qual a situação dele. se ele entende que ele foi sentenciado, que ele vai cumprir uma medida socioeducativa, a gente explica para ele como é a menina socioeducativa né?. têm toda essa conversa inicial sobre os direitos deles, sobre os deveres que ele têm. e aí ele passa tanto por mim que sou a psicóloga, pelo serviço social e pelo atendimento jurídico e pela pedagogia. que aí vai ver quanto tempo tava fora da escola, a série que faz para poder fazer esses encaminhamentos. a gente chama a família no primeiro, assim que o adolescente chega. a gente já entra em contato com a família. o ideal é que a família venha nesse primeiro dia né? [...] vem na sentença o que ele precisa, mas às vezes o que ele precisa ele não quer. então se ele não quer a gente não força ele, a gente justifica. diz que é importante que é preciso, conversar com a família. se durante o percurso ele perceber que é importante e ele reconhece, vai lá, conhece as pessoas, conhece o espaço, conhece. se ele perceber que isso é importante e ele queira fazer a gente faz o encaminhamento. mas a dinâmica é essa. vai ser inserido nesses serviços, vai fazer às atividades. existe às atividades em grupos aqui, existe o GOD né? que é o grupo de orientação sobre drogadição, têm o sociojurídico, têm o grupo pedagógico. pode participar dessas atividades, das aulas de reforço eeee... dos atendimentos. a gente faz atendimentos de preferência atendimentos semanais, chama para saber se o adolescente está bem, às vezes, chegou um adolescente de uma comunidade rival e isso interfere no

comportamento dele né? de esclarecimento sobre a medida, sobre o tempo da medidas, dos relatórios, da importância das atividades. de colocar para ele que ele está sendo responsabilizado por um ato infracional que ele cometeu, mas que essa medida é de caráter pedagógico. existe todo um interesse para que ele estude, para que ele faça um curso, para que ele possa retornar ao convívio familiar, comunitário sem reincidir. essa construção do PIA a gente tem tentado tem buscado, construir esse PIA com ele né? em uma participação mais ativa com ele, com a própria família né? falando de do que é possível fazer, do que que é possível mudar para que o que aconteceu não volte a acontecer (PSICOLOGA 2).

a minha função é acompanhar as meninas na medida socioeducativa. Como Eu Sou psicóloga o regimento interno da Funase diz que tenho algumas atividades como atendimento individual as meninas, atendimento às famílias ééé... elaborar do plano individual de atendimento que é o PIA, ééé assim, elaboração não, mas eu tenho que fazer os grupos, aí eu faço um grupo sobre drogas e além disso tem ooo que não tá tão explícito no regimento interno da FUNASE têm os os fluxos institucionais que a gente, faz tipo encaminhar a menina para a terapia, psiquiatra, para o CAPS, para um serviço de saúde mental, como eu sou psicóloga né?e aí o que eu faço, eu chego e atendo às meninas, assim, e Geralmente assim existem eu vejo na minha visão duas modalidades de atendimento ao atendimento que você faz isso é mato que vocês programa fazer um atendimento que surge a partir de uma demanda por exemplo a menina tá lá em cima se cortando eu não estava esperando isso mas eu não vou me refutar de atender só que eu atendi ela na semana existem quantas colunas se a minha tá passando tá chorando, tá alguma coisa de fundacional tá chegando aí eu vou lá e atendo para ver o que que é elemento mais é sistemático mais regular ou não (PSICOLOGA 3).

Apesar de não integrarem o *corpus* da referida pesquisa é importante pontuar os ASEs. Sobre o Assistente Socioeducativo o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art. 121 estabelece quais são as Competências do Assistente Socioeducativo – ASE I:

- I- Coordenar e supervisionar o trabalho dos Agentes Socioeducativos visando o cumprimento de suas atribuições;
- II- Garantir as normas de funcionamento da Unidade, junto ao grupo de Agentes Socioeducativos;
- III- Controlar a frequência e avaliar o desempenho dos grupos de Agentes Socioeducativos;
- IV- Receber documentação de encaminhamento do adolescente, preservando o sigilo do ato infracional cometido;
- V- Garantir a integridade física, psicológica e moral dos adolescentes;
- VI- Zelar pelo relacionamento harmônico entre os adolescentes, orientando-os em suas dificuldades;
- VII- Prevenir crises e intervir em situações de conflitos, zelando pela proteção dos adolescentes e segurança da Unidade, evitando ações agressivas e outros constrangimentos;
- VIII- Agilizar providências imediatas e complementares ao gerenciamento de crises e conflitos junto à Direção da Unidade;
- IX- Propor e cumprir, rigorosamente, as normas de segurança estabelecidas no local de trabalho;
- X- Prestar socorro imediato aos adolescentes nas situações emergenciais, encaminhando ao setor competente;
- XI- Coordenar junto aos Agentes Socioeducativos, ou junto a PM, a revista de adolescentes e de seus espaços de convivência;

- XII- Deslocar os adolescentes para outros espaços, respeitando a determinação da Direção e ou Coordenação;
- XIII- Sugerir, organizar e participar de atividades educativas, culturais e de lazer realizadas na Unidade;
- XIV- Supervisionar os espaços de convivência dos adolescentes, verificando as condições físicas e de higiene;
- XV- Viabilizar junto à Coordenação Administrativa, material necessário à higienização pessoal e dos espaços de convivências dos adolescentes;
- XVI- Participar de reuniões com os ASE's, técnicos, coordenação e direção, emitindo opiniões acerca do trabalho;
- XVII- Fazer relato diário, em livro de ocorrência, registrando as providências adotadas;
- XVIII- Respeitar e observar os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XIX- Participar de processos de integração interdisciplinar, na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

Sobre o Agente Socioeducativo o regimento interno da FUNASE/PE (2013) em seu Art. 123 estabelece quais são as Competências do Assistente Socioeducativo – ASE

II:

- I- Recepcionar os internos com solicitude orientando sobre seus direitos, deveres e normas disciplinares estabelecidas no local de trabalho;
- II- Garantir a integridade física, psicológica e moral dos adolescentes;
- III- Acompanhar os adolescentes para consultas médicas, exames, audiências, atividades pedagógicas e visita domiciliar, conforme orientação recebida;
- IV- Zelar pela disciplina, nas diversas dependências onde estão localizados os adolescentes, evitando e gerenciando conflitos e crises;
- V- Efetuar custódia, em translados, quando solicitado;
- VI- Fazer relato diário, em livro de ocorrências, registrando as providências adotadas;
- VII - Agilizar providências imediatas, em situação conflitante, intervindo, de forma apropriada, evitando ações agressivas e outros constrangimentos;
- VIII - Viabilizar a higienização pessoal dos espaços de convivência dos adolescentes;
- IX - Propor e cumprir, rigorosamente, as normas de segurança estabelecidas no local de trabalho;
- X - Respeitar e observar os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XI - Prestar socorro imediato aos adolescentes, nas situações emergenciais, encaminhando para o setor competente;
- XII - Participar de processos de integração interdisciplinar, na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

Desta forma, são profissionais importantes para o andamento das atividades cotidianas e para o operacional das Casas de Semiliberdade (CASEM) como será possível observar na parte sobre o cotidiano nas CASEM's, estão sempre presentes e desenvolvem papel fundamental.

Breves aspectos sobre a Família, Estado e a Sociedade a partir da equipe técnica

Sob a ótica da prioridade, que compreende crianças e adolescentes como sujeitos de proteção integral, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990 em seu artigo 4º afirma que

É dever da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, artigo 4º).

Diante disso, vamos nesse subtítulo apresentar os discursos de profissionais da equipe técnica multidisciplinar sobre família, Estado e sociedade. Pois, a Família enquanto instituição referência para o desenvolvimento integral de crianças e adolescente “não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes dessa relação” (SARTI, 2000, p.39). Isto é, apesar do discurso popular pontuar muitas vezes a família como sinônimo de amor e tranquilidade não são apenas essas características que dão sentido e contemplam essa instituição social.

As famílias do sistema socioeducativo são famílias com trajetórias bem específicas de adversidades e de resiliência permanente. De modo que, conforme Uchôa e Pacheco (2013) quando refletimos família hoje ela sempre está colocada como grupo de indivíduos com trajetórias específicas, que interagem com realidades determinadas: social, econômica e culturalmente.

Sobre a participação da família no cumprimento da semiliberdade, apesar de as profissionais reafirmarem em seus discursos a participação de todos é evidente que se tem expectativas com os responsáveis. O processo de responsabilização muitas vezes perpassa pela culpabilização dos adultos responsáveis e que recai sobre a figura materna. A mulher ainda é a única “ponte” de referência e de estabelecimento de vínculo desse/a adolescente com a família, como é possível observar.

o que a gente vê na rotina é mais as mães. Os pais, irmão todos podem participar. Mas em geral a gente atende a família. País, mães, avós, irmãos, entende? (ASSISTENTE SOCIAL 1)

hum, olhe, na grande maioria são às mães, Mass surge casos de que alguns pais também participam da medida como também alguns avós, avós também

participam muito. Então geralmente fica assim, se a gente for colocar assim 50% são as mães e os outros 25% são divididos entre pai e avós. (ADVOGADA 1).

sim. a maioria são às mães. às mães estão assim. porque? eu acho que porque às mães quando acontece um ato infracional são às pessoas que mais entendem eles. e muitas vezes porque também são mães solteiras. a maioria, não têm o apoio do companheiro. a maioria dos meninos assim, não sabem nem o, não conhecem o pai, ou pai normalmente está trabalhando, trabalha muito para bancar a família e acaba que a mãe assume esse papel de visitar(PEDAGOGA 1).

depende. assim, majoritariamente é a mãe. mas assim, na minha experiência na internação eu já atendi tia, avó, mas majoritariamente é a mãe. (PSICOLÓGA 3).

Muitas vezes essa referência da figura feminina acontece pelo papel do cuidado ainda estar centrado na mulher, apesar das mudanças sociais e culturais, a família como instituição vem sofrendo transformações. Que em muitos momentos é atingida pela ausência das figuras masculinas, seja pela negligência ou violência. De acordo com Oliveira et al. (2008) a família constitui-se em um centro formador da sociedade, bem como, do desenvolvimento individual e da maturidade emocional de cada indivíduo. Por isso, dada a importância do papel de cuidado com o/a adolescente, independente de quem faça, ele seja realizado.

majoritariamente o gênero feminino. Geralmente mulher. eu não vou dizer que não tenha pai e padrasto, têm, né?. até porque muitas mães, né? nesse contexto socioeconômico, elas estrategicamente, né? digamos, que tenham logo em seguida se relacionando, entram em outro relacionamento como estratégia também, inclusive econômica, assumem um outro companheiro para dividir ali suas despesas, né? para dividir as dificuldades, enfim. mas geralmente, muito raro um padrasto que seja responsável pelo adolescente. geralmente é a mãe. Muito raro também um pai que seja o responsável, ter tem, mas é raro. geralmente é a mãe ou é a vó. a gente vê muito mãe e avó.(PSICOLÓGA 1).

a gente vem do mês de agosto onde a gente pôde conversar sobre a paternidade. eee...a gente fez um convite, que foi um convite assim que eu diria até, mandou convite, ligou 15 dias antes, depois ligou na semana e sempre pedindo uma referência masculina. a gente tentando entrar em contato com os pais, e a gente dizia por telefone, que poderia ser o pai, poderia ser o tio, poderia ser um avô né? e compareceram 11 família, 12 pessoas. dessas 12 pessoas apenas 2 delas eram homens, isso para comemorar o dia dos pais, né? e isso me chamou muita atenção. porque assim, a presença maior é das mães. às mães comparecem né? sempre que a gente chama, sempre que a gente liga. a participação dos homens é impressionante como é praticamente inexistente. Assim, aparece 1 ou 2 homens pais que são referência e que terminam vindo. eu também venho me questionando se isso não é uma coisa da instituição né? a gente sempre quando vai preencher éé', eu acho que o pai termina sendo colocado em segundo plano, quando a gente vai preencher uma ficha inicial, quando a gente vai fazer uma ligação para o adolescente. a gente não diz assim, me dá o telefone do teu pai, a gente diz assim me dá o telefone da tua mãe, né? eu acho que às vezes a instituição

acaba reforçando. esse papel da mãe sabe? na no cumprimento da medida socioeducativa, embora eu perceba também que existem muitos meninos com pais que foram que morreram, que não registraram, que são ausente mesmo da vida dos adolescentes lá fora (PSICÓLOGA 2).

a maioria são às mães, às vezes têm uma tia que é mais chegada a menina e que vem. mas a maioria são às mães que participam. os pais muito pouco e quando vem é porque já foi muita insistência da assistente Social assim ,né? (PEDAGOGA 2).

Sales (2007, p. 71) salienta que “às famílias brasileiras cabe mover-se entre uma dilacerada rede de proteção social e múltiplas e exaustivas estratégias de sobrevivência, o que concorre para tornar ainda mais frágeis os vínculos sociais e pessoais, num país onde a cidadania é sonho distante”. Além de demarcar a figura feminina, surge o discurso de que com as adolescentes estabelecer o cuidado é mais difícil, pois é compreendido pela família que elas já saibam se cuidar.

90% eu poderia dizer que até 99% é a mãe, pai é uma coisa assim que só se a gente trazer amarrada para participar. eles realmente não participam. agora uma coisa que me chamou muito muito atenção de quando eu vim para cá, para o feminino, é de como aqui a família some mais do que no CASEM masculino. Eu, eu tenho que fazer uma vez por mês uma reunião com a família,tem que acontecer no mínimo uma vez por mês, mas isso aqui desde que eu entrei que eu acredito que ainda vão fazer ou já fez um ano e eu só consegui fazer duas reuniões com o público. Porque as pessoas não vem, a desse mês, de Setembro, ninguém veio. aí tudo bem, compreende-se que são poucas meninas, é um quantitativo pequeno. mas mesmo assim. Cada uma que explica de um jeito, é explica que a filha já está de maior, então por isso não precisaria vir, mesmo que a gente explique que na medida não tem disso ou explica que não tem na passagem ou diz que pode vir outro dia mas aquele dia da reunião não pode e não vem aí esse outro dia que diz que pode vir quando a gente confirma e vai ligar para confirmar também não vem porque eles não tem passagem e assim vai ficando. Eu percebo que é uma coisa meio de abandono mesmo, as famílias culpabilizam as meninas mais porque os meninos porque no CASEM masculino que eu trabalhava a maioria era de maior e os pais iam, ia a mãe ia a irmã alguns faziam então que representa família era pequeno que tu tinha 26 30 minutos na unidade e iam 10 pais mais iam e aqui não tem aqui é um sacrifício para conseguir vir um familiar é muito tempo muito, mas família tem muito mais resistência (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Diante dessas questões, a pesquisa de mestrado Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar traz como resultado que “por meio da análise das famílias desses adolescentes, a pesquisa demonstrou conturbadas relações familiares: pais omissos de suas funções, com baixa escolaridade, envolvidos em crimes, usuários de substâncias psicoativas e agressivos” (TRETIN, 2012). De forma que conforme Tretin (2012) “se não exerce suas funções parentais, a família propicia desenvolvimento biopsicossocial precário, o que pode se acentuar pelas falhas das

demais instituições sociais, prejudicando a formação da personalidade dos adolescentes e facilitando os comportamentos antissociais.

Sobre o impacto da medida de semiliberdade nas famílias, as profissionais observam que de todo o sistema é a medida mais “simpática” por se tratar de uma casa

Eu acho que logo quando entra na FUNASE.. eu digo o CENIP é um impacto muito grande para a família, entendeu? então quando ele chega aqui na unidade que elas entram, que vê que é uma casa, entendeu?! que têm uma equipe que vai acompanhar, né?! que aqui ele vai ser bem tratado, que a gente explica a medida elas têm mais uma...uma calma, entendeu?!. porque elas vem com muita angústia. Mas a maioria têm um impacto positivo quando chega aqui (ASSISTENTE SOCIAL 1)

Na pesquisa de mestrado Avaliação do sistema nacional de atendimento socioeducativo no centro de semiliberdade mártir francisca, em Fortaleza-CE: alguma luz no fim do túnel? é evidenciado “o estabelecimento de uma relação pedagógica mediada por outros meios que não os punitivos, compondo um novo olhar sobre os socioeducandos” (SANTIAGO, 2014). Santiago (2014) salienta que o ambiente de cumprimento é fundamental não só para o desenvolvimento de atividades mais alinhadas a perspectiva dos direitos humanos mas para a participação da família também.

As profissionais da equipe técnica ressaltam que é de suma importância deixar a família ciente da responsabilização do/a adolescente mediante o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade e de como são as atribuições de papéis. Visto que, conforme Slenes (1982) a família tem três funções, que são a socialização primária de suas crianças, a transmissão aos seus membros de hábitos alimentares, tradições, valores éticos, religiosos e etc, e por fim a mediação entre os indivíduos e a sociedade mais ampla.

a gente tenta responsabilizar ao máximo os pais. Porque a gente percebe que quando o menino vem para o sistema da FUNASE eles... é como se fosse um depósito do menino, a gente vai acolher o menino e eles não vão ficar responsável mais responsáveis por nada. Então, a gente têm o papel de sensibilizar a família dos adolescentes, que a gente só está aqui de passagem. De que o filho é deles, então assim, desde tirar uma documentação... que a gente sempre orienta os lugares que deve ir, só no caso de impossibilidade é que a gente toma a frente. até em uma questão de ir para o médico, a gente também faz a mesma coisa. De ir para a audiência, a gente sempre tenta sensibilizar que a família têm que tá junto que a família é parceira. o que a gente sente muito às vezes é que elas são... deixa muito o adolescente ao “lêo”, entedesse? é como se agora ele não precisasse mais de orientação, ele fez o ato infracional, ele agora já **saabe [ênfase]** a vida dele, e a gente tenta mostrar para eles que é diferente, né? Que não é só um **lanche [ênfase]** na visita ou uma roupa de marca que faz eles serem pais, né? é muito mais que

isso. Então, a gente sempre tenta sensibilizar esses outros lados(ADVOGADA 1).

Quando questionada sobre as dificuldades da família a questão predominante é firmada sobre a ausência de habilidades de controle sobre o/a adolescente, bem como, questões sociais e econômicas, como é possível ver a seguir.

a questão de...de ter responsabilidade com o adolescente, entendeu? a questão do controle, de dizer não, do respeito, né?! a maioria respeita a mãe. O respeito que eu digo é se a mãe disser não faça isso, não fazer. o limite, bem dizer isso, eles têm muita dificuldade de colocar limites. é o grande problema delas...eee... A questão social é a questão econômica mesmo, entendeu?! de trabalho [pausa] a maioria trabalha como diarista sem carteira assinada e daí não têm direitos previdenciários né, não tem direitos trabalhistas, porque não têm vínculo, né?! mas a questão social é muito forte. É econômica! (ASSISTENTE SOCIAL 1)

da família? primeiro eu acredito que a falta de instrução seja uma grande... um grande empecilho, principalmente para eles. outra coisa que eu acho que eles acabam sofrendo também é muita discriminação nos órgãos públicos e/ou privados que eram para garantir os direitos deles e acabam se valendo dessa figura de fragilidade, de que não sabe os direitos que possui, e eles acabam sendo empurrados de um lado para outro. como se não fosse nada. então o eu acho que assim a falta de instrução prejudica muito e também a falta de políticas públicas porque se a gente tivesse políticas públicas mais efetivas mudaria muito às realidades, eu acho das famílias (ADVOGADA 1).

É importante salientar que “a família não pode substituir nem a sociedade nem o Estado na defesa e promoção dos direitos e cidadania de suas crianças e adolescentes, mas pode e deve mediar e lutar por esses direitos, e precisa ser amparada, quando necessário, para realizar seu papel” (REZENDE, 2015). Apesar da ruptura ético-política e jurídica com a menorização da infância e da adolescência pobres como representação-chave no Código de Menores (1927 e 1979), a pobreza, ainda prevalece neste debate (SALES, 2007, p. 93).

olha, eu acho que o que mais contribui de tudo é a pobreza. a falta de recursos para cuidar da família, a quantidade de filhos, a questão do planejamento familiar que não existe. eu acho assim, em primeiro lugar, na minha opinião a pobreza (PEDAGOGA 1).

então, uma das principal que eu vejo é a falta de emprego. chega aqui e são pais que não têm emprego. então eu acho que se deixar a família é muitas vezes assim, desorientada. porque não têm aquela pessoa que diga eu pelo menos consigo manter a alimentação e tu isso daí, não, cada um têm que se virar para conseguir ter as coisas.. aí eu acho que desorganiza muito , desorganiza total. aí o adolescente vai infracionar, porque não têm aquela pessoa que diga eu organizo, eu consigo sustentar, você não precisa. você precisa ir é para escola, você não precisa fazer isso para conseguir comida, para conseguir roupa. eu acho que esse é um grande desafio. a organização eu acho que é uma questão de trabalho (PEDAGOAGA 2).

éé Ausência do Estado dentro das políticas públicas em geral, situação econômica é bem precária, relações afetivas fragilizadas,[pausa] representação de papéis que não são bem definidos são confusos entre às famílias. é justamente isso. a fragilidade da família e dos adolescentes que cumprem medidas são às mesmas ou parecidas com às de todos os adolescentes comuns de comunidade né? não têm muita diferença não(ASSISTENTE SOCIAL 2).

[pausa] assim eu acho que a família ela..ela a muito tempo não vem sendo assistida da forma adequada pelas políticas públicas e acaba que uma dessas consequências é essa adolescente se torna mais vulnerável para a prática dos atos infracionais. então eu acho que uma das fragilidades é essa a falta de assistência que às famílias têm. ééé'... a outra éééé... assim, pegando um exemplo... é a dificuldade que se tem de poder conversar abertamente assim, sobre essas questões. e o que eu percebo de algumas mães, não são todas para a gente não generalizar. é o sentimento de impotência que elas relatam pela filha que caiu como elas dizem e que a gente acaba reproduzindo (PSICOLOGA 3).

Quando questionadas sobre as dificuldades da instituição, seja FUNASE/PE ou seja da medida socioeducativa de semiliberdade, as profissionais apontam a ausência sistemática de política social, dificuldade de material, insuficiência de corpo técnico

Eu acho que o estado têm que investir mais, entendeu? investir mesmo em né é investir mesmo nas comunidades para que esse adolescente não chegue na FUNASE, porque a FUNASE é a ponta, é quando já foi negado todos os direitos dele, entendeu? ele chega na FUNASE, que seria a última alternativa dele, a medida socioeducativa, entendeu? (ASSISTENTE SOCIAL 1)

porque assim da FUNASE de um modo geral...acredito que falta muito, assim... falta investimento [pausa]. Têm também pouco profissional né? a gente têm ... éee... a gente aqui já chegou a ter 50 e somente uma equipe. então assim, realmente, a maior fragilidade é de material e financeiros (ADVOGADA 1).

Além desses aspectos, encontramos semelhança com a pesquisa realizada nos anos de 1998 e 1999 pela UERJ e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), “o quadro funcional é composto em parte por pessoal contratado, sem garantias trabalhistas e sem seleção adequada; Confusão de carga horária de diferentes categorias profissionais; Há um hierarquização informal, entre os funcionários dos diferentes níveis” (OLIVEIRA, 2000, p.20). As dificuldades como medida socioeducativa de semiliberdade surgem, apesar da potencialidade afirmada nos discursos, são muitas responsabilidades para o/a adolescente atender em muitos setores de seu desenvolvimento, justamente pela sensação cotidiana de “dentro” e “fora” do sistema.

eu acho que a semiliberdade. essa questão da distância da família. muitos são do e interior e ficam aqui sem condições de ir. de realmente visitar a família no final de semana e das famílias vim vê-los. acontece muito isso. eu acho que também os meninos não entendem bem às vezes essa medida da semiliberdade. E da FUNASE? eu acho que a FUNASE ela faz pouco pelos meninos, pelos adolescentes, principalmente se falando de profissionalização. eu acho que a gente poderia garantir muito mais. poderíamos estar com outra, outro tipo de trabalho, o trabalho estar muito melhor se os meninos tivessem mais acesso a profissionalização. ocupar mesmo assim eles sabe? (PEDAGOGA 1)

veja, eu acho extremamente desafiador a medida de semiliberdade assim. ela tem muita potencialidade, né? quando ela está ali construindo com o adolescente o processo de autonomia e de independência. porque dá para ele a responsabilidade que na internação muitas vezes eles estão ali e pronto, estão presos. e na semiliberdade, não, na semiliberdade dá a eles ali às regras do cumprimento da medida mas dá uma certa liberdade. e eles aprenderem a se movimentar nisso. na liberdade e na responsabilidade. eles têm muita dificuldade pela imaturidade. [pausa] aí têm essa questão, né? que é um desafio muito grande, para quem não têm essa questão da regra, do limite como eles chegam muitas vezes aqui sem essa construção da importância das regras, dos limites, do respeitar. (PSICÓLOGA 1).

Esse processo de responsabilização nem sempre faz parte da trajetória cotidiana do/a adolescente, assim como apontam a pedagoga e a psicóloga, conforme Palácios (1999 apud Coll;Marchesi; Palacios, 2004, p.336) o autoconceito do adolescente médio (de 15 a 17 anos de idade, faixa etária dos jovens com os quais as profissionais trabalham em seus cotidianos) passa pela estrutura de organização onde está desenvolvendo “as primeiras conexões entre as abstrações e entre traços opostos; confusão diante da existência de características contraditórias [...] como exemplo surgem questões como: o adolescente é muito esperto para umas coisas e tonto para outras”.

Um discurso que chamou atenção foi sobre a compreensão do cumprimento de medida que uma das profissionais fez, onde a Psicóloga coloca em diálogo as responsabilizações dos/as adolescentes sob o viés da obediência e desobediência. Pois, nem sempre ser obediente a todas as atividades significa um cumprimento de medida pleno e com reflexão sobre os atos praticados. Significa algumas das várias permanências no sistema, como é possível observar em sua fala.

o que eu sinto muito e que me provoca um estranhamento. porque nenhum diálogo ou momento criado pela instituição é com foco na responsabilização e sim na obediência e desobediência. de olhar para a menina com o simples olhar de se estar ou não obedecendo às regras. como eu cheguei da internação uma coisa que me chamou muito atenção foi os relatórios de psicologia, era que se focava muito se a menina tinha ou não briga na unidade. como se não houvesse um motivo para ocorrer ou não houvesse um contexto até mesmo da instituição de lidar com o conflito. Então isso me chamou muito atenção. (PSICÓLOGA 3).

Sobre a escola no cumprimento da medida de semiliberdade ainda é um desafio, não só possibilitar no âmbito dos direitos e deveres, mas, sobretudo, um sistema educacional que some o cotidiano do menino e da menina em cumprimento de medida.

todo adolescente que ingressa na unidade a gente tem ...ele têm o direito de estudar, ele tem um dever né? são direitos e deveres...e a escola tanto é um direito dele como é um dever....éeee... a gente faz o encaminhamento para a GRE que é a responsável e a GRE indica a escola de acordo com a escolaridade. que a maioria é baixíssima devido a evasão escolar. e a gente faz o possível, o encaminhamento. mas os meninos não têm hábito de ir para escola, mas realmente o adolescente que nunca foi para escola ficar sentado numa cadeira, de aula parado, prestando atenção em um professor, para quem nunca teve acesso a educação é muito difícil, entendeu?. Mas a evasão escolar é muito grande. A gente está tentando, a gente faz reunião com a coordenação com a supervisão escolar,éeee... traz o diretor para cá também, apesar de que a gente chamou e só veio um, porque eles também são resistentes. né? a sociedade é resistente, né? (ASSISTENTE SOCIAL 1)

No ano passado eu tive que intervir judicialmente para poder os adolescentes terem direito de ir para escola. Então assim, para matricular o adolescente a gente tinha que fazer um ofício dizendo que era direito dele que tinha uma portaria, que tinha na lei, uma coisa bem burocrática, para ele poder assinar. inclusive ameaçar dizendo que ele tinha que ser matriculado. (ADVOGADA 1).

assim, a escola eu não acho que esteja preparada e rejeita muito. Não têm uma boa aceitação, não entendem que aqui os meninos vão estar com a gente 1 ano, isso é o que eu vejo, né? no máximo 1 ano e meio, assim, quando tá muito tempo, elas não entendem isso que eles vão estar aqui muito menos tempo do que com a escola, aqui é um período que a gente está tentando ressocializar e a gente está tentando socializar e a escola vai ser atééé a conclusão do ensino médio, dos estudos. então, eles não entendem isso. Mas porque ele vai chegar? no final do ano, no meio do ano, não adianta, não matrícula. Eu já ouvi também pessoas perguntando, porque a escola não é dentro da FUNASE? não querem né? na minha escola não vai ter marginal, não vai ter criminoso. Eles ocupam a vaga de um cidadão. Às frases mais corriqueiras que a gente ouve da escola (PEDAGOGA 1).

É possível retornar neste momento a discussão dos capitais de Bourdieu ([1930-2002] 2007) com destaque para o capital cultural, a escola é a instituição que vai realizar o intermédio do adolescente para com o desenvolvimento de habilidades necessárias para a aquisição dos demais capitais (sociais e econômicos). Quando essa importante instituição é negligenciada ocorre uma ruptura para com a construção do *habitus* culto [padrão social]. De modo que, quando somado aos demais aspectos de incongruência de identidade virtual real e ideal dos adolescentes são responsáveis por criar padrões de processos de estigmatização aos quais se refere o Goffman (1993).

Sobre a participação da sociedade na medida socioeducativa de semiliberdade as profissionais discorrem sob um olhar punitivo e incompreensivo. De quem não quer se preocupar e sob estereótipos.

são poucos que entendem, né? essa questão do adolescente. até fazem até meio que piada. piada com a gente, ahhh são vítimas da sociedade né? não. eu percebo que é essa falta de cuidado com as pessoas. essa falta de justiça social, que impera no nosso país, que eu acho que enquanto não resolver isso, a gente vai ter esse problema do adolescente que infraciona, que está na rua (PEDAGOGA 1).

bem desafiador a participação da sociedade. porque infelizmente a sociedade ela não têm um olhar crítico para esse adolescente a sua maioria, é claro sem generalizar. a sociedade vê muito esses adolescentes apenas como culpados né? aquele estereótipo de é isso mesmo, do infrator, da família desestruturada, da pobreza, né? ééé... mas a gente não vê uma reflexão crítica de como isso né? aconteceu. quais foram os motivos que levaram esse adolescente vulnerável para chegar nesse ponto de cometer atos infracionais de descumprir às regras da sociedade. eu acho que a gente precisa ter esse olhar mais do contexto que do que só olhar o adolescente superficialmente e julgar sem o entendimento desse todo. e a sociedade ela é muito importante para desmitificar né? trabalhar no sentido de ééé como é que eu posso dizer de reivindicação, de um outro olhar, e aí poderia sim reivindicar ééé.. políticas públicas ééé.. para garantir os direitos a esses jovens e aí , mas infelizmente, é um olhar mais de preconceito do que um olhar mais crítico de cobrança , né? de melhorias e de garantia de direitos. infelizmente. mas é um olhar importante né? que a gente precisa trabalhar, né? não é uma coisa que tá também é isso e está posto mas a gente, todos nós e você como estudiosa, nós como profissionais temos que contribuir nessa transformação desse olhar (PSICOLÓGA 1).

[pausa] é complicado né? Porque a sociedade já tem um imaginário de que bandido bom é bandido morto então quanto mais cedo matar ela acha que a violência não vai se desenvolver. quando não é isso a maioria dos atos infracionais não é contra a pessoa, é crime contra o patrimônio, mas eles já colocam os adolescentes nesse lugar de expulsão. então assim, para mudar a sociedade eu não sei o que deva ser feito porque eu não acho que a FUNASE tenha esse papel sabe? a FUNASE está aqui para cuidar dos adolescentes. você cuidar dos adolescentes, das famílias e cuidar de mudar uma sociedade é muita coisa (PSICOLOGA 3)

Portanto, é possível sinalizar novamente Bourdieu ([1930-2002] 2007) quando reflete que

o capital cultural é herdado da família ou adquirido na escola; As diferenças primárias - aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência - encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural (BOURDIEU, [1930-2002] 2007 p. 107).

Desta forma, fortalecer as instituições como a escola, a família e a comunidade, atuando aqui como sociedade é necessário para acolher o/a adolescente. Haja vista as complexas relações de poder que tangenciam o cotidiano dessa geração. De modo que não ter meios de imbricar esse capital cultural aos capitais sociais e econômicos comprometem o desenvolvimento integral do/a adolescente.

COTIDIANO NAS CASEM'S

Neste tópico será apresentado um relato de experiência da entrada no campo. Destaca-se que ter a autorização da gestão central ajudou em partes a introdução ao campo de pesquisa, mas ficou evidente que os contextos e os tempos são muito dinâmicos no cotidiano da Semiliberdade, podendo interferir no resultado final de construção de vínculo com as gestões das casas.

No primeiro contato com a CASEM me deparei com casas de dois andares, uma delas no primeiro momento tem um grande portão de ferro branco com uma grade logo em seguida, não identifiquei nenhum tipo diferente de aviso nele que não fosse o horário de chegada e de saída. Ficou evidente que já estava sendo esperada, pois uma Agente Socioeducativa (ASE) confirmou meu nome e me acompanhou até a sala da coordenação geral. Identifiquei uma piscina com a água turva e uma casa com um grande terraço onde estavam alguns meninos deitados em sua maioria de bermuda (identifiquei muitas bermudas de marcas como *Seaway* e *Cyclone*)⁶⁸ sem camisa, alguns descalços e outros de calçado aberto. Por ter chegado logo após o almoço identifiquei que era o momento de descanso dos que chegaram das atividades externas (escola, Casa da Juventude, curso técnico entre outras).

Compreendi que o primeiro andar é onde são desenvolvidas as atividades de acompanhamento técnico da instituição. A casa conta em seu primeiro andar com um pequeno saguão com grade e vista para a rua, a esquerda conta com duas salas (são utilizadas para atendimentos individuais psicopedagógicos e médicos) e conta com mais uma sala onde se encontram uma biblioteca e um computador. A direita do piso superior

⁶⁸Essa característica destacou-se de imediato porque já eram marcas que como pesquisadora tinha identificado em outras pesquisas. Para aprofundar reflexão sobre a marca *Cyclone* e a relação do playboy com o boy ver artigo: DECLERCQ, Marie. **Explicando o fenômeno da Cyclone.** Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/bmwxb8/explicando-o-fenomeno-da-cyclone. Acesso em: 20/11/18. Vice Brasil, 2017.

tem uma grande sala azul onde encontramos o GOD (Grupo de Orientação sobre Drogas), grupo sócio jurídico e grupo psicossocial; uma copa, sala do grupo pedagógico, banheiro e sala da coordenação geral. Descendo pela copa têm uma lavanderia e uma escadaria por onde desci quando estava sendo apresentada a casa e estavam alguns senhores da manutenção consertando uma mesa de totó recebida de doação.

Tem depósito com alguns colchões e uma saída para os fundos da casa que seria a área de lazer, no caso funciona como um refeitório com uma sala onde é recebida e distribuída a alimentação a partir de uma empresa terceirizada. O local dispõe de uma grande mesa de madeira com grandes bancos de madeira e de canteiro de plantas ao redor da piscina.

Ao passar pela piscina perguntei se os meninos podiam utilizar me foi respondido que tinha horário para essa atividade e que ela estava sem uso no momento porque precisaria de uma manutenção que foi solicitada. Indaguei pela quadra e me foi apontado que utilizam a de uma escola próxima que é utilizada para o desenvolvimento de atividades apesar de não contarem com um profissional de educação física no quadro de funcionários, mas que teriam um voluntário que orientava as atividades.

Entramos na casa pela frente, os adolescentes se encontravam ainda em descanso e estranhei estarem todos no terraço, mais tarde me foi justificado que era mais eficiente à supervisão. Após o terraço seria a área dos “quartos” que é separada por uma grade. O ASE abriu e encontrei aproximadamente quatro quartos que não possuíam nada, apenas lâmpadas e em cada um tinha banheiro (revestidos, mas apenas o chuveiro, a pia e o vaso sem tampa). Foi-me explicado que tinha ocorrido um incêndio há pouco tempo (Julho 2018), provocado pelos adolescentes e que queimou tudo que tinham, mas que já havia sido solicitada a reposição. De modo que a supervisão dos adolescentes durante o dia é realizada com todos no terraço e a noite é que vão para os quartos.

Retornei a parte superior da casa e me foi autorizada a pesquisa. Expliquei a trajetória e objetivos, foi compreendida pelas coordenações (geral e técnica) a importância da pesquisa e que queriam a contrapartida dos conhecimentos de minha formação em Economia Doméstica. Ficou acordado que o meu acompanhamento seria de 3 meses (Setembro, Outubro e Novembro) que no primeiro mês eu iria acompanhar as atividades e entrevistar o corpo técnico, no segundo os adolescentes e acompanhar as atividades e no terceiro propor momentos em acordo com os grupos da casa.

Foram disponibilizados os telefones pessoais e o cronograma do mês para que pudesse ter uma visão geral. Foi-me sugerido que acompanhasse as atividades desenvolvidas pelos grupos os quais tivessem mais interação para que conquistasse a confiança dos adolescentes. Saí deste momento com 3 oficinas para acompanhar, que foram o Grupo de Orientação sobre Drogas (GOD) sobre o setembro amarelo com os adolescentes, o grupo de família sobre as normas da casa e o GOD para refletir o uso de drogas.

O primeiro contato com o segundo CASEM se deu a partir de algumas tentativas frustradas pelo período de férias da organização gestora, dada a minha apresentação por telefone solicitando viabilidade para realizar pesquisa. Fui recebida por um Agente Socioeducativo (ASE) que pediu meus documentos e fez o registro. Importante salientar que a entrada da casa não tem grade, uma porta de alumínio azul que separa quem entra de quem sai. Observei que, diferente do primeiro CASEM⁶⁹, este conta com sistema de câmera na entrada. Chama atenção que logo na entrada tem vários avisos sobre a proibição de short curtos, minissaia, brinco, colar, dedeira, anel entre outros acessórios e vestimentas, todos com assinatura da coordenação geral.

O ASE me acompanhou até a sala da coordenação geral, mas a mesma não se encontrava. Voltei ao pátio com ele que solicitou que sentasse no refeitório (fica no terraço da casa) onde sentei e aguardei, falei com o copeiro da empresa que presta serviço de alimentação para os CASEM. Eles demonstraram interesse e curiosidade sobre o que vim fazer na casa e começaram indagações sobre a pesquisa. Além da pesquisa, ficou surpreso por ser minha primeira vez na casa e ter encontrado de primeira, pois “não tem sinalização” disse o ASE. Respondi que já compreendia o sistema da FUNASE/PE e que não era a primeira vez que trabalhava e sinalizei que o endereço se encontrava no site da instituição. O ASE me adiantou que atualmente tinham 9 meninas na casa e que elas eram “muito tranquilas”, neste momento passou uma das meninas, que pelo que entendi em conversa rápida fez uma cirurgia de dente e por isso não estava em atividades assim como as demais.

Sobre a estrutura da casa rapidamente, apesar de não conhecer o espaço e não ter sido apresentada a ele pude verificar a existência de uma piscina (próximo a ela colchões no chão tomando sol), refeitório no terraço com grandes mesas e bancos de madeira, um jardim amplo com horta, onde mencionaram tomates, além de rosas e

⁶⁹Em nenhum momento foi identificado pela pesquisadora sistema de câmera durante o desenvolvimento do trabalho.

outras plantas (onde encontrei uma senhora a qual não fui apresentada, regando o jardim - na entrada tinham dois senhores aos quais também não fui apresentada que estavam fazendo serviços de manutenção e ao ver a coordenadora avisou que em breve iria por a grade solicitada).

Encontrei as coordenadoras técnica e geral no terraço/refeitório me apresentei e falei sobre o motivo de minha presença, comentaram entre si que era sobre a tal pesquisa. Fui indagada se era apenas com as meninas que queria realizar trabalho e informei que não. Em seguida, me questionaram sobre ter trazido as autorizações e sobre tirar xerox para ficarem na instituição. Adiante, retirando da mochila uma pasta informei que tinha toda a documentação e perguntei se precisavam de mais alguma. Direcionaram-me até a sala da coordenação, passei pela sala de TV, e dois corredores.

A sala da coordenação conta com pia, frigobar e uma farmácia onde pude verificar medicamentos que não consegui especificar. Expliquei novamente, um pouco mais espaçado a minha presença, formação e experiência. Fui indagada sobre as autorizações. Mostrei cada uma e o que seriam. Fui solicitada para verificar as originais⁷⁰.

Fui questionada sobre a forma de trabalho e de quanto tempo eu precisaria, apontei que eram entrevistas individuais com profissionais e adolescentes de duração em média de 50 minutos, que não teria como dimensionar, pois não era meu objetivo tirar ninguém (profissionais e adolescentes) de suas atividades previstas. Expliquei que minha estratégia no outro CASEM foi me encaixar as atividades. Houve um silêncio e compreendi que geral certo incômodo, foi solicitado que ocorresse informe anterior sobre a pesquisa para verificar se a equipe técnica queria participar, qual era o melhor dia ou se já queriam conversar comigo no momento.

Houve uma preocupação com a quantidade, pois algumas pessoas da equipe técnica se encontravam em licença, expliquei que era uma pesquisa qualitativa. Rapidamente foi me apresentado às características da casa, conta com 8 meninas atualmente e que 1 está em sanção no CASE com perspectiva de retornar em breve. É uma “casa dinâmica onde pegam tanto de primeira medida como de segunda, logo a rotatividade é alta, CENIP e CASE sempre estão mandando meninas”. Após um momento, fui informada que a equipe técnica iria me receber na semana seguinte.

⁷⁰Mostrei e a mesma apontou incongruência de datas na autorização da Presidência da FUNASE/PE, questionou. Apontei surpresa e que caso fosse preciso entraria em contato com Assessoria para solicitar retificação, ela disse que não seria preciso, justificando que era apenas porque era muito observadora.

Acredito que é salutar apontar como foi à primeira impressão em ambos os CASEM's sobre esse primeiro contato, haja vista que o acolhimento da pesquisa e da relação pesquisadora e grupo de trabalho interferem no andamento da pesquisa. A partir de então vão ser apresentadas as atividades as quais acompanhei e estive em sistema de corresponsabilidade com as equipes técnicas. Como é possível identificar no quadro 4 a seguir, e que revela a contextualização do cotidiano do cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade.

Quadro 4. Atividade em grupo desenvolvidas nos CASEM's

Nº	TEMA	RESPONSABILIDADE	Nº DE PARTICIPANTES
1.	Setembro amarelo	Equipe técnica	15 adolescentes
2.	Normativa da casa	Equipe técnica	15 Famílias
3.	Reflexão sobre as Drogas	Equipe técnica	11 adolescentes
4.	Eleições	Escola do Tribunal Regional de Eleitoral	10 adolescentes
5.	Práticas de Consumo	Equipe técnica e Pesquisadora	8 adolescentes
6.	Violência contra a mulher	Prefeitura do Recife – Centro Clarice Lispector	11 Famílias
7.	Comunicação não violenta	Equipe Técnica e Pesquisadora	11 adolescentes
8.	Rede Socioassistencial	Equipe técnica	10 famílias
9.	Consciência Negra	Equipe técnica	10 adolescentes
10.	Avaliação da medida socioeducativa	Equipe técnica	8 adolescentes
11.	Reflexão sobre vínculos	Equipe técnica	2 adolescentes
12.	Setembro amarelo	Rede de Saúde	5 adolescentes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto à percepção geral ocorreu uma liberdade maior de desenvolvimento das atividades em um dos CASEM's, onde a aproximação da equipe técnica possibilitou maior contato com os adolescentes. Ainda é importante destacar que as casas ficam situadas em grandes avenidas o que facilita o transporte público, no entanto, próximo a grandes empreendimentos comerciais e especulação financeira em termos de construção de habitacionais e condomínios, uma das casas tem um movimento popular de ocupação de uma área.

O primeiro contato com os adolescentes e as estratégias de defesa

A segunda ida a campo foi desafiadora, como o combinado ficou confirmado no dia anterior o grupo do GOD. Cheguei às 9 horas na casa, estavam recebendo os mantimentos da empresa terceirizada. Um ASE estava fazendo o controle, dei bom dia e

me apresentei, ele solicitou que outra ASE me levasse até o primeiro andar. Tinham apenas 4 adolescentes embaixo, uns observando o recebimento dos mantimentos e outros ajudando. Subi com a ASE para a sala azul e conheci a responsável pelo grupo que aconteceria a tarde. Apresentei-me, e depois comecei uma entrevista com ela que durou aproximadamente 50 minutos.

Posteriormente, já era a hora do almoço. A equipe almoça em separado, percebi que os/as ASE almoçam na mesa de madeira lá embaixo após os meninos. A equipe técnica almoça na copa do primeiro andar. Percebi que não são todos que comem a comida da casa. O almoço neste dia foi arroz colorido, feijão carioca, legumes cozidos, farofa e galeto, com gelatina de sobremesa. Além de almoçar pude verificar outras atividades de rotina na casa como o atendimento médico primário.

Para essa primeira atividade que acompanhei, 15 adolescentes participaram e o espaço ficou quente. Tivemos que realoca-los para a sala azul que tem ar condicionado. Enquanto isso, eles foram assinando a ata. Percebi que o registro é algo permanente e que até os próprios meninos cobram quando demora.

Todos utilizavam bermuda *Seaway* ou *Cyclone*, inclusive um tinha o cabelo com o corte de *Cyclone*. Foi perceptível que alguns estavam apáticos, outros estavam cantando, e outros observavam a situação. Um estava com *camisa de ervinha*⁷¹ (maconha). Identifiquei também um que tinha relógio. Importante apontar que quanto aos objetos citados eram objetos tidos “proibidos” pela gestão, com a justificativa de que apontam para uma diferenciação entre eles.

Tentou-se metodologicamente um círculo, fiquei em uma extremidade da sala, a professora do outro, e a técnica responsável ficou próxima à porta. Neste momento eu me apresentei e disse que iria desenvolver uma pesquisa na casa e que durante 3 meses iria acompanhar as atividades. Sinalizaram com curiosidade e deram boas vindas. A dinâmica consistiu em perguntar o porquê do setembro amarelo e se sabiam, a partir de então houve a apresentação da história por detrás dessa do período, cada um recebeu uma pergunta e uma fita amarela para colocar na roupa, as perguntas deveriam ler e tentar responder, individualmente ou com a ajuda dos outros.

A partir das respostas surgiram comentários relacionados à traição *das novinhas*, que elas estavam “muito bandidas”, que um dos adolescentes em específico fugiu da casa por causa de uma. O discurso entre eles foi unânime de que tinham muitas

⁷¹Como eles mesmo nominaram durante interação na atividade.

novinhas e que o *boy* não precisava sofrer não. Essa história de *gaia* foi muito utilizada durante a oficina como estratégia de proteção do grupo⁷² certamente pela minha presença.

Um dos meninos apontou que já tinha presenciado alguém se matar, pois estava sob o efeito de drogas. Em sua maioria disseram que não tinham presenciado. Teve um dos garotos que solicitou ir ao banheiro logo no início da atividade e não voltou. Outro apontou que estava com dor de dente (ao final foi ver a médica). Além de aprenderem que o número 188 é o para pedir ajuda, saíram questões como número da polícia, dos bombeiros. E sobre o atendimento em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) todos apontaram um dos meninos como o dono do CAPS e ele assumiu sorrindo.

Ficou evidente a questão das drogas e sua utilização entre os meninos,

a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta o álcool como sendo a substância psicoativa mais consumida por crianças e adolescentes. A média de idade, no Brasil, para o primeiro uso de álcool é de 12,5 anos. A forma mais comum de uso do álcool por adolescentes é o *binge* (abuso episódico e em grandes quantidades). Além disso, estudos epidemiológicos têm mostrado que o início do consumo de álcool, cigarro e outras drogas ocorre predominantemente durante a adolescência (PECHANSCKY; DIEMN; MICHELI; AMARAL, 2017, p.72).

No mais, a literatura aponta ainda que, “a ação de algumas drogas é capaz de causar desinibição e aumento do desejo sexual, o que pode deixar os indivíduos (em especial os adolescentes) mais propensos a práticas sexuais de risco” (PECHANSCKY; DIEMN; MICHELI; AMARAL, 2017, p.73). O que ressaltou a necessidade de aprofundar a questão das drogas e de seus desdobramentos com os adolescentes.

Durou aproximadamente 60 minutos e logo ao sinalizar o final saíram em disparada. Mesmo com as solicitações de irem devagar e de cuidado eles aproveitaram para ficarem próximos, se empurrar e etc. As vezes esse comportamento é visto como falta de educação, mas em muitos momentos é uma estratégia de estabelecer contato físico com o outro. Apenas um contribuiu para arrumar as cadeiras e levar para a outra sala. Enquanto aconteceu a oficina um dos meninos manteve a cabeça baixa, o que identifiquei posteriormente em diálogo com a equipe técnica que é um comportamento de segurança, haja vista a sua recente chegada à casa.

Dois adolescentes exercem a liderança entre os demais, um mais psicologicamente e o outro mais operacional. Este último ficando evidente em sua fala durante toda a atividade “ninguém se embeleze aqui não viu” (fala de adolescente de

⁷²Sempre recorriam a essa questão para explicar suas respostas, pois era um lugar de identificação deles.

referência), que compreendemos ser um recado de que não olhasse muito. É possível que também tenha sido um comportamento de segurança do grupo já que era o primeiro contato meu em uma atividade. Apesar de ter me apresentado eu era a novidade. Avaliamos que foi positivo o momento, ficou apontada essa questão de liderança operacional, principalmente quando houve a repressão física entre os meninos (com cutucadas) e a equipe técnica sinalizou que iria prestar mais atenção a essa interação.

Primeiro contato com as famílias: cotidianos em intersecção

O segundo momento foi um encontro com os familiares para repassar as normativas da casa, estava marcado para as 9 horas e não consegui chegar na hora. Cheguei com aproximadamente 30 minutos de atraso, solicitei a entrada e subi sozinha. Como o imaginado a oficina com os familiares foi realizada na sala azul. Quando entrei na sala tratei de integrar-me e perceber qual era a situação.

Identifiquei aproximadamente 15 familiares, entre mães, irmã e dois pais dos adolescentes. Importante salientar que durante a exposição das regras da casa ficou evidente alguns posicionamentos como uma das mães (do mesmo menino do cabelo *Cyclone*) que se posicionou bem cansada quanto às desobediências do filho e desabafou que precisava bater nele. Encontramos aqui figura do “adolescente filho-objeto, do desejo da mãe quanto das arbitrariedades do pai, encontra só na violência a expressão de sua prisão e do desrespeito que sofre” (VERZULLA, 2004 p. 33). “A crise da adolescência não é somente vivida pelo sujeito adolescente, mas, necessariamente, é vivida pela família toda, num realinhamento das funções familiares” (VERZULLA, 2004, p. 34). Pois “a violência intrafamiliar pode impedir adequado desenvolvimento e integração social em virtudes de traumas físicos e psicológicos, durante a trajetória de vida (COSTA, 2006)”. Fazendo assim, com que a violência se reflita enquanto aparente normalidade no cotidiano deste indivíduo. Outra mãe assumiu um comportamento de proteção e ria de todas as situações difíceis comentadas pelos outros responsáveis.

Um mulher que é irmã de um dos meninos apontou que ele tinha apanhado da polícia e de ASEs em um dia de confusão na casa e não tinha dado em nada. A equipe que estava coordenando o momento destacou que foi um dia de tumulto e que dias assim a polícia (geralmente o Grupo de Ações Táticas Itinerante - GATI) é chamado. E que tinha sido instaurado uma ocorrência e posteriormente os ASEs foram suspensos da instituição.

Sobre o porte e uso de drogas a equipe salientou que não tolera o compartilhamento de drogas, com o uso é mais tolerante, haja vista a dependência química apresentada pelos adolescentes. Muitos responsáveis comentam que não são de acordo com o processo de autonomia, porque raramente eles escolhem ir para tratamento e acompanhamento da dependência química. Uma das mães apontou que quando foi visitar o filho no CENIP verificou que frutas como maçã e uva não eram permitidas, recebeu do filho a explicação de que no auge da fissura⁷³ eles tratavam e fumavam. Outros na sala confirmaram tal procedimento.

É importante salientar que apesar de apontarem a autonomia como fator de risco, Pechansky, Diemn, Micheli e Amaral (2017, p.72) apontam que o “uso de álcool e outras drogas pelos pais, conflitos familiares, estrutura familiar precária, pouca supervisão dos pais, dificuldade dos pais em colocar limites aos filhos e situações estressantes (mudança de cidade, perda de um dos pais)”. A casa aplica o formulário ASSIST⁷⁴ e encaminha para o CAPS quando os adolescentes aceitam.

Sobre a presença na escola os familiares chamaram atenção que mesmo assinando a presença eles tem aparecido pouco na escola. Conforme diz Jório, Venturine e Oliveira (2009) o abandono escolar é atribuído à ineficácia dos métodos educacionais em sua totalidade. É observado, portanto que a escola se faz ausente ou simplesmente não foi um espaço de constituição de vínculos na trajetória destes adolescentes. Sobretudo quando Branco e Wargner (2009) lembram que o desinteresse e a evasão escolar é um dado preocupante, uma vez que estar na escola nesta etapa da vida configura-se como fator de proteção ao cometimento de ato infracional.

Concordaram que o sistema era falho e a equipe técnica reiterou que é um trabalho conjunto inclusive de responsabilização do próprio adolescente. Sobre a questão de responsabilização uma das mães apontou que os meninos que fugiram foram com as camisas do filho, inclusive uma que ela deu de aniversário muito cara. A equipe reiterou que proíbe tal transação⁷⁵. Os familiares apontaram que é um costume, inclusive uma das mães apontou que quando estava no CENIP o filho emprestava seus

⁷³Também conhecida como Craving é o fenômeno descrito como um desejo urgente e quase incontrolável de usar a substância, que invade os pensamentos do usuário de drogas, alterando o seu humor e provocando sensações físicas e modificação do seu comportamento (SUPERA, 2014, p. 19, b.).

⁷⁴Conforme SUPERA (2014, p.32 a.) é derivado de uma sigla em inglês (*Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test*) e a palavra formada pela sigla significa “dar assistência”. Esse instrumento foi desenvolvido para triagem do uso de substâncias psicoativas, com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), contando com a participação de pesquisadores brasileiros nas suas fases de testagem e adaptação para outras línguas (HUMENIUK; POZNYAK, 2004 e HENRIQUE et al., 2004)

⁷⁵ Mesmo que seja na figura de empréstimo, venda ou etc.

objetos em troca de benefícios e que levou essa prática para a casa, apesar dela orientar. A mesma apontou que inclusive ele pegou uma dermatite por causa disso. Outra mãe (a do filho líder psicológico) chamou atenção para que também no CENIP tinha deixado o filho com 3 cuecas e ele saiu com 9. Observa-se que por ser articulado (o adolescente tem conhecimento das outras unidades e conhece vários outros adolescentes) o adolescente consegue a partir de objetos simples estabelecer posição de poder dentro do sistema socioeducativo.

Todos os/as responsáveis presentes apontam que as roupas são um ponto de discussão, mesmo a equipe técnica apontando para evitar essa questão das marcas. Relataram ser quase impossível porque “a casa não tem um uniforme” mesmo sob as explicações da equipe sobre as questões para a não utilização de tal procedimento.

Sobre o comportamento dos meninos, os familiares apontam que é muito difícil orientar, que os filhos não escutam, que muitos pelo horário de trabalho tinham dificuldade de supervisionar, que a rua tem muitas atrações (seja as meninas ou as festas). Um ponto importante e consensual entre este grupo de responsáveis é de que as regras familiares não eram seguidas, mas as regras impostas pelos grupos sim. “O grupo de amigos é um importante referencial para o jovem, determinando o vocabulário, as vestimentas e outros aspectos de seu comportamento. Começa a estabelecer a sua moral individual, que é referenciada à moral do grupo” (BOCK; FURTADO; TEXEIRA, 2008, p. 125).

Houve uma mãe que chegou praticamente ao final da reunião e justificou que foi o trânsito. Por fim, durou aproximadamente 1 hora e meia, ao final da atividade ocorreu à retificação de que a equipe precisava da contribuição dos familiares e que todos os meses é fundamental a presença nesse encontro para a avaliação da medida socioeducativa também. Ao final ficou uma mãe para solicitar que o filho fosse sozinho para casa nos finais de semana porque estava grávida em uma gravidez de risco e não teria mais nenhum responsável para ir busca-lo. A equipe técnica comentou que foi muito bom o grupo (principalmente pela presença e intervenção) e que alguns familiares não se dão conta da importância do momento ou da medida. Aproveitei o momento e fiz mais uma entrevista que durou aproximadamente 40 minutos e posteriormente fiz outra que durou em torno disso também.

Grupo de Orientação sobre Drogas e a representatividade das drogas na adolescência

A quarta visita foi às 14 horas para o grupo de GOD. Cheguei por volta de 13 horas 20 minutos na casa. Apresentei-me a ASE e subi pela escada de trás, dei boa tarde às pessoas que estavam almoçando na mesa de madeira (ASES e adolescentes). Deixei a bolsa como de costume no armário, fiquei um pouco na copa, depois fui à varanda e identifiquei que a piscina estava limpa. Fui para a sala azul esperar a responsável pela atividade que me informou que hoje seria sobre drogas e os conceitos, na forma de um *quiz*.

Afastamos juntas as mesas e esperamos dar 14 horas em ponto para buscar os meninos. Subiram 11 meninos, a partir da escolha de um bombom separamos em 2 grupos (6 e 5 meninos respectivamente). Observou-se que os papéis dos bombons ficaram no chão ou eram manuseados pelos meninos durante a atividade, alguns meninos pegaram mais que um e ocorreu a troca por causa do sabor.

Foi perguntado como gostariam de ser chamados os grupos, ficou “alegres” contra os “legalizados”, alusão evidente a como se sentiam perante o assunto das drogas. Dessa vez, entre os meninos tinha um bem falante e articulador (B. 14 anos) que durante o *quiz* estava liderando o grupo e não gostou porque deu uma resposta errada e decidiu sair da atividade antes do final por isso.

Um dos meninos não parava de se referir ao B. 14 anos como *ladrão*, ele aparentemente não ligava mesmo com as constantes repreensões da equipe técnica ao colega de chamá-lo pelo nome. 3 dos meninos (2 do “legalizados” e 1 dos “alegres”) não se entrosaram muito, apesar de sempre que questionados davam respostas positivas. Os meninos estavam em sua maioria bem impacientes. Não consegui identificar o motivo, que talvez fosse pela movimentação na casa. De acordo com a fala de uma das ASE’s compreendi que um dos meninos que fugiram estava de volta “para cumprir como homem pelos seus atos” de acordo como fala de ASE.

A responsável pela atividade do dia passava cada pergunta no computador e perguntava verdadeiro ou falso ou quais desejavam marcar, enquanto B. (14 anos) estava lia todas⁷⁶ depois que ele saiu a responsável pela atividade teve que fazer este papel. Percebeu-se que eles têm um conhecimento do que são as drogas, mas pouca consciência das consequências. Afirmaram ter consumido até pasta base (base para a

⁷⁶Mesmo que com dificuldades em muitos momentos.

fabricação de cocaína e crack), utilizado na sequência de várias drogas anteriormente. Um dos meninos apontou que ficava até com sintomas de perseguição, todos riram dele relatando como ficava, mas apresentou na verdade asserções de quem teve efeitos físicos e mentais do uso agudo de cocaína. Pois, conforme Lacerda, Cruz e Nappo (2017, p.77) na utilização aguda de cocaína é possível apresentar “euforia (sensação de alegria e bem-estar), grandiosidade (sensação de ser poderoso, de ter muitas qualidades), hipervigilância (estado de alerta exagerado, tentando prestar atenção a tudo que está à volta), irritabilidade”.

Conseguiram verificar a partir das respostas que eles consomem de modo diferente. Tem uma visão moralizante do uso e apesar de afirmarem terem domínio sobre é evidente que possuem dificuldades de lidar com as drogas. Importante apontar que foram bem competitivos, inclusive uma das questões deu muito questionamento porque acharam que uma das ASE's deu a resposta para um dos grupos, que acabou sendo anulada.

Questionados quanto à legalidade um dos meninos apontou em sua fala para a questão da política, que o no momento candidato a presidência Bolsonaro “não iria fazer nada contra isso mesmo e que seria difícil mudar alguma coisa mesmo”. Ao final ficou o placar de 3 a 2. A técnica responsável pela atividade foi solicitar o prêmio de utilização da piscina pelos meninos que participaram. O resultado foi positivo apesar das recomendações de que os saltos mortais não seriam permitidos. Foram de imediato, bem entusiasmados, para a atividade supervisionada pelos ASES. Aproveitei para realizar mais uma entrevista com profissional da equipe técnica, durou aproximadamente 20 minutos, por causa do horário de saída da equipe, por volta das 16 horas.

O desafio de refletir a cidadania na adolescência com a pauta das eleições

Como de costume confirmei a atividade anteriormente. Chegando a casa por volta de 9 horas e 30 minutos alguns meninos estavam realizando a arrumação de seus espaços. Um ASE me acompanhou até a primeira escada de onde fui sozinha. Ao subir me deparei com um senhor diferente na casa e já o identifiquei como sendo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para a palestra sobre as eleições.

Fui à sala azul e esperei para a atividade começar. Pouco tempo depois fui avisada que o responsável pela atividade tinha chegado e que seria na outra sala. Contribui com a ligação da urna e com a disposição das cadeiras. A atividade começou por volta das 10 horas. Participaram da atividade 10 meninos (B., 14 anos e outros 3 adolescentes foram os mesmos de grupos passados, os outros 6 foi a primeira vez que os via). De modo geral, estavam tranquilos, 3 com muito sono e apáticos. W., 16 anos e M., 17 anos foram os que mais participaram e demonstraram interesse. Dois meninos só interagiram, por causa de perguntas e estímulos do responsável pela palestra.

Ficaram inquietos do meio para o fim da apresentação e elaboraram a estratégia para passar logo o tempo de pedir para beber água e ir ao banheiro (2 meninos solicitaram tal procedimento e posteriormente a técnica assentiu que ninguém mais iria sair até o término da palestra). Além dos 10 meninos e o palestrante, participaram da atividade eu, uma ASE e uma técnica.

O responsável pela palestra apresentou uma contextualização da escola dos eleitores do futuro do TRE, começou a falar a partir da necessidade de sonhar, das possibilidades de mudanças que podemos exercer na nossa vida e na vida dos outros com exemplos de superação próximos dele e da equipe do projeto. Além disso, trouxe questões teóricas sobre eleições, como conceito de democracia, cidadania, exemplos práticos de venda de voto e etc.

Apesar da aparente performance de desinteresse dos garotos, o responsável pela palestra trouxe um vídeo no final que chamou a atenção de todos eles sem exceção, sobre o exemplo da natureza⁷⁷ de trabalho coletivo como alusão ao momento das eleições. Ao final da atividade alguns agradeceram verbalmente e W., 16 anos agradeceu com aperto de mão. Com a saída dos meninos, ficou na sala eu, o responsável pela atividade e a técnica que pediu desculpas pelo comportamento dos meninos. O responsável pela atividade ressaltou que um se interessar já é algo importante, que compreende a dificuldade do trabalho da FUNASE/PE, comentou da dificuldade das instituições de fechar calendário, mas que é um processo mesmo. Contribuímos com o recolhimento dos materiais dele, dois meninos contribuíram com o carregamento lá para baixo. Finalizado o processo fui para a sala azul finalizar a entrevista anterior, durou aproximadamente 15 minutos.

⁷⁷Búfalos adultos salvando um búfalo menor do ataque de leões por causa do trabalho coletivo.

Atividade frustrada e entrevista realizada

Com confirmação no dia anterior cheguei às 13 horas e 15 minutos, me apresentei ao ASE como de costume e o mesmo solicitou que subisse. Fui à sala azul e encontrei as técnicas, uma delas não conhecia ainda. No processo de espera para a atividade, fui pegar água e voltei, um dos meninos foi trazido por um ASE alegando que o mesmo chegou a casa sob o efeito de drogas. O adolescente alegou que era conjuntivite, mas além dos olhos vermelhos e marejados era evidente o cheiro de bebida alcoólica.

Como estava aguardando a chegada da equipe do CAPS para a atividade, uma das técnicas aceitou participar da pesquisa e realizei mais uma entrevista, durou aproximadamente 20 minutos. Sobre a atividade de redução de danos com a equipe do CAPS, não foi possível por questões de locomoção do pessoal que viria.

Planejando a atividade sobre as práticas de consumo e os valores

Durante a socialização do mês de outubro com a equipe técnica fui informada que teria atividades em dois dias sob minha responsabilização por isso precisava fechar com a equipe a metodologia e objetivo. A primeira seria sobre direitos e deveres de crianças e adolescentes. Fui a casa pela manhã e me reuni com as técnicas para a atividade. Cheguei por volta de 9 horas e me apresentei e subi pela escada de trás, passei por alguns meninos jogando totó⁷⁸.

Fui para a sala azul e lá encontrei a toda a equipe técnica. Acordamos que ao invés de uma fala sobre os direitos e deveres dos adolescentes vamos trabalhar um material que a equipe já tinha trabalhado anteriormente sobre o valor do dinheiro com mercadorias e com sentimentos para ouvir dos meninos as questões deles sobre, o que veio a contribuir bastante para várias abstrações sobre a pesquisa. Em aproximadamente 25 minutos fechamos os detalhes. Aproveitei para socializar com a equipe o termo para que as famílias assinem e se era possível sensibilizar elas na reunião do dia das crianças, a equipe aprovou e solicitei a coordenação geral da Casa que também aprovou.

78

A mesa finalmente foi consertada, no primeiro dia identifiquei uma força tarefa para concertar.

Sobre as práticas de consumo e os valores

Como de costume confirmei anteriormente a atividade. Cheguei por volta das 9 horas e 15 minutos na casa, no mesmo momento que o pastor e outro rapaz da igreja universal, fiquei sabendo posteriormente que vão sempre realizar o momento da palavra de Deus na casa que dura em média 30-40 minutos. Falei rapidamente com eles, me apresentei e subi. Passei pela sala de reforço e dois dos adolescentes estavam com as professoras confeccionando as sacolinhas da festa das crianças que ocorreu nesta mesma semana, falei com todos e me direcionei para a sala azul.

Encontrei as técnicas e informei que cheguei com o pastor, as meninas providenciaram a questão de quem iria começar primeiro a atividade e que decidiram fazer todos os meninos da casa pela manhã mesmo, para não ter que repetir a tarde a atividade. Importante apontar que durante a espera do momento da igreja uma das técnicas apareceu na sala solicitando documentos antigos e pude compreender que a casa está atualizando as informações no SIPIA SINASE⁷⁹. Além disso, uma das técnicas chegou apontando terem recebido um adolescente que já foi da casa a um tempo atrás, que o menino agora está maior de idade e foi sancionado com a medida socioeducativa de semiliberdade. No processo de espera para a atividade, verificou-se que o mesmo tinha sido da casa em 2016 de onde fugiu e foi para outra CASEM de onde fugiu também, tinha praticado tráfico de drogas e estava em internação no cabo quando fugiu de vez do sistema ainda com 17 anos, hoje com 20 tinha voltado a casa para cumprir a medida.

O adolescente como deu entrada pela manhã tem o direito de falar com a família, os números que estavam no processo já não correspondiam aos atualizados e ele queria ligar para a namorada. O jovem se encontrava extremamente chateado e

⁷⁹ SIPIA Sinase - Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, versão Web Nacional, propõe a criação de um Sistema de Informação em rede para registro e tratamento de dados referentes a adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas. Tem abrangência nacional, banco de dados único e todos os operadores de direitos estão em rede utilizando o Sistema. Cumpre o papel de ser ferramenta de integração entre as instituições executoras de medidas socioeducativas, ministério público, varas da infância e juventude, CREAS e demais órgãos das esferas municipal, estadual e federal. O SIPIA Sinase fundamenta-se no Estatuto da Criança e do (a) Adolescente, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE e tem como princípios primordiais: - Operacionalizar, na base, a política do Estatuto da Criança e do (a) Adolescente e do SINASE, desde o primeiro atendimento, internação provisória, execução e acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade, até a internação para adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida; - Subsidiar com informações as instâncias das Instituições que executam medidas, Varas da Infância e Juventude, Ministério Público e órgãos competentes nas três esferas de governo para a formulação e gestão de políticas do SINASE. <https://www.sipia.gov.br/sinase/Welcome.do#>.

consternado porque a casa que ele deveria ter voltado não era aquela senão outra, apesar de ficar distante de sua residência no bairro do Jordão.

Uma das técnicas fez algumas perguntas a ele sobre o cotidiano no Cabo de Santo Agostinho e o mesmo especificou que era da “geral”⁸⁰, que tinha a “comunidade”⁸¹, mas que ficava na ala 2. Comentou também sobre o dia da pizza que era as terças na instituição. Após informarem a ele sobre a questão do “erro” dele ter ido para lá e não para a outra CASEM informaram que até o próximo dia ele estaria lá, após fazerem um relatório sobre. Observa-se que apesar de certo estranhamento não é incomum verificar as medidas sancionadas com caráter punitivo, quando que em primeiro lugar deveria ser priorizado o caráter educativo da medida.

Fomos para a sala a outra sala preparar, afastamos as mesas e tiramos as cadeiras, colocamos todos os sentimentos e produtos⁸². Quando terminou com os adolescentes o pastor subiu para avisar que tinha terminado. Chamamos os meninos, participaram da atividade 8 meninos. O novato (20 anos) foi chamado, mas não teve interesse, dois meninos que também foram chamados também não quiseram alegando um que tinha dor de cabeça e o outro que estava com dor de dente. Importante apontar que desde que entraram os que ficaram e participaram ficaram bastante falantes. Além de mim, participaram outras 3 técnicas.

As técnicas se apresentaram e explicaram a atividade. Eu entreguei as cédulas de dinheiro de brinquedo, R\$ 287,00 para cada, solicitamos que contassem para que não houvesse diferença. Este momento foi interessante, alguns contaram muito rapidamente, outros tiveram dificuldades, mas os demais ajudaram, apenas um que faltava 2 reais e repassamos para ele.

Atribuímos o sentido da roda que se formou ao redor das emoções e produtos, com todos/as sentados no chão. Logo na primeira rodada os meninos atribuem logo valor aos produtos e não as emoções. A bermuda *Seaway* e o tênis *Nike* é alvo de muitos investimentos, pois atribuímos o sistema de leilão quem desse mais ficava. Mais ou menos passamos por 10 rodadas. Um dos meninos, o mais novo (B. 14 anos) dentre eles na segunda rodada já tinha investido todo o seu dinheiro em boné, liberdade e pizza.

⁸⁰Patente atribuída a certas regalias na internação.

⁸¹Termo que é inferior e outras nomenclaturas que não consegui decorar.

⁸²Entre eles colocamos amor, carinho, família, vida longa, paciência, trabalho digno, liberdade, honestidade, sinceridade, [...] bermuda *Seaway*, boné *Jonh Jonh*, crack, *baseado*, cerveja, moto, cordão, brinco, camisa de Neymar, camisa *Adidas*, tênis *Nike*, ecstasy, cola, dedeira, churrasco, *McDonalds*, pizza, chocolate entre outros.

Dois dos meninos ficaram mais acirrados nas apostas pela bermuda, mas na verdade 4 chegaram a investir, revelando um interesse mais significativo pelo objeto. Um dos meninos apesar de ser um dos últimos a sair das rodadas⁸³ investiu muito dinheiro nas drogas representadas, sempre referenciando que ia ficar “loucão” com aquilo tudo. Um dos meninos conseguiu expressar um conjunto complexo de escolhas, com variação e quantidade representados por bermuda, moto, óculos, churrasco e sandália.

Além da liberdade, os outros valores investidos foram paciência, emprego digno e vida longa. Como estratégia, começamos a conversa de reflexão das escolhas sobre o que não teve investimento dele. Sobre a família e o amor apontaram que são coisas que não dá para comprar e que se conquista sobre o amor a questão do amor de mãe é algo levantado como troféu por eles e como sendo o único verdadeiro. Depois dos não investidos fomos para os mais até o menos, conversando sobre o que estava caro ou não.

Impressões gerais:

- Possuem compreensão similar entre eles do que é bom ou ruim. Geralmente a referência é a do grupo, o que tem mais ou menos aceitação.
- Apesar de contextos diferentes tem muita coisa que os une e outras que os diferencia. Apesar de serem adolescentes e periféricos eles possuem diferentes formas de acessar os capitais culturais, econômicos e sociais. De modo que as referências de grupo podem ser divergentes. Um exemplo foi quando no momento da atividade ficou evidenciado que o jogador de futebol Neymar fazia sentido para alguns deles em termos de sucesso e padrão de vida, para outros não.
- Ninguém escolheu a cerveja, apontaram que era fraca. O álcool apesar de ser uma droga lícita na sociedade mas para essa faixa etária ilícita serve como porta de entrada para as drogas mais fortes, como por exemplo a de referência para eles que é a maconha.

Independente dos aspectos morais que circundam o problema, a questão das drogas na sociedade atual tem evidentes e escancaradas implicações econômicas e sociais, ou seja, atua como mercado de trabalho paralelo para setores excluídos do mercado formal e sem êxito no mercado informal, bem como, no caso infante-juvenil, como alternativa, pernicioso, para a ausência de políticas sociais mais eficazes (CUNHA, 2000, p. 56).

⁸³Foi utilizando seu dinheiro aos poucos e de modo descentralizado.

- Os artigos de desejo se projetaram na bermuda *Seaway*. Apesar da cobiça não veem problema de sair e ter algum outro com a mesma estampa se dão conta do crescimento físico e das mudanças porque me chamaram atenção sobre o tempo de uso “peraí tia, por 5 anos não dá para ficar com a mesma bermuda não, a gente cresce” ressaltou um dos meninos quando perguntado sobre a durabilidade da peça de vestuário.
- Apenas 1 investiu na moto;
- A liberdade apesar de ser algo falado por todos apenas 3 investiram nela;
- Sorriam e debocharam do menino que conseguiu fazer compras variadas e que ele iria ficar cheio de *novinha* como um resultado positivo;
- Apontam compreensões diferentes do valor do produto dependendo onde compram e como adquirem, falaram em shopping, mas também apontaram alguém que vende em suas comunidades e etc.

No mais foram recolhendo os dinheiros de brinquedo e o que quis chamar atenção com o investimento nas drogas separou as cédulas diferentes com certa habilidade, e exaltando que aprendeu isso lá fora, demonstrando que estava envolvido com o tráfico de drogas. Para finalizar o momento, uma das técnicas leu a parábola sobre os lobos como reflexão do momento sobre pensar mais nas nossas atitudes. As técnicas apontaram que foi positivo principalmente porque os garotos falaram.

Segundo encontro com as famílias e dia de festa

Comemoração do dia das crianças na casa. Cheguei por volta de 9 horas e 20 minutos da manhã, me apresentei na frente como de costume. Solicitaram que entrasse e subisse por trás. Encontrei logo na entrada vários familiares em sua maioria, mulheres e crianças esperando para o momento da família. No local do refeitório tinha uma grande mesa com um bolo, sacolinhas e muitos bombons em volta. Toda a equipe estava envolvida nos preparativos.

A equipe estava esperando uma palestrante da casa Clarisse da prefeitura da cidade do Recife para conversar sobre violência contra a mulher com os familiares antes da festa. Fui para a sala azul, estava um movimento grande na casa, os meninos estavam ajudando na organização, no encher e fazer os cachos de bola para descer. Como a

reunião seria realizada na sala azul era preciso preparar. Além de 11 representantes da família tinham duas crianças de colo, eu, a palestrante e duas técnicas.

Antes de a palestrante começar expliquei um pouco da pesquisa e sobre a autorização das famílias que iria precisar. Como ainda tínhamos a palestra fiquei de pegar as assinaturas ao final. A palestra sobre violência contra a mulher. Inicialmente explicando a construção social de posse da mulher, a criação da lei Maria da Penha, os tipos de violência e como solicitar auxílio do Estado. Durou aproximadamente 30 minutos. A palestrante trouxe targetas para as famílias classificarem os tipos de violência.

Na hora do *feedback* as técnicas e até a própria palestrante incitaram a participação e foi difícil as/os responsáveis se posicionarem. Uma ou outra se colocou. Como eu tinha um caso próximo e que foi amplamente veiculado pela mídia, solicitei a fala e apontei que quem pratica esse tipo de violência contra a mulher é quem está mais perto e que precisamos estar atentos/as aos mais ínfimos sinais.

Foi passado o livro ata. Importante apontar que o som em alguns momentos atrapalhou a concentração, pois estavam um pouco inquietos para descer. Assim que terminou as famílias apontaram que queriam perguntar se os meninos queriam participar, mesmo eu salientando que eles só iriam participar se eles mesmos quisessem e assim a família autorizar. No mais foi importante porque já ocorreu familiaridade comigo e a pesquisa apesar de não assinarem neste momento. Contribuí com a arrumação da sala e descemos.

Na festa assim que desci estava sendo oferecido suco de uva e pão com queijo. Na festa foi possível observar a mesa da festa, com *dj* e cantor ao lado, refrigerante, teve também banho de piscina liberado para os meninos e os/as irmãos/ãs, quebra panela com bombons e visita de profissionais de um dos CASE's⁸⁴ da RMR. É importante apontar que toda essa organização é resultado do comprometimento de toda a equipe e estímulo, organização da gestão.

Foi destaque o comportamento de alguns meninos, o que faz aniversário neste mês estava aparentemente emocionado, pelos parabéns e presença da mãe e possibilidade de fotos e etc. Um dos meninos passou a festa todo “arrumadinho” estava de calça jeans e camisa de time vermelha com tênis, apesar de a piscina ser liberada e os demais em sua maioria de bermuda, descalço e sem camisa. Ficando evidente a

⁸⁴Centro de Atendimento Socioeducativo e trabalham com a medida socioeducativa de internação.

ansiedade para sair daquele espaço, dada a situação que ao final da festa eles iriam para casa passar o feriado.

Outro dos meninos me chamou atenção, pelo comentário de que não fazia o “perfil”, apesar de ter “caído” por tráfico. Era o que mais se destacava entre os meninos de óculos e posicionamento de aparente normalidade com a festa. De modo geral, todos estavam bem eufóricos com o momento, as músicas⁸⁵ e a presença da família. Ficou evidente que eram adolescentes curtindo a festa.

Pós a festa eles iriam para casa, então por volta de 11 horas e 30 minutos a maioria já estava pronta para ir embora. Neste momento chega um dos meninos todo arrumado e com a mãe já idosa um pouco alterada (posteriormente junto a equipe técnica foi identificado que ela é dependente química) de vestido e touca no cabelo. Ele quando perguntado pela hora que apareceu contou à equipe que estava esperando a mãe, que teve que ir à barraca busca-la para vir e por isso o atraso. A coordenadora subiu para lhe dar uma sacolinha, pois todos ganharam e participaram do final da festa.

Outro apontamento é que um dos bebês que veio de visita e virou atração entre todos estava com escaras nos pés (a equipe apontou que iria fazer algo para essa situação). Quando tudo terminou subi para conversar e acertar as coisas com uma das técnicas sobre a oficina da próxima semana. Conversamos por 15 minutos e decidimos um momento com a metodologia do teatro do oprimido para dialogar sobre comunicação não violenta.

Comunicação não violenta a partir do teatro do oprimido

Cheguei às 14 horas, me apresentei na frente e subi, uma das educadoras estava chamando os meninos que estavam no cochilo pós-almoço. Encontrei a responsável pelo grupo comigo e as técnicas. Pedi um minuto para guardar a mochila no armário e a atividade foi na sala de reforço. Voltei à sala de reforço, contribui para arrumar em círculo. Levei xerox do conceito do que era teatro do oprimido⁸⁶ e a técnica também responsável pela atividade levou xerox da fábula do sultão (reflexão sobre o potencial de comunicação não violenta).

⁸⁵Em sua maioria os bregas da periferia de Pernambuco, como exemplo, Mc troinha, Mc Elvis, Shevechenko e eloco.

⁸⁶É uma metodologia criada em 1960 por Augusto Boal que utiliza o teatro como ferramenta de educação social.

Subiram 11 meninos, alguns novos e alguns que já conhecia de outros momentos, a seleção é feita pela equipe e de acordo com os horários e atividades deles. Eu fiquei responsável pela oficina e a técnica ficou como guardiã⁸⁷. De início ocorreu uma incredulidade deles sobre o que eu iria fazer nesta tarde. Muito pela minha idade, não chegaram a perguntar, mas me achavam nova pelos apontamentos que fizeram de que eu não tinha idade para ser chamada de “tia”. De acordo com o relatado em projeto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro com o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) em 1997 é resultados das relações de poder no sistema “poucos adolescentes se tratam pelos nomes. Conforme o grau de intimidade, adotam apelidos ou utilizam-se mesmo dos números que os identificam. Em relação aos adultos, tratam as mulheres por “tia” e os homens por “seu”” (BARCELLOS; PUT, 2000, p. 147).

Comecei a oficina explicando um pouco o que era aquele momento, que a partir do teatro iríamos trabalhar comunicação não violenta. Perguntei se sabiam o que era, se alguém queria ser ator e se sabiam o que faz um ator ou atriz e no que trabalham. Houve participação, falaram das novelas e filmes, mas não conseguiam visualizar a relação com a nossa atividade.

É importante pontuar que foi a primeira atividade a frente da equipe, considero que houve uma participação efetiva de pelo menos 4 de maneira pró ativa e desde o começo, 2 ao longo da atividade, 2 esporadicamente (uma resposta ou outra) e 3 não participaram⁸⁸.

Com isso distribuí os conceitos de teatro do oprimido, pedi ajuda para lerem e os demais prestarem atenção. Foi um momento onde houve solidariedade imediata, prestaram atenção ao colega lendo e foram contribuindo quando o mesmo parava em uma palavra. A dificuldade de leitura se dá principalmente pelo baixo perfil escolar encontrado, ainda em pesquisa realizada em 1997 pelo Fonacriad

confirmou o que já se encontra bem estabelecido na literatura sobre o tema: a grande maioria desses adolescentes é do sexo masculino, com baixa escolaridade, oriundos de famílias pobres e que praticam, em sua maioria, infrações contra o patrimônio (ARANTES, 2000, p. 64).

Fiz perguntas sobre o conceito que lemos, 2 dos meninos responderam de imediato como se fosse algo dado e simples, apesar de afirmarem que nunca tiveram contato com a técnica do teatro do oprimido.

⁸⁷Termo utilizado pelos círculos restaurativos de condução de um grupo.

⁸⁸Na verdade participaram mas sem interação com o proposto ou negando querer participar.

Passado esse momento de apresentação eu expliquei que em específico hoje íamos trabalhar o teatro imagem. Iríamos trabalhar como estátuas, construiríamos uma cena e os demais deveriam falar sobre ela. Solicitei dois voluntários, começou a tal brincadeira que já apareceu anteriormente em outras oficinas de apelidos e de “ladrão” daí, assumi o posicionamento da equipe técnica e solicitei que se chamassem pelo nome. Pedi para que se cumprimentassem dando um aperto de mãos e ficasse estátua.

Os demais apontaram que a situação em estátua eram dois amigos se encontrando na rua, marcando de terem um passeio ou que acabaram de se conhecer. Estimulei fazendo perguntas. Importante dizer que quando eu chamava atenção para onde eles estavam e todos em unanimidade “CASEM tia” “mas e a imaginação?” “ahhh tia [...] na rua, no bairro [...] na escola”.

Agradei e solicitei que um deles sentasse e convidei mais um para construir algo diferente, colocou a mão como se fosse bater na mão do outro e fez um legal. Dada a imagem estimei com perguntas. Apontaram que eram amigos, que era algo positivo, feliz e etc. Agradei e pedi para sentarem. Solicitei mais dois voluntários, as brincadeiras de apelidos novamente e a negativa de não quererem participar. Foi o nosso segundo ponto de tensão na atividade, o primeiro foi quando me apresentei na mediação da atividade. Então fui eu e a outra técnica de estátua, coloquei os braços no ombro dela e estiquei uma das pernas. Neste momento a guardiã foi à mediadora e estimulou perguntas. Alguns reclamaram que não dava para enxergar de onde estavam que eu era grandes demais, outros afirmavam que eu estava dando uma rasteira e que não tinham certeza se era tão positivo assim a imagem. Finalizamos a imagem e nos encaminhamos para a reflexão do momento.

Todos sentados, eu perguntei o que acharam da atividade. Apontei que era justamente para que verificassem que cada um tem seu ponto de vista, que a gente não vai conseguir dar conta de saber de tudo só com imagem, que é preciso estarmos atentos que o nosso corpo “fala” e que a comunicação não violenta depende de cada um de nós nas mais variadas situações. Uns um pouco incrédulos outros prestando atenção apontei que iria montar uma situação e queria saber a opinião deles.

Os dois que não queriam participar das ações levantando ao longo da oficina coloquei na imagem (já que estavam sentados) e pedi mais dois para encenar uma situação de uma pessoa apontando para a porta e outra saindo com a cabeça baixa. Estimulei o que acharam da situação, não acharam a situação positiva, pois, era alguém

colocando o outro para fora disseram, poderia ser na escola? Indaguei. “É o professor, ele fez coisa errada tia, perturbou na escola” disseram.

Estimulei para que alguém mudasse a situação e deixasse ela positiva, um dos meninos cumprimentou o que estava apontando para a porta e os demais alertaram que a situação “poderia ser na escola ainda, que estava agradecendo, que poderia ser no CASEM”. Conclui apontando que a divergência entre eles era normal e que cada um tinha a sua opinião, mas que o nosso corpo também é importante na comunicação não violenta. Para terminar a oficina, distribuimos a fábula do sultão e um deles leu para o grupo. Foi preciso pedir silêncio, pois, já estavam inquietos com a hora.

Houve dificuldade em algumas palavras, ajudamos, um deles não concordou com a explicação, de que uma situação pode ser dita de várias maneiras diferentes, a guardiã fez as perguntas sobre a história e responderam de acordo com a leitura. A guardiã finalizou apontando para o fato de que podemos dizer o que temos para dizer de um jeito melhor, não violento assim como na história. A técnica achou legal o momento e confessou que teve um momento que acreditou que não iria e que tinha me saído muito bem participando com a outra técnica para estimular eles. Ela apontou a vontade de continuar com essa técnica, quem sabe encenar a fábula com os meninos, conversar mais sobre a história com eles.

Terceiro encontro com as famílias, as autorizações e a superlotação

Cheguei com aproximadamente 30 minutos de atraso⁸⁹. Identifiquei-me como pesquisadora e que iria para a reunião de família⁹⁰, foi solicitado um documento com foto e que a bolsa não entraria na instituição e que iria informar a equipe técnica. Informei que me aguardavam, o ASE tentou se comunicar via rádio, whatsapp e como não conseguiu, me acompanharam até a subida da escada. É importante salientar que me deparei com um número muito maior de meninos e ASEs, em suposição acreditei que deveria ter sido em decorrência do feriadão.

Fui recebida na escada e o ASE foi avisado na minha presença que eu era a pesquisadora e que tinha entrada liberada para a pesquisa. Fui informada que a reunião

⁸⁹É sempre difícil chegar as 9 horas no local por causa das obras na BR e nesse dia teve um acidente sério com o incêndio de um caminhão.

⁹⁰Não conheci nenhum ASE, haja vista a rotina estabelecida, houve um hiato temporal que mudou a dinâmica da casa e foi percebida nesta mudança de ASE's.

tinha começado e que era na sala azul, adentrei a sala cumprimentei com um bom dia rapidamente a todos/as para não atrapalhar. Aproximadamente 10 representações de familiares presentes, importante apontar que tinham crianças e outros adolescentes (irmãos/ãs), 3 homens (avô, padrasto e pai) e as demais mulheres (mães).

Do momento que estava abordaram a questão da média e alta complexidade da assistência social, explicando com exemplos práticos do que o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) fazem, além de apresentarem o Conselho Tutelar e as demais instituições da Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes, inclusive foi realizada uma sistematização em um cartaz dos eixos da saúde, educação, assistência e justiça.

Finalizamos o momento apontando o desafio que é tutelar um adolescente e que o trabalho é coletivo, chamando atenção para a responsabilidade compartilhada, sobre a extensão desse feriado e que precisavam assinar o termo de saída do adolescente. Tivemos um momento de confraternização com torrada, suco, café e biscoitos e foi nesse momento que me deparei com uma técnica do outro CASEM, que demonstrou surpresa com a minha presença e percepção da recepção da equipe. Quando voltei à sala azul para pegar os documentos e começar a solicitar as autorizações um a um fui questionada por ela se estava fazendo pesquisa lá também e assenti.

Comecei conversas individuais me apresentando e apresentando a pesquisa, consegui ao todo 7 autorizações. Não significa que os adolescentes vão querer ser entrevistados, mas compreendi como positivo, as demais famílias não consegui por causa do alvoroço que estavam todos, inclusive houve um dos meninos que pulou o muro e obteve fuga⁹¹.

Suspeitei que a quantidade de meninos tivesse sido aumentada, apesar de ao abordar uma das mães a mesma me apontar que o filho já tinha sido liberado e que tinha ido para a reunião por responsabilidade porque queria saber mais sobre e agora e cursos. Durante a despedida a casa recebeu mais um menino, primeira medida socioeducativa, menino franzino aproximadamente 16 anos e negro. Me despedi da equipe que estava na sala azul, na copa e na sala de reforço.

Antes de acompanhar a ASE para descer, alguns meninos estavam na sala de reforço fazendo colagem e houve uma situação de piada que estavam chamando um

⁹¹A equipe expressou incomodo com o ocorrido e foram verificar a identificação para protocolar.

ASE de Bolsonaro, todos riram, mas quando desci o mesmo ASE estava querendo falar com a coordenadora geral onde um terceiro ASE dizia que não era o momento, que não tinham autorização de subir. Ele aproveitou a minha saída para subir. Na porta uma dupla da igreja adventista estava solicitando a entrada. De fato estavam movimentadas as coisas, mais tarde fui informada que a casa que tem capacidade para 20 adolescentes, desde que comecei tinham aproximadamente 24 e neste momento tinham 40 meninos. Pois, “por deficiência ou ausência de estruturas compatíveis para a operacionalização de medidas em meio aberto, opta-se com certa frequência, pela medida de internação” (ARANTES, 2000, p. 64) ou similares a ela.

Reflexões sobre consciência de classe e cor/raça

Dia 20 de Novembro é dia da consciência negra e no CASEM teve uma atividade com os meninos sobre a temática. Como de costume confirmei no dia anterior e às 9 horas estava na casa. Apresentei-me e a ASE e fui autorizada subir. Os meninos estavam na piscina em sua maioria, além dos dois ASES no portão para subir tinha um policial militar (PM) e um ASE sentados perto da porta do terraço e algum outro menino deitado, todos cumprimentamo-nos e subi.

Passei pela sala de reforço e dei bom dia, estavam à professora de reforço e dois meninos fazendo artesanatos. Fui à sala azul e falei com todas/os. Compreendi que o dia estava mais que corrido, a casa está neste momento com 43 meninos, muitos novatos precisam de documentos e a equipe estava justamente nesses ajustes antes da atividade. Além disso, as questões de seleção de 6 meninos para estágio no Senai e sobre a situação da infraestrutura para os meninos (principalmente os colchões).

Pois, o mutirão de audiências daqui a 1 semana deixou a equipe técnica com a incumbência de dar conta de todos os relatórios e Planos Individuais de Atendimento (PIA) dos “novatos”. Após essa questão, começamos a atividade na sala azul. Com 10 adolescentes, no entanto, durante a preparação houve mudança de 3 que não quiseram participar por outros 3 que queriam, todos meninos novatos na casa, nossa primeira interação.

Organizados em círculo, as técnicas apontaram a importância do dia, e que iríamos trabalhar com vídeos. O primeiro foi um curta sobre o preconceito em uma situação do dia a dia no mercado, quando houve a desconfiança por parte do segurança de um homem negro que foi comprar e que na verdade foi um menino branco que pegou

biscoitos sem pagar. Houve uma inquietação desde o começo por parte dos meninos sobre quem era o ladrão e alguns chegaram a se identificar, “então, eu sou preto e o cara que é ladrão também tia”. Quando revelado que foi o menino branco que roubou, 3 apontaram que também “caíram” por engano, só pela cor. Observei que além da identificação com o tipo de ação eles compreenderam a situação como possibilidade em seus cotidianos.

As técnicas trataram de explicitar que não deveríamos julgar ninguém pela cor da pele e que principalmente, não é brincadeira ficar chamando o outro disso ou daquilo, os meninos riram, mas demonstram atenção durante a fala, que ninguém é superior a ninguém. Os meninos perguntaram então porque isso acontecia, e foi explicada brevemente as questões históricas, políticas, econômicas dessa situação com o tráfico de africanos e africanas, a escravidão e etc.

Por fim, foi passado o vídeo de uma *youtuber* adolescente e eu acreditar que iria ser negativo por ausência de identificação visual (que ocorreu posteriormente pela fala e como falava), ela conseguiu explicar aos meninos conceitualmente o que era preconceito, discriminação e racismo. Algo a ponderar no vídeo foi o tom religioso da menina, mas que não foi questionado ou levantado pelos meninos. Um deles (E. 15 anos) até pediu para colocar música do mundão no final da atividade, mas preferiu descer. Consegui ao final da atividade entrevistar 2 meninos das autorizações e que estavam na casa. As entrevistas ocorreram na sala azul, apesar da equipe técnica presente, estavam envolvidos com outras atividades, os meninos demonstraram tranquilidade para a conversa, um por vez e assinaram os termos.

Preparação para audiência e reflexão sobre a medida socioeducativa

Assim como nas atividades anteriores, confirmei no dia anterior. O GOD desta vez foi um momento de reflexão sobre a medida socioeducativa, um espaço para que os adolescentes pudessem falar dos medos e da ansiedade do momento de audiência. Participaram da atividade 8 adolescentes, nem todos teriam a avaliação da medida mas de acordo com a técnica responsável eram os mais inquietos com a situação.

A atividade foi realizada na sala de reforço escolar e afastamos todas as cadeiras para poder fazer exercícios de respiração. Foi bem desafiador fazer com que os meninos concentrassem em suas respectivas respirações, apesar da orientação da técnica e de música. Em aproximadamente 20 minutos de atividades, conseguimos um certo nível de

concentração dos meninos. Depois de concentrarem, fizemos uma roda e a técnica foi apontando de como seria o dia de audiência na casa.

Um dos meninos chamou atenção que era dia de vestir roupa bonita. Foi destacado que vão ver o juiz, responsável pela avaliação, mas que a decisão dele é resultado de todo o comportamentos deles. Três dos meninos questionaram essa questão e que na verdade é o que o juiz quer. A sentença do judicial possui caráter semiótico, na medida em que dá um sentido próprio e determinante à realidade (CUNHA, 2000, p. 60). Isto é, essa percepção pode sofrer alterações, como exemplo, um dos garotos, novato na casa, veio por medida de sanção e tinha certo conhecimento sobre o sistema socioeducativo de modo geral e falava com tom de desdém sobre toda essa autoridade da figura do juiz.

Posterior a explicação de como seria o dia, a mediadora da atividade os questionou sobre o que poderiam fazer para que tivessem boas avaliações. De modo, os adolescentes já conseguem se aperceber de que o sistema espera um determinado tipo de comportamento deles, e nem sempre o “bom” comportamento é sinônimo de que houve reflexão sobre o ato infracional cometido. Quanto a isso quando questionados, são unânimes em dizer que precisam “pagar” pelo que fizeram, mas também apontam que “não precisava ser assim tanto tempo sabe tia”. Fica evidente não só na ansiedade deles mas no que relatam perdem no tempo de cumprimento de medida que o tempo de avaliação de medida que é de 6 meses passa de modo diferente para os adolescentes.

A atividade durou aproximadamente 1 hora e depois dos questionamentos fizemos um momento final de reflexão e percepção corporal. Ficou em evidencia em muitos momentos o cerceamento dos corpos, foi solicitado para que todos deitassem no chão. Eles se achavam estranhos quando um braço encostava no outro, a dificuldade do toque, que muitas vezes aparecia como “possível” agressão, “olha o fulano aqui encostando em mim tia, manda ele parar”. Foi preciso chamar atenção a essa questão duas vezes. Ao final, compreenderam que foi um momento para pensarem neles, dois meninos chegaram a agradecer a oficina.

Finalizada a atividade ainda tinha horário, e verifiquei com a equipe técnica quais dos meninos que tinha autorização poderiam realizar a pesquisa. A equipe de ASEs contribuiu com a lista de quem estava e não estava na casa. Consegui realizar 2 entrevistas de modo individual com os garotos. Ainda teria um terceiro garoto para

entrevistar, ele estava ajudando a professora com artesanato e foi justamente ele que não consegui entrevistar.

No tempo em que estava finalizando a última entrevista ele foi a equipe técnica relatar que estava sentindo dores abdominais e que precisava ir ao médico. Depois de passar pelas psicólogas ele confessou que sofreu agressão de um dos meninos na noite anterior. A questão foi tratada como espancamento pela equipe e pude observar como são os posicionamentos em uma situação limite, quando ocorre a violação dos direitos de um adolescente. Houve o encaminhamento do adolescente junto a uma técnica para o serviço de saúde para ser medicado com posterior ida a delegacia para fazer o corpo delito e os demais procedimentos. O adolescente acusado de ser o agressor que estava em atividade externa foi esperado pela equipe para ser encaminhado à delegacia também acompanhado.

Além dos encaminhamentos, foi preciso responder aos adolescentes que ficaram o que estava acontecendo. Ao menor sinal de mudança na rotina é percebido e respondido com inquietação. Em uma casa com superlotação não é nada sábio manter o clima de instabilidade. Foi preciso uma conversa geral com todos que compõem o quadro de profissionais e os adolescentes para retificar que são terminantemente contra toda e qualquer forma de agressão entre os adolescente e que assim acontecendo vão ter consequência assim como estava ocorrendo. Passado um dos momentos mais tensos da ida a campo, compreendi que não tinha clima para continuar entrevistas e que os 4 adolescentes entrevistados iriam compor o *corpus* da pesquisa.

Dia de entrevistas com a equipe técnica

Com a intenção de seguir a dinâmica de ida a campo, a partir de então será revelado o cotidiano das meninas em cumprimento de medida de semiliberdade. A segunda visita foi as 14 horas, cheguei na casa e como de costume me apresentei, marcaram meu nome no livro de visitas e um ASE me acompanhou até a sala da equipe multidisciplinar, estavam presentes quatro técnicas. Uma das técnicas fez às vezes da recepção. Rapidamente falei da pesquisa e objetivos. A equipe se predispôs a dar as entrevistas, uma das técnicas foi comigo para uma outra sala de atendimento individual. A entrevista durou aproximadamente 20-25 minutos.

Posteriormente ela chamou outra, a entrevista também durou em média de 20-25 minutos. A todo momento ela comentando de outra técnica que estava para chegar e que

também poderia ser entrevistada. Depois dessa, veio a outra logo em seguida. Houve duas interrupções (um delas foi a coordenação técnica que demonstrou surpresa ao me ver e questionou se tinha marcado outros dias, deixei evidente que estava em comunicação). Apesar das pausas a entrevista também teve aproximadamente a mesma duração. Houve um incômodo pelo tempo de atuação na casa ser baixo, mas como ela veio do sistema fechado feminino trouxe vários apontamentos importantes para a pesquisa.

Após a sabatina de entrevistas, percebi que a equipe apesar de solícita estava sob pressão e não se sentiam a vontade com a minha presença, quanto menos tempo ficasse melhor. Não consegui identificar se foi por ordem superior ou por algum acontecimento na casa. Na saída, apontei a necessidade de acompanhar alguns momentos com as meninas para não cair de paraquedas as entrevistas. A equipe sinalizou que faria um grupo na próxima semana pela manhã. Me convidei para participar e houve autorização.

Primeira atividade com as adolescentes: compreendendo os contextos

Como o combinado liguei antes para confirmar a atividade. Cheguei as 8 horas e 40 minutos na casa e como de costume a ASE anotou meu nome e horário, encontrei com coordenação técnica na porta e ela me questionou porque tinha ido neste dia, expliquei a atividade e ela questionou um possível choque de horários, porque seria o momento do TRE com as meninas. Compreendi, mas disse que iria entrar para falar com a equipe técnica. Encontrei a responsável pela atividade na sala da equipe, e fui informada que só tinham 5 meninas na casa, que era a hora de acordar e que teríamos que esperar mais um pouco. Me questionou ainda se teria alguma outra coisa pela manhã, disse para ficar tranquila pois aquele tempo da manhã era todo para as meninas.

Esperei aproximadamente 1 hora, neste intervalo de hora uma das técnicas chegou, deu chocolate a todos da sala, fez ligações para colocar algumas meninas em cursos específicos. Uma das meninas da casa veio solicitar ligar para a prima por causa de um dinheiro específico e houve esse atendimento. Enquanto esperava a responsável pela atividade me explicou qual seria a dinâmica utilizada, onde as meninas iriam apontar características que mais gostavam e as que menos gostavam para compreenderem suas igualdades e diferenças, com a ajuda de um barbante no dedo funcionando com objeto de fala.

Pelo efetivo reduzido e por que era a hora da faxina só duas meninas desceram para a atividade (16 e 17 anos, respectivamente). A atividade ocorreu na sala da equipe, as outras pessoas saíram da sala, no meio da dinâmica uma das técnicas voltou a sala e logo percebeu que era uma dinâmica, se desculpou e saiu. As meninas logo apontaram que ela iria reclamar mas viu que era dinâmica com a tia e saiu (sorriram e justificaram que “foi pela cara de brava da tia”).

Nos sentamos na mesa e a técnica responsável foi explicar a atividade com as meninas, elas concordaram. Me apresentei, para que compreendessem a minha presença naquele momento. Uma das meninas (17 anos) apontou que eu parecia com Moana do filme infantil. Começamos a atividade com a menina de 16 anos, que foi a mesma que pediu para ligar para a prima, que tem estágio e estuda. A medida que a responsável pela atividade ia enrolando o barbante no seu dedo ela deveria dizer “para” e disse. Assim aconteceu com a segunda menina. Solicitou-se para que fossem desenrolando e dizendo o que mais gostavam e o que menos gostavam. Solicitaram um tempinho até começar (2 - 3 minutos) e responderam como é possível verificar no quadro a seguir.

Quadro 5. Caracterização dos gostos

Nome	Idade	O que mais gosta	O que não gosta
Menina 1	17 anos	Família, celular, liberdade, primas	Falsidade e briga
Menina 2	16 anos	Família, celular, liberdade, drogas	Briga

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A responsável pela atividade sentou na mesa conosco e foi perguntando o porque de cada resposta. A Menina 1 (17 anos): sobre Família aponta a relevância dela “porque é sangue do nosso sangue e minha relação sempre foi boa” - “ahh tem confusão mas é sangue né tia”. Também aponta que sorrir quando aparece em casa dia de semana e mandam ela ir para escola ou para o CASEM (a menina 2 aponta que a mãe dela é novinha) diz que rir mas obedece porque se não leva um “surra” (Menina 1, 17 anos).

Sobre o celular houve unanimidade das duas que era por causa das redes sociais e das fotos (*Facebook, Instagram, Whatsapp*), afirma postar só coisas positivas. E que até dorme agarrada com ele. Sobre a liberdade disse que gosta muito e que está no CASEM por um erro, perguntou-se o porque de um erro e ela responde que é porque ela perdeu o controle com uma menina da escola e (sorri): “quase matei a menina tia, eu bati nela mesmo, porque ela disse que ia me bater”; - foi a primeira vez que aconteceu?

“Não, terceira, mas essa foi mais sério, eu dei altos murros na menina, as outras foi briguinha porque as meninas me stressam tia, elas me tiram do sério. Eu fico na minha mas elas ficam me irritando e daí eu sou implicante também” (Menina 1, 17 anos). Você ganha alguma coisa em ser implicante? “Não tia, estou aqui agora, mas eu ando pensando sobre e que nunca imaginou que estaria aqui um dia” (Menina 1, 17 anos).

A Menina 2: Família, celular, liberdade, drogas e não gostava de briga sobre a família sinalizou que “é boa mas assim depois do acidente tudo mudou” - a adolescente relatou que quando tinha por volta de 11-12 anos de idade sofreu um acidente com a mãe na avenida norte e a mesma veio a falecer e a partir de então ela foi criada pela vó: “Minha vó quando eu apareço dia de semana em casa diz que é para eu voltar para cá tia, eu fico rindo muito porque é engraçado sabe, ela acha que aqui é presídio e eu digo a ela vó eu tenho que buscar tal coisa” (Menina 2, 16 anos). O desconhecimento da família sobre o sistema muitas vezes perpassa pela identificação imediata ao sistema penal que é feita, em pesquisa realizada pela Fonacriad (1998) observou-se que “não existe clareza por parte de muitos dos atores responsáveis por esta política do que venham a ser os programas de liberdade assistida ou semiliberdade” (BAZÍLIO, 2000, p. 101). Sendo portanto, necessário não apenas a ressignificação para fora mas para dentro do sistema também.

Sobre o uso de celular afirma postar coisas positivas e negativas, mas ressalta “ninguém está nem aí para quando a gente sofre tia, eu escrevo mesmo, até porque nem sempre tudo é feliz” a menina 1 retrucou ela e pergunta porque ela posta coisa ruim e ela diz porque eu quero e é coisa que acontece. “Estou mal mesmo hoje, coisas desse tipo” (Menina 2, 16 anos). Sobre a liberdade afirmou que “nunca imaginei que teria cadeia para de menor, estou aqui por roubo mas foi culpa da droga, me envolvi com o menino errado” (Menina 2, 16 anos).

De modo geral, a crise que afeta o país por inteiro atinge com maior força a criança e adolescente, pontas de uma desestruturação social múltipla que acaba por levá-los à rua, situação limítrofe com o crime. Nela, o “menor” é estigmatizado, caçado pelas autoridades e temido pela população, como se sua presença ali não constituísse um atestado eloquente da falência das políticas públicas do país (WEYRAUCH, 2000, p. 76).

Sobre droga afirmou que é muito bom e que gosta de maconha. Porque tira os problemas. Sobre briga disse que não gosta mas no CENIP por exemplo ela brigou

porque uma menina ficou de *tiração*⁹² com ela, mas afirma que a menina era tão ruim que não puniram ela. Salientar que durante a fala das meninas o barbante funcionou como plano de escape, ficaram durante todo o momento manuseando, tirando os fiapinhos.

Ao final a técnica responsável complementou dizendo que elas tinham muitas coisas em comum e outras de diferentes pois eram pessoas únicas, que sempre temos o que melhorar em nós e nas nossas ações. Agradecemos e as meninas saíram da sala. Apontei que foi muito positivo o momento e que elas falam bastante. Apontei que queria autorização das família para realizar a pesquisa com as meninas, foi sinalizado que elas podem utilizar a estratégia de mandar pelas meninas na sexta e pegar de volta na segunda assinado ou não.

Segundo momento com as adolescentes: cotidiano dinâmico

Como o de costume liguei no dia anterior e confirmei a atividade, cheguei na casa às 9 horas e 15 minutos e encontrei uma das meninas da atividade anterior na porta, a ASE que estava no local assim como a responsável técnica que logo apareceu na porta pediram para que entrasse e fosse para a sala da equipe técnica. Ninguém me acompanhou, observei que já tinham um pouco de tranquilidade com a minha presença. A adolescente me reconheceu e também pediu para que entrasse.

Assim que me direcionei para a sala da equipe técnica encontrei algumas técnicas, as cumprimentei e perguntei pela responsável pela atividade que não tinha chegado, perguntei se poderia esperar e assim o fiz. Enquanto a responsável não chegava, o que durou aproximadamente 25 minutos, e neste tempo uma das técnicas foi realizar atendimento, uma segunda aparentemente tinha que resolver alguns documentos e uma terceira protagonizou um momento de tensão de que ela iria acompanhar uma adolescente que por motivo de um *top* não iria (a coordenação não autorizou alegando que iria retirar a camisa e ficar somente de *top*). A adolescente se negou a ir só com a camisa que estava. Essa terceira técnica desceu e tinha guardado os documentos quando a coordenação técnica adentrou a sala dizendo que a adolescente iria depois de a coordenação geral conversar com a menina e a mesma colocar a camisa. Além desse episódio, houve uma das adolescentes que conseguiu estágio como aprendiz no Procon

⁹²Termo utilizado pelos adolescentes que significa que alguém está irritando/implicando.

e foi contar a equipe de como foi, ela ouviu das técnicas o quanto é difícil conseguir e que ela precisaria se esforçar.

A responsável chegou por volta de 9 horas e 30 minutos. Salientou que o gestor de saúde da regional estava conversando com a coordenação geral e estava esperando a sua assistente social para conversar com as meninas sobre o setembro amarelo. Continuei esperando agora com ela, conversamos sobre o momento do mestrado. Apontou que tiveram duas regressões de medidas, a menina trans (que todos os/as funcionários/as chamam por ele) e outra menina, totalizando 10 meninas.

Aproximadamente por volta das 10 horas fomos para a atividade. Estavam presentes 5 meninas aparentando desdém mas curiosas com o momento, o gestor e a Assistente Social da secretaria de saúde, eu, a técnica responsável e mais 2 ASEs, um total de 11 pessoas.

A conversa durou aproximadamente 30 minutos, em alguns momentos as meninas saíram bastante, o que foi questionado pela ASE e repreendido pela técnica. A coordenação tanto geral quanto técnica apareceu para tirar foto durante o momento. Além das meninas presentes uma chegou chorando no meio da atividade, e outra estava bem incomodada, pela conversa aparentava estar com dermatite de contato nas pernas e estava em processo de ser levada para o médico, por isso do incomodo com a demora.

Durante a atividade, a mesma menina do estágio logo cedo, comentou que teve uma amiga que se suicidou este ano consumindo várias drogas juntas. Uma das ASE's comentou que teve um caso na família também. Por fim, a dupla de saúde salientou que voltaria em outubro para falar do outubro rosa. As meninas agradeceram o momento batendo palmas. Direcionei-me até a sala da equipe para pegar a mochila e a técnica responsável em seguida disse que teria atendimento de escuta da menina que chegou chorando. Agradei poder acompanhar e me encaminhei para a saída. Importante salientar que a equipe não favoreceu em nenhum momento pelo menos que tenha percebido ou sido perguntada sobre o meu papel, funcionei como sujeito observador na atividade. No entanto, refleti que este diálogo sobre o setembro amarelo foi relevante, pois, conforme aponta Cunha (2000, p.132) a desvalorização da vida faz parte do cotidiano, tornando-se visível em processos de automutilação, na falta de cuidado consigo mesmo, na agressividade das relações e no adormecimento dos sonhos e desejos. E poder dialogar com as adolescentes sobre essas questões é de suma importância.

Depois desse momento, não consegui mais estabelecer conexão para acompanhar outras atividades e devido a demanda de agenda no outro CASEM não consegui tencionar encontros. Houve a tentativa por telefone de estabelecer cronograma para solicitar as autorizações das famílias das adolescentes, mas a estratégia que foi sugerida se apresentou inviável para a viabilidade desta pesquisa devido o tempo curto do mestrado. Portanto, decidimos investir esforços no CASEM onde houve integração as atividades e a dinâmica cotidiana da casa.

CARACTERIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES A PARTIR DA EQUIPE TÉCNICA E DOS ADOLESCENTES

Neste subtítulo será abordado o discurso das profissionais da equipe multidisciplinar sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e seus cotidianos. Assim como, será apontado algumas trajetórias dos adolescentes entrevistados a partir de boxes de narrativas para discussão. Sobre o/a adolescente que recebem na semiliberdade, as profissionais pontuam a faixa etária que chega a média de 12 a 21 anos de idade, além de pautarem a referência com outras medidas do sistema socioeducativo, questões a rotina da semiliberdade, bem como, a figura do judiciário na evidência do poder do juiz.

O adolescente que eu recebo...ééé...entre a faixa etária de 12 a 16 anos, que cometeu algum ato infracional, que já foi julgado pelo juiz e aí ele ganhou... como medida socioeducativa a semiliberdade. Certo? então ele fica aqui de segunda a sexta feira e na sexta feira ele retorna para a residência. Fica sexta, sábado e domingo em casa e retorna na segunda feira (ASSISTENTE SOCIAL 1).

olha o adolescente ... o perfil, não deveria deveria nem chamar de perfil né?! mas a nossa proposta, da nossa unidade é atender o menino de 12 até 16 anos, recentemente houve uma mudança que querem dar até 17 anos, aí o nosso perfil é esse, primeira medida. no entanto, às vezes chega reincidência também. mas a proposta da casa é ser primeira medida e de 12 a 16/17 anos incompletos (ADVOGADA 1).

São adolescentes de 12 até 21 anos incompletos que cometeram algum ato infracional estão aqui que o juiz deu semiliberdade. (PSICOLOGIA 3).

Para a figura do judiciário aqui cabe a reflexão sobre a má fé institucional, termo cunhado por de Jessé Souza para refletir

o contraponto necessário da atitude de uma classe média e alta politicamente hegemônicas que se “pensam” de um modo — como “avançadas”, politicamente comprometidas etc. — quando, na realidade, “são” e “agem” na contramão do modo como se pensam. A violência simbólica da dominação

“naturalizada” exige e permite uma “boa consciência” para os privilegiados (SOUZA, 2016, p. 427).

Isto é, medida socioeducativa aparece como uma concessão, a demonstração de poder simbólico sobre a adolescência pobre. Outras profissionais quando questionadas, ainda sobre esse adolescente que chega à instituição, pontuam a partir de um olhar mais subjetivo. Seja caracterizando o cotidiano do/a adolescente anterior a medida, na perspectiva de contextualizar as ausências socioeconômicas e culturais. Destacando principalmente instituições como a escola, que assume às vezes de Estado, e a família quando se referem à violação de direito. Mas também, fazem a conexão com o processo de passagem pelo sistema socioeducativo (SSE).

um adolescente que chega ao sistema, né? socioeducativo porque tudo falhou na vida dele. eu acredito que ele é aquela pessoa que... falhou e está em busca de melhora né? em todas às áreas, especificamente na minha é educação, profissionalização e trabalho. Acredito que eles buscam isso. essa melhora na educação, muitos não conseguem porque muitos não se sentem pertencentes que podem melhorar que podem evoluir naquele quesito escolaridade (PEDAGOGA 1).

a gente recebe o adolescente que ele é teve muitos direitos violados, tanto na infância como agora na adolescência e assim, esse adolescente é um adolescente que não é que ele esteja em conflito com a lei mas que a lei falhou muito com ele, sabe? geralmente são os adolescentes que acabam entrando na internação e na semiliberdade na sua maioria são negros, são pobres, né? o judiciário ainda tende a colocar adolescentes de uma condição financeira melhor em medidas de meio aberto do que fechado, e esse é o público que a gente se depara (PSICOLOGIA 2).

pronto, são meninas. meninas assim, mulheres né? jovens, que por algum ato... infracional acabam vindo parar aqui. então são várias assim, de diferentes idades que por algum motivo acabam vindo parar aqui né? (PEDAGOGIA 2)

Éé... bom, as adolescentes que a gente recebe aqui na casem a maioria são adolescentes de primeira medida, que no caso são adolescentes que não cumpriram internação, algumas já foram para o meio aberto mas não passaram pela internação. saíram do CENIP e vinheram para cá para a semiliberdade ou estava em meio aberto e descumpriram o meio aberto e o juiz mandou elas para cá como regressão de medida né?. aí é um público a maioria de recife né? no momento né? (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Onde é possível categorizar os adolescentes a partir da *Ralé Brasileira* tratada por Jessé Souza (2016) que a conceitua como “uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida das condições sociais, morais e culturais que permitem a apropriação dos capitais”. Isto é,

o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (SOUZA, 2016, p. 21).

Quanto ao perfil de fato dos adolescentes da referida pesquisa, a partir de entrevistas realizadas com 4 adolescentes podemos observar as seguintes caracterizações, sistematizadas no quadro a seguir.

Quadro 6. Caracterização dos adolescentes em cumprimento de semiliberdade

NOME	IDADE	ESCOLARIZAÇÃO	CONSUMO DE DROGAS	ATO INFRACIONAL	JUSTIFICATIVA
Adolescente A	15 anos	7º ano	Maconha	Assalto	Droga
Adolescente B	15 anos	7º ano	Maconha e loló	Roubo de celular	Má influência
Adolescente C	17 anos	EJA (5º,6º e 7º anos)	Maconha	Assalto de celular	Droga
Adolescente D	16 anos	6º ano	Maconha	Roubo de carro	Dinheiro

Fonte: elaborado pela autora.

Some-se a isto, a apresentação dos discursos das profissionais sobre os adolescentes e a trajetória dos adolescentes. O Adolescente A é um histórico que discorre sobre o trâmite no SSE e a referência ao CENIP como contraponto a semiliberdade. Pois, no CENIP o adolescente fica no aguardo do processo, logo a privação da liberdade é total, quanto que na semiliberdade é parcial.

Adolescente A. de 15 anos, está no CASEM a uma semana no momento da entrevista. Passou 40 dias no CENIP. Tem uma namorada a 4 meses e ela também tem 15 anos. Não possui religião e está no 7º ano. Mora com os pais e o irmão mais velho que já esteve envolvido com tráfico de drogas. Para ele família é tudo. Chegou na semiliberdade porque cometeu assalto e coloca como justificativa a compra de drogas. Relata que consome apenas maconha e que conheceu a droga aos 13 anos por influência dos “maus elementos que andava”. Resume sua vida como por água a baixo, por estar *preso*.

É de um bairro periférico da RMR, apesar de gostar de morar lá aponta que é preciso ter grana para participar das atividades que tem no bairro. Salienta que são atividades promovidas nas praças e no centro comunitário, a atividade que prefere é jogar bola. Sobre o seu cotidiano responde: “o meu cotidiano era na rua e em casa, da rua para casa!”. Revela que parou de estudar a aproximadamente 6 meses e não consegue explicitar o porquê, mas que não tem nada de bom na escola exceto as aulas de educação física.

Quando perguntado sobre a semiliberdade conceitua que “é indo e votando”, uma referência a privação parcial da liberdade, de forma que salienta que é melhor do que “está preso” em referência ao tempo no CENIP. Sobre o significado de lazer, responde: “é viajar! É ir para outros cantos. Tirar férias. Ir para Dubai, Miami, todo canto”. Como plano para o futuro além de trabalhar, quer “terminar isso aqui (cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade), fazer uma família e ficar de boa. Trabalhar! Ficar sossegado, sem besteira e trabalhar”.

Sobre localidade do/a adolescente que recebem, as profissionais pontuam que são adolescentes da periferia da cidade.

Eles vem de qualquer lugar, aqui...aqui é idade e não é pela Região. Então a gente tem adolescente que é da RMR, que é do interior...ééé.. do estado todo. Entendeu? vai depender...vai depender muuito da questão da idade. Agora, lógico que o adolescente que é do interior..é.. geralmente ele vai para o interior, a gente não tem muito adolescente que é do interior, certo? ÉÉÉ... tem mais transferência para o interior (ASSISTENTE SOCIAL 1).

então, a gente tem. a principal clientela da gente é de recife, e região metropolitana... paulista, olinda, jaboatão. mas temos alguns adolescentes que são de interior, caruaru, belo jardim, já tivemos, então assim, varia muito, de moreno nos temos. Não têm restrição né? (ADVOGADA 1)

eu acho que, acho mais na questão das comunidades mermo né a área mais carente. existe aqueles que não são. mas a maioria assim, são carentes; porque? falta de cuidado na gestão com às pessoas que precisam de ajuda.

acho que o país da gente peca muito, não cuida das pessoas como deveria. acho que se houvesse esse zelo com a questão da educação, com a geração de renda, de emprego, de rendas, a justiça social mesmo, a gente não estaria nesse ponto que a gente está (PEDAGOGA 1).

por experiência a zona norte e aqueles bairros ali do meio que do centro da cidade, coelhos, coque, recife antigo. pelo que a gente percebe é a questão da vulnerabilidade da comunidade. o alto índice de violência da comunidade. porque assim, esses bairros que são reincidentes o ato é o tráfico, então a gente percebe que é a captação delas né? (ASSISTENTE SOCIAL 2)

De forma que é possível refletir já que no início do século XX “havia uma clara preocupação com os setores pobres da população, com o objetivo de mantê-los sob o controle permanente na medida em que colocavam sob ameaça os espaços públicos, as ruas e as praças”. Ao passo que, “foi assim que, a partir da metade do século XX no Brasil, além dos negros e favelados, os migrantes passaram a engrossar o grupo dos “perigosos” e, nas últimas décadas, os jovens de periferia é que vêm ocupando um lugar de destaque nos discursos sobre violência e insegurança social” (OLIVEIRA, 2001, p. 27).

Para a compreensão de como as profissionais justificam a prática do ato infracional, os discursos que surgem sugerem as questões sociais.

Tem várias questões, né?! não apenas é do ato infracional em si, mas questões sociais, questões políticas ...ééé.. a maioria teve os seus direitos negados, desde a infância. entendeu? Não teve direito às políticas públicas, entendeu? [respira fundo] a maioria está com histórico de evasão escolar. Então, em si a maioria deles tem uma história social, uma história de vida muito difícil. Que mora em uma comunidade perigosa, que cresce naquele ambiente e que tem como referência o crime, entendeu? então, as vezes ele não tem outra referência e as vezes tem...ééé.. nada é determinante, não é isso nem aquilo, mas muitas das histórias se batem na questão social (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Mas também, ressaltam o discurso da sociedade veiculado pela mídia, geralmente classe média que aponta os/as adolescentes como vítima da sociedade. Tal discurso é condensado aqui para explicar os ciclos precários de constituição de vínculos dos/as adolescentes com o exercício da cidadania.

olhe, para mim. pelo tempo que estou aqui. porque ele é vítima de uma sociedade, eu acredito mais nisso. éeee...a gente não têm condições, a gente não têm políticas públicas nas nossas cidades. que é assim, que de algum jeito de condições dignas de vida para um adolescente, isso acaba passando de geração em geração, eles já são frutos de outras gerações, eles estão apenas reproduzindo uma coisa que faltou aos pais dele que provavelmente faltou aos avós dele. então, é uma coisa de cultura mesmo, porque não houve um investimento na área social, eu vejo muito por esse lado. têm um público que é diferenciado, que a gente apesar de ver, são meninos que têm condições. mas é um público bem reduzido, bem reduzido mesmo. a maioria daqui vive em condições assim, que... infelizmente acabam levando eles a

cometerem um ato infracional, irem para esse lado. eu entendo por esse lado, que eles são vítima de um sistema(ADVOGADA 1).

primeiro pobreza, miséria. a falta de acesso à educação, a saúde, o abandono total. a maioria se você for analisar [riso contido], são pobres. A questão das drogas é muito forte na vida deles, assim, o vício manda muito eles a cometerem o ato infracional. muito forte mesmo. E não existe, eu não vejo o país da gente com políticas que fortaleça que tira ele dessa situação. é por aí (PEDAGOGA 1).

ahh [risos] têm vários motivos. pode ser assim, por uma questão de vulnerabilidade e ela esteja precisando de dinheiro, querendo dinheiro. pode ser por status, para conseguir alguma coisa para se colocar na sociedade de um modo diferente se ela comete algum ato infracional. pode ser por [pausa] para buscar alguma traço de identidade assim. pode ser por questões de relacionamento afetivo e ela infraciona. pode ser por uso de drogas. Depende muito da história da menina (PSICOLOGIA 3).

Sobre qual seria a justificativa dos/as adolescente para o cometimento do ato infracional os discursos são pulverizados e chegam a acordar que não é uma única motivação mas um contexto que leva a prática infracional.

a maioria diz de forma bem difícil, porque para eles, alguns, alguns... para falar tem mais dificuldade, já outros sentem orgulho do que fez, né?! e aí eles não dizem que é porque quis. Geralmente ele diz: “porque que você fez isso? aí ele diz, “não, é que eu queria comprar uma bermuda, ahh porque os meus amigos me chamaram, ahh pela adrenalina”, entendeu?! a maioria deles não diz que é porque tá passando necessidades, sempre tem uma justificativa mais de amigos do de adrenalina, entendeu?! que queria uma roupa, que queria sair com a namorada, entendeu?! (ASSISTENTE SOCIAL 1)

é... assim, dizer que um adolescente rouba para comer eles não dizem..., entendeu? a gente acaba percebendo isso no atendimento familiar ou em uma visita domiciliar, quando vê mesmo a questão da vulnerabilidade (ADVOGADA 1).

sim, o que eles dizem? éé...têm é que muitos não tiveram oportunidade. é que muitas vezes querem até não se envolver mas devido ao ambiente que vivem são levados a isso. não tiveram oportunidade. Essas são as que mais aparecem(PEDAGOGA 1).

assim, não vou te dizer que têm uma resposta única. mas a gente vê que é muito para ter dinheiro. na grande maioria das vezes é para ter dinheiro. a questão financeira pesa muito (PSICOLOGIA 1).

elas praticam porque estavam drogadas, geralmente né? Por exemplo, teve um caso aqui que foi assaltar ônibus, e ela disse “é porque eu estava drogada” (PEDAGOGIA 2).

a explicação que elas dão são várias, têm menina que diz que é porque a sua condição financeira é muito baixa, que o dinheiro é muito, é fácil. Então ajuda a mãe em casa. muitas das meninas aqui a mãe é chefe de família, ainda têm isso. e também muitas aqui explicam que já vem em um caminho assim tipo, o pai já tá preso e fazia isso, o irmão estava no tráfico e meio que levou. o que eu percebo é que às meninas são muito diferentes dos meninos porque os meninos meio que assim iniciam por um motivo pessoal os meninos sim têm uma certa autonomia às meninas meio que são levadas por

uma certa circunstância e principalmente por conta dos companheiros, que têm algo específico (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Visto que

não é tão simples buscar a genealogia do ato infracional na adolescência quando se pretende utilizar um referencial psicanalítico que, sob certo ponto de vista, é bem mais impreciso do que o discurso judiciário ou as categorias psiquiátricas, na medida em que esses referenciais se utilizam de artifícios, que são os critérios normativos, para orientar suas definições do que seja ou não um adolescente em conflito com a lei (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

Adolescente B. 15 anos, chegou faz uma semana na semiliberdade depois de 40 dias no CENIP, foi “apreendido pela polícia roubando celular com um simulacro (simulacro) de arma de fogo”, conforme relata e justificou que precisava de dinheiro. Quando questionado porque, responde que “para comprar coisa para mim e também o presente de uma colega minha. Ia ser a festa dela e eu estava sem e minha família não tinha como me dá o dinheiro e eu também não gosto de pedir nada a minha família não”. Mora com a mãe e 2 irmãos (17 e 6 anos) em um assentamento sem-terra, o pai faleceu e o tio que cuidava dele com a mãe também faleceu a pouco tempo. Família significa tudo para ele.

Não tem religião. Namora a 1 ano com a uma garota de 13 anos e está no 7º ano do ensino fundamental. Gosta de matemática e não gosta muito de português. Sobre as drogas “já consumiu mas hoje mais não”. Só maconha e lolo, mas não gosto muito, foi por influência de amigos. Resume que tem uma vida simples, mas que dá para viver. Apesar de ter feito muita coisa de errado e que agora está procurando fazer o certo. Quando perguntado o que é lazer, diz “é se divertir, é brincar essas coisas. Mas eu não me importo com essas coisas mais não. O meu negócio agora, o que eu quero fazer é trabalhar, estudar e sossegar”.

Sobre planos para o futuro aponta que “meu sonho, meu sonho mesmo é ser médico. Mas não dá mais não porque eu parei de estudar depois que eu caí. Então isso aí eu quero, mas já está chegando no final do ano já. Minha mãe vai ver se pega a transferência para ver se consegue uma escola aqui perto para mim”.

É possível identificar na trajetória do Adolescente B, que uma situação será a disparadora para a prática do ato infracional mas que tem todo um contexto que envolve o cotidiano do adolescente.

Ao passo que, “os valores culturais de liberdade, do gosto pelo diferente e pelo novo também contribuiriam, indiretamente, para engendrar o que Heller (1989) chamaria de desvalores” (SALES, 2007, p. 130). Por sua vez,

subjetivamente, os indivíduos implicados nessa dimensão de desvalores da cultura capitalista revelam-se indiferentes ao bem público, propensos à lógica do “cada um por si”, pouco afeitos a aceitar sacrifícios ou qualquer tipo de renúncia, sobretudo, às vantagens adquiridas (SALES, 2007, p. 130).

Sobre o cotidiano do/a adolescente voltamos ao conceito de má-fé institucional pois, “está em garantir a permanência da rale na escola, sem isso significar, contudo, sua inclusão efetiva no mundo escolar, pois sua condição social e a própria instituição impedem a construção de uma relação afetiva positiva com o conhecimento” (SOUZA, 2016, p. 301). De modo a promover não apenas um contexto onde a escola é ausente, mas sobretudo, os meios de mobilização de capitais sociais, econômicos e culturais.

Geralmente eles moram em comunidades, né?! na periferia de Recife ou de outro município. e ele tem uma realidade muito difícil. alguns não têm acesso ao saneamento básico, ao mínimo, né?!... aos meios de consumo, a maioria vive do bolsa família, entendeu?! mas é complicado porque cada um tem uma história e sonhos de vida, mas as histórias deles se parecem, sempre o histórico da violência, desde criança (ASSISTENTE SOCIAL 1).

antes daqui, têm muita evasão escolar. a maioria dos adolescentes que cumprem medidas vem de evasão escolar. que passam grande parte da vida deles na rua...que não são envolvidos em nenhum projeto social. então fica na vulnerabilidade da rua, isso acaba chamando para o tráfico ou para cometer mesmo um ato infracional como roubo. porque eles acabam consumindo drogas e para bancar esse consumo acaba praticando atos infracionais (ADVOGADA 1).

pobreza, marginalização, falta de acesso à escola éee... falta de garantir tudo que é direito, todos os direitos básicos (PEDAGOGA 1).

elas. são de famílias que pai e mãe não trabalha, que mães são diaristas, aí elas ficam o dia todinho pela rua. ou então, não têm espaço para ficar dentro de casa. ou então de alguma forma não quer ficar dentro de casa porque têm alguém em casa. então fica pela rua, para juntar as coleguinhas e fazer alguma coisa. (PEDAGOGIA 2)

eu entrei na comunidade assim, e na rua que eu passei, era uma terça feira eu acho eu encontrei 4 casas todo mundo bebendo na porta de casa e fumando maconha com criança de menos de 10 anos de idade correndo, andando de bicicleta, brincando de carrinho na porta de casa, sabe? e a casa da adolescente que eu entrei a dona da casa me puxou para dentro, fechou a porta e encostou a janela. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Adolescente C. 17 anos, casado a aproximadamente 1 ano e 3 meses com uma adolescente de 16 anos. Moravam juntos na casa da mãe dele. Mas agora ela mora na casa dos pais dela. Tem 2 irmãos e 2 irmãs (19 e 17 anos, 16 anos e 15 anos). Tem um que eu não conhece, confessa que o pai é complicado. Os irmãos são amigos também mas tem uma hora que brigam mas no final termina todo mundo junto. Aponta que o relacionamento com a família é bom, que tem vez que tem umas discussão em casa mas sempre termina bem. As discussões são por causa do tio, “ele bebe muito e fica perturbando com a minha vó e eu não gosto não. Porque eu saí logo apertado de perto porque se não vou arrumar barulho”. Conta que pode contar com a vó, minha mãe e meus irmãos. “Posso contar com eles a toda hora. Tá comigo sempre, por isso que eu quero abraçar para sempre. Eu posso tá errado ou tá certo eles tão comigo. A melhor coisa da minha vida que eu tenho, primeiramente Deus e eles”.

Está cursando o EJA para o ensino fundamental II a noite. Não tem religião mas frequenta a assembleia de Deus. Se considera uma pessoa calma, não arruma problema com ninguém. “Evito problema, procuro uma melhora para mim. É né a minha vida continua indo assim, ajudar a luz na minha casa quando tiver precisando, uma coisa melhor assim”. Cumpre medida socioeducativa desde 2017 por causa de um ato infracional que praticou com um irmão. Passou 45 dias no CENIP. “Foi assalto, 157. foi de celular. Estava eu e meu irmão. Eu juntei com meu irmão e na hora era a droga o objetivo, mas a gente tava, não tava em si não. Nem eu nem ele”. Diz que usava maconha e que parou. “Estavam me destruindo e isso não é vida para ninguém não”. Quando perguntado sobre a semiliberdade, responde “Não vou dizer que é bom porque não é bom ninguém tá preso. Tá indo. Pior tava. Aqui já arrumaram curso para mim, tiraram minha carteira de trabalho, vão arrumar um emprego para mim. Tá indo minha vida né”.

No seu cotidiano quando vai para casa diz que gosta de ficar em casa “eu ajudo minha mãe. Porque ela tem uma barraca em casa, um depósito de água, aí eu fico em casa e ajudo ela, e quando os outros pedem uma água aqui outra ali eu pego e levo. Ajudando minha mãe, ajudo minha vó eu fico em casa com o filho da minha prima de vez em quando, eu fico em casa da minha namorada. Vou para escola de noite. De vez em quando vou para igreja de noite e quando eu estou aqui eu vou para curso de manhã”. Quando indagado sobre o que é lazer, diz “é tá com a minha família reunida, tudo junto. Todo mundo com saúde. Todo mundo reunido e com saúde já tá bom para mim”.

Tem como matérias preferidas artes e matemática. E não odeio nenhuma. “Porque como que a pessoa pode odiar um negócio que mais na frente pode ser sua profissão. Não tem que odiar né, tem que gostar de todas porque vai ser a profissão da pessoa. Eu tô tentando lá no curso arranjar um curso para mim de eletricitista, trabalhar com refrigeração”. Para o futuro planeja estar “com um meu filho, com a minha casa, com a minha família e com meu emprego”.

É bastante discutido a questão da existência de um perfil para o cometimento de atos infracionais, na verdade, os/as adolescente que acabam chegando no SSE são adolescentes com características semelhantes pela lógica da sociedade de segregar essas características, portanto, quando questionadas sobre a existência desse perfil de adolescente que comete ato infracional as profissionais apontam em cima da negativa da existência de um perfil, mas que são características que se repetem

Nãooo, eu não digo um perfil,né?! porque eu acho que é uma palavra muito forte dizer o perfil. É até uma forma de julgamento, eu acredito que existem histórias de vidas parecidas, entendeu?! como a maioria daqui, como eu acabei de dizer, mora em comunidade pobre, teve várias políticas sociais negadas, vários acesso negados, cresceu em um ambiente difícil e acaba reproduzindo um aquilo que ele vê, entendeu. ele cresceu naquilo, aquilo para ele é normal, entendeu?! para realmente, uma pessoa que viveu com tanta negação dizer não às vezes eles não conseguem e depois que entrou fica mais difícil de sair, entendeu?! a maioria mas aí a gente faz o trabalho num é, para que ele saia, entendeu. para que ele compreenda que o que ele fez é errado (ASSISTENTE SOCIAL 1).

assim, não seria um perfil exato. mas como a gente começa a ver às características de um adolescente que ele não têm tanto um respaldo familiar, que lee está em um...um evasão escolar...a gente já percebe que ele vai ter uma tendência a praticar um ato infracional, é geralmente também são adolescentes que estão com nível de escolaridade muito baixo..., então assim, a gente já.. percebe logo, que infelizmente vai acabar nessa vida (ADVOGADA 1)

não, eu acho que não. porque assim, normalmente a gente... quando as pessoas perguntam assim, o perfil de adolescente em cumprimento de medida é negro, de classe média baixa, dos bairros críticos de recife e geralmente é isso. infelizmente (ASSISTENTE SOCIAL 2).

perfil que comete não. Mas que chega na FUNASE sim [risos]. eu acredito que ainda é uma Juventude mais pobre e negra que chega (PSICOLOGIA 3).

As profissionais que apresentam os seus discursos sem negativa, já apontam as características que coadunam com aqueles que negam o perfil

são adolescentes que geralmente está ali com uma vigilância, uma orientação familiar muito frágil, né?. está ali com uma rede ali de suporte de políticas públicas muito frágeis, que não consegue acessá-lo e nem acessar a família dele. então é esse adolescente que está muito solto, né? então assim ele está solto para o bem e para o mal, né? então assim, há uma responsabilidade muito grande do estado também sobre isso, da família também é corresponsável, eles são responsáveis e o estado também é responsável (PSICOLOGIA 1).

a maioria é pobre, dificilmente você vai ver uma pessoa da classe média, alta. apesar de que também infraciona. Mas é que não chega até eles. A maioria são pobres, não têm escolaridade, muito baixa e mesmo quando têm escolaridade melhor, essa distorção idade e série eles não têm o desenvolvimento normal. Por exemplo, um aluno do 1º ano do ensino médio se você for fazer o teste, averiguar você vai ver que ele vai estar muuuito

distante de um nível normal de um aluno de ensino médio. muito também a falta de escolaridade (PEDAGOGA 1)

Assim como é possível refletir essas questões na trajetória do Adolescente D.

Adolescente D. 16 anos, namora a 6 meses uma adolescente de 16 anos. Está no 6 ano do ensino fundamental, não tem religião mas frequenta a universal do reino de Deus. Mora com os avós e as tias. A relação com a família é boa. Só meu avô que tá meio doente. Ele pega muito no meu pé. Porque ele gosta de mim né? Tenho 5 irmãos, tudo homem. “Eu sou mais velho que dois. Mora só três comigo e os outros 2 com o pai, porque meus pais são separados”. Afirma que pode contar com a vó, avô e tia também.

Sobre o consumo de drogas consome maconha a muito tempo e não lembra por quem e como iniciou. Quando indagado sobre um breve resumo da sua vida, diz “eu já fiz altas coisas tia. Já trabalhei, já repeti de ano. Só isso mesmo. Eu sou tranquilo né tia. Só mexo com quem mexe comigo”. Está a mais de 6 meses na semiliberdade. Já cumpriu liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade de 6 meses também. Sobre a semiliberdade diz “a pessoa fica mais tia (referente ao tempo na instituição), sem dever nada a justiça. A pessoa tá pagando né tia. Pelo que a pessoa cometeu. A pior coisa de estar aqui é porque a pessoa fez coisa errada né e que não era para ter feito isso”. Está cumprindo medida socioeducativa por roubo. “Roubei carro tia, eu tava liso”.

Quando vai para casa gosta de sair com a namorada, ficar com a mãe, ir para igreja e sair para umas festas. “Principalmente festa de Rave, pagode e brega”. Revela que lazer “é a pessoa brincar, distrair a mente, ficar com os colegas, jogar bola. Empinar pipa. Ir a festas”. A matéria preferida é o Inglês. E não gosta muito de matemática “eu acho mais complicado”. Para o futuro que estar “como um *boysinho* né tia? eu quero ter uma moto, uma Falcon prata”.

Um dos discursos entretanto, além de apontar o que seria a regra ressalta a amplitude da contradição

ééé... o que termina chegando para gente [pausa] éé não é que o menino da classe média não fume maconha não faça tráfico. não é que essas coisas não aconteçam na classe média, muito pelo contrário. eu sei que acontece e acontece muito, né? eu brinco quando a gente está falando sobre isso que no filme tropa de elite quando o filho do capitão nascimento ele é pego com

maconha eu acho que é com maconha que é pego, a coisa ali é resolvida na delegacia mesmo né? uma conversa de comadre. ohh o menino foi pego, porque você assumiu, eu não acredito que a droga era sua. e as coisa são resolvidas ali né? mas a gente têm uma um um jeito de punição que quem termina chegando, quem termina chegando para nós é um determinado perfil né? que é o menino pobre, que é o menino negro, né? mas quem dizer que existe um perfil é para cometimento de ato não né? mas para e eu me preocupo muito com essa pergunta sobre o perfil porque éé... pode parecer que eu diga ah existe sim um perfil. eu acho que existe um perfil que é, que chega a nós, por questões de preconceito de estigma, de resquício da doutrina de situação irregular sabe resquício de um, uma política.. voltada para o encarceramento mesmo sabe? eeee...mas que, fique muito claro, de que o cometimento de um ato infracional de....por adolescentes de classe média, média alta, muitas vezes acontece como eu te falei no filme né?. às coisas são resolvidas ali como comadres né?. entre, ééé...na própria delegacia, ou então às vezes até na própria mesa de audiência, onde o juiz considera que se o adolescente têm uma família dá uma advertência às coisas se resolvem ali né? mas quem chega até nós geralmente são os mais vulneráveis, é a minoria. minoria no sentido de [pausa] das suas fragilidades, é o negro, é o pobre, é aquela família que teve poucos recursos, poucos acessos às políticas públicas e aí são esses que acabam chegando aqui (PSICOLOGIA 2).

Ocorreu ainda um discurso de culpabilização da família, ainda que dentro de um contexto, mas sob o viés moralizante

[pausa] eu acho que é a desestrutura do lar. eu acho que a maioria seria assim, desestruturado o lar de alguma forma. eu acho que o perfil perfil vem daí, não tem aquele perfil de que a menina é assim e vai ser... o perfil que eu acho que é o perfil do lar, não é da menina é da família. eu acho que assim, quando é desestruturada, não têm aquela organização, aquela pessoa que diga olha eu estou aqui organizando. eu acho que é esse o perfil mesmo. porque é pelas histórias que chegam para a gente, ela tem pai e mãe, mas nem quando têm pai e mãe têm uma, um lar organizado. um lar né? que a gente sabe que é onde a gente comunga para fazer melhor, aí você vê que tem muita gente que têm pai, mãe, avô mas que não adianta de nada. não é um lar organizado que elas possam contar, que diga, não você não pode ter isso, que lá para mais tarde quando você estiver trabalhando você né? pode querer um celular novo, ou uma nova cara. eu acho que eles querem isso por isso. e também muito pela miséria de alimentação também. mas mais é para se manter na sociedade, eu acho que, aii eu tenho celular, eu tenho uma roupa boa. eu vejo muito isso (PEDAGOGIA 2).

Onde é possível refletir a partir de Souza (2016, p. 31) a compreensão do processo moral sobre dois vertentes, um deles e que cabe nessa discussão é o de moral como “mito” ou esse “imaginário social” que é necessariamente baseado em opções morais como superior/inferior, nobre/vulgar, bom/mal, virtuoso/vulgar etc”. Ao passo que,

existe, portanto, uma “hierarquia moral”, ainda que geralmente apenas implícita e não tematizada, a todo mito ou imaginário social peculiar. Perceber a forma particular que essa hierarquia moral assume significa compreender, também, o modo peculiar como os indivíduos e grupos sociais de uma sociedade concreta se percebem e se julgam mutuamente. A importância existencial, social e política desse tipo de construção simbólica é, portanto, fundamental. Ela revela, por assim dizer, o DNA “simbólico” de uma sociedade (SOUZA, 2016, p. 31).

Portanto, é evidente que as compreensões sobre o outro vão depender da leitura de mundo das profissionais, De modo, que existe conforme Souza (2016, p. 32) “uma “hierarquia moral”, ainda que geralmente apenas implícita e não tematizada, a todo mito ou imaginário social peculiar”. Sobretudo, quanto ao cotidiano dos/as adolescentes em cumprimento de semiliberdade.

NARRATIVAS SOBRE O CONSUMO DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

No último subtítulo desta dissertação vamos nos ater aos discursos dos adolescente sobre o consumo, referente às entrevistas realizadas com os 4 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. Bem como, tencionar os respectivos discursos com os das profissionais da equipe técnica.

Quando a equipe técnica foi questionada sobre se faz sentido vivermos em uma sociedade de consumo as profissionais apontam os/as adolescentes nessa relação.

um adolescente que infracionou me diz que infracionou porque queria uma bermuda para ir em uma festa. Nós somos uma sociedade de consumista e o consumo e o capitalismo em si é o cerne de tudo. A gente vive em uma sociedade capitalista que há o cerne de tudo é consumir então é uma coisa que nunca vai acabar enquanto houver o capitalismo, entendeu? sempre vai ter quem consuma seja pouco pouco muito, até quem não têm condições e quer uma televisão do ano né? até quem têm condições e compra um iate para se amostrar, né? (Assistente social 1).

Faz. Porque o adolescente como eu te disse ele geralmente quando ele vem a atendimento ele não relata que a família está passando fome, são poucos os que relatam, a agente percebe na visita. Eee muitas vezes quando a gente indaga o adolescente, e aí fizesse o que com o dinheiro? Comprei uma bermuda, comprei não sei o que, entende? (Advogada 1).

sim. eles levam muita consideração em aparelho celular, tem menina que tem aparelho celular, em casa têm nem o que comer e tem um aparelho caríssimo. as roupas que elas fazem igual aos meninos, fazem questão por marcas, acham que vou chegar no lugar com aquele tipo de roupa e vai fazer a diferença e a gente faz a leitura de que não tá fazendo efeito positivo né? (Assistente Social 2)

De modo que, ao conectar o consumo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Semiliberdade à cultura do consumo é possível conversar com a obra de McCracken (2012) onde reflete sobre as performances do significado cultural que assume características de volátil, “instável”, inconstante, sempre em movimento. Ao passo que para McCracken (2007) os significados culturais se apresentam em: princípios culturais e em categorias culturais. Princípios culturais referem-se ao como o indivíduo se coloca e é percebido no coletivo, e em inflexão com a problemática

estudada a utilização dos signos pelos/as adolescentes ganham essa dimensão do reconhecimento e/ou auto reconhecimento coletivo. Ser e pertencer são pontuados enquanto caracterizações de suma relevância quando nos atemos a esse período de transição geracional. Já as categorias culturais são o valor que aquele objeto caracteriza para este sujeito, ou melhor, é quando as acomodações ou percepções do mundo fazem sentido.

As demais profissionais deixam evidente que não apenas os/as adolescentes que são influenciados/as pela Sociedade de Consumo e sim toda a sociedade e se incluem nas respectivas compreensões.

para mim ... claro que participar desse consumo e a gente não pode fugir disso, mas assim, têm de ser sempre com equilíbrio, né? mas que infelizmente esse equilíbrio não existe, né? como eu estava tentando explicar ééé...é uma excessiva cobrança, né? e aí não há uma democracia da participação desse desse consumo. eu acho que isso acaba sendo um dos fatores que mais contribui para essa questão, para a violência, como eu estava dizendo, né? a gente não pode fugir disso , né? se a sociedade ela funciona, essa sociedade que a gente vive agora, funciona dessa forma, mas o grande problema é que não há democracia para todos, né? exercerem esse consumo. então é isso(Pedagoga 1).

faz [risos]. porque a gente vive em um modelo capitalista que ééé... existem às diferenciações de status através dos produtos. um fetiche né, você não adquire um produto apenas, você adquire um valor que ele têm, o status que ele têm na sociedade né? ter algum objeto que te destaca. (Psicóloga 3)

muito. nossa a gente vive isso demais, porque a gente sabe que todo mundo é consumista né? e a adolescente então, que ele acha que têm que comprar tudo que vê, se vê alguma pessoa com uma roupa e ele gostou já pensa que no outro dia ele têm que ter. ou têm ou morre (Pedagoga 2).

faz sentido. faz muito sentido né? ééé... [pausa longa] me dá a impressão de que somos levados a consumir para preencher um vazio existencial né? ééé... a gente é levado a acreditar que assim como o adolescente ele precisa ser aceito num determinado grupo às gente também vive isso, de você querer se sentir pertencente e para a gente se sentir pertencente a gente termina sendo levado a pensar que você precisa ter né? você precisa ter um celular, você precisa ter um iphone, não precisa ter um celular, têm que ter um iphone. (Psicóloga 1).

Essa relação de todos na sociedade de consumo é possível ser discutida a partir da obra “Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria” de Zygmunt Bauman (2008), onde o autor tenta dar conta de refletir as transformações em curso na sociedade de consumo que se coloca como traço tão marcante da vida contemporânea. O livro está dentro de uma produção onde o sociólogo polonês elabora sobre a efemeridade das relações humanas, discutindo sua teoria sobre a modernidade líquida

que cria uma nova organização social. Os indivíduos tornam-se ao mesmo tempo promotores de mercadorias e também as próprias mercadorias promovidas.

Quando questionadas sobre o que acham da mídia/publicidade as profissionais apontam que

eu acho que ela contribui, para esse consumo, né? às redes sociais hoje em dia é o meio de comunicação mais utilizado hoje...porque se você associar o facebook e instagram, você abriu uma revista, você vai receber uma notificação de outras revistas parecida com aquela que você abriu, entendeu?. (Assistente social 1)

Eu acredito que tem uma influência grande. Sabe porquê? Porque chega adolescentes aqui que quando um jogador corta o cabelo de um jeito ou usa uma roupa de um jeito esses adolescentes fazem de tudo para ter o mesmo objeto. E aí até quando a gente questiona, menino não faz isso no teu cabelo não, se a polícia te vê. Então, assim, acaba que a mídia acaba influenciando, seja através de propagandas e comerciais, seja também através de famosos usando as coisas acabam influenciando sim. Os meninos, até a questão das tatuagem eles sempre justificam ahhh não sei que tem uma. Tem uma, aquela do beijo no pescoço que tem um famoso que tem uma de beijo no pescoço, pronto, então assim, que influencia influencia, isso é inevitável (Advogada 1).

eu acredito que sim. porque a gente né? é idealizado. (Pedagoga 1).

como é que eu vejo?[pausa] são [riso contido] instrumentos né? são... que têm um único intuito de te fazer é'...te seduzir ée'... a consumir. então assim, eu vejo a mídia e o ... querer te fazer associar sentimento de que você é importante se você consumir determinado produto né? (Psicóloga 1).

ahh então. muito difícil. porque a propaganda ela faz com que você deseje realmente aquilo ali, que você tenha e você tem e não é feliz. e que não é nada disso né? e a gente pode passar sem essa coisa de faz um para lá e pior né? os adolescentes mesmo faz, você têm que ter esse celular porque ele é tudo. você parece que comprou esse celular para o povo olhar, como gente como os artistas né? (Pedagoga 2)

De modo, que é possível articular não só o consumo de experiência que as profissionais trazem em suas falas, mas também a exposição dos adolescentes nas redes sociais à promoção dos indivíduos em mercadoria, como salienta Bauman (2008), onde ocorre com mais ênfase na esfera virtual com a utilização das redes, facilitada por sistemas e inovações tecnológicas.

Para Bauman esse ambiente das redes sociais cria uma relação e equiparação de pessoas a mercadorias, onde o sujeito com relação com o objeto exerce um papel cartesiano - aquele se apresenta soberano, incontestado, desobrigado. Essa constatação se dá a partir da centralidade da mercadoria nessas relações de consumo. Para aprofundar essas questões ele se atem ao estudo do controle das emoções de Georg

Simmel – Sociologia dos sentidos – e apresenta a composição em contraponto da alegria na compra e a aquisição em si tomada por frustração, dor e remorso.

“Tal como o fetichismo da mercadoria que assombrava a sociedade de produtores, o fetichismo da subjetividade que assombra a sociedade de consumidores se baseia, em última instância, numa ilusão” (BAUMAN, 2008, p. 29). A ilusão criada por essa sociedade de consumidores cria situações que não se restringem apenas ao ambiente virtual. “O consumismo dirigido para o mercado tem uma receita para enfrentar esse tipo de inconveniência: a troca de uma mercadoria defeituosa” (BAUMAN, 2008, p. 31).

O primeiro, o Adolescente A. 15 anos, quando questionado sobre se gosta de comprar e o que gosta ele diz “Gosto, só roupa! Só roupa, cordão e relógio”. Sinaliza que a marca favorita é a Seaway, e que gosta de usar no dia a dia. Questionei sobre a cyclone, já que o adolescente estava vestindo uma bermuda da marca e ele aponta que também gosta e não tem essa de quem é melhor, “as duas têm a mesma patente”.

Quanto a qual objeto seria o desejo de consumo no momento, queria um carro, “qualquer um, o que vier é lucro”. Onde para Bauman (2008, p.45) “um ambiente líquido moderno é inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo” e para esse ponto da discussão é criado um tempo pontilhado (abordado na teoria de Mafesoli) – onde este tempo é apresentado Inconsistente e descontínuo; Sendo assim, apropriado rotineiramente pela indústria de produção cultural de massa. O carro para o adolescente assume o sentido de igualdade com os demais indivíduos, em consonância com o que é projetado pela mídia e pelos comerciais que apresentam o espírito de liberdade e autonomia na aquisição.

As redes sociais são utilizadas principalmente para se comunicar e saber das novidades, apesar de os adolescentes em cumprimento de semiliberdade não poderem ficar com celular no CASEM o adolescente revela que aos finais de semana o Facebook e whatsapp são os aplicativos que ele mais usa. Revela que como a sua escola fica próximo à sua casa, as vezes passa lá antes ou depois da aula para se atualizar e “para conversar com as novinhas”. Visto que

o Desejo de conquistar visibilidade no espaço público, em contrapartida, aprofunda-se no início do século XX, primeiro com a grande imprensa e o fotojornalismo, e, posteriormente, em plena era da indústria cultural, com a televisão – aparelho por excelência de veiculação de imagens, cuja presença nos domicílios democratiza o direito a olhar e a expectativa de ser visto. (SALES, 2007, p. 129)

De modo que, hoje é a internet que assume por vezes o espaço do olhar e de ser visto, principalmente quando nos referimos às redes sociais. O que se intercepta com a resposta da Psicóloga 1 que quando indagada sobre o que os/as adolescentes mais consomem sinaliza para as redes sociais

[pausa longa] internet. deve existir claro, mas é tão difícil encontrar alguém que não esteja conectado. mas eu acho que não é algo que têm a ver apenas com a adolescência mas de algo que estamos vivendo no mundo. mas os adolescentes cada vez mais, redes sociais né? às redes sociais (Psicóloga 1).

O Adolescente A finaliza dizendo que “quero ser eu mesmo” quando perguntado se gostaria de se parecer ou ser alguém.

O Adolescente B. 15 anos, quando questionado sobre se fazia sentido vivermos em uma Sociedade de Consumo diz “faz. As pessoas compram muito. Sei lá... primeiro porque a gente precisa, mas tem gente que passa dos limites”. O adolescente se demonstra pensativo e curioso com a pergunta. Quando é perguntado sobre o que o adolescente mais consome e gosta de comprar ele diz “comida, eu gosto muito de comer [Risos]. O que eu sinto mais falta é da minha comida preferida, que é quando a minha mãe faz lasanha.

Sem ser comida o adolescente revela que gosta muito de bermuda jeans e que não tem marca específica. Questionado pela pesquisadora, mas e você gosta como que não tem uma favorita? Com um pouco de incômodo aponta “não é que eu não goste. Mas é que muita gente usa, e quem usa é assim maloqueiro e minha mãe não gosta e nem quer que eu use”. É possível compreender essa questão da vinculação do vestuário a caracterização da figura do maloqueiro na perspectiva de similaridade a um grupo social ou expressão que a família dialogue que seja negativo. De modo que

a realidade de apartheid dos jovens pobres, inclusive, não será uma prerrogativa brasileira ou latino americana: ela se dá nos guetos étnicos americanos (hispanicos, negros, italianos, irlandeses e etc) e também na Europa, com destaque para França e Inglaterra, e seu crônico problema cultural-imigratório, ligado, por vezes, à condição de juventude operária (SALES, 2007, p. 127).

Sobre o que você gostaria de consumir? E por quê? Diz “Seaway ou mentor. Porque a seaway assim se a pessoa souber se vestir fica meio playboyzinho e daí fica legal. Mas se não souber fica óleo”. Perguntado sobre o significado de óleo aponta “tipo escamoso para os ‘homi’ né tia?. Qualquer policial que ver a gente assim já tá em cima”. Mais uma vez é possível dialogar com Sales (2007), onde essa vinculação a algo negativo não parte somente da família, mas sobretudo, da sociedade

tudo que os jovens pobres questionam e produzem irreverentemente, aqui e alhures, e a tudo o que reagem é concebido, invariavelmente, como violência, mesmo em se tratando de meras transgressões e incivilidades: como o grafite ou pichação, que teve início nos Estados Unidos da América ainda dos anos 70 ou o surfe ferroviário no Rio de Janeiro dos anos 90 (SALES, 2007, p. 127-128).

Sobre prioridades de consumo, não tem nenhuma no momento, mas se tivesse dinheiro “eu daria metade para minha mãe e o resto comprava coisas para mim”. Também gosta muito das redes sociais como o adolescente A, mas prefere o facebook e não tenho whatsapp. Explica porque como não tem celular é mais difícil ter o whatsapp já que utiliza o celular emprestado da irmã quando vai em casa. Quando questionado se queria ter alguém ou parecer com alguém, assim como o adolescente A ressalta que “não. Eu quero ser eu mesmo porque é melhor”.

Adolescente C. 17 anos, o adolescente quando questionado sobre gostar de comprar e o que compra, responde com ansiedade que gosta e “queria ter meu carro ou uma moto. Um [carro] HB20 ou um fox, porque são os mais bonitos, preto ou cinza”. Sobre as marcas que mais consome e o que consome o adolescente C é enfático

eu não ligo para isso mais não. É só ilusão. Porque para mim fazia [sentido] mas eu era muito pequeno e gostava muito de quilqsilver. Aí minha vó falava isso é lá roupa menino. Tu pega teu trocado ajunta, a gente te dá dinheiro a tu para depois tá tudo raigada. Assim tia, era uma roupa de 200 reais. Ela dizia que não precisava disso não. Comprar qualquer roupa, já dava, o que tiver é o que se veste menino, tu nasceu nu e agora ta vestido. E eu ficava gastando com roupa, mas agora eu tirei isso da minha mente e não ligo mais muito para isso não (ADOLESCENTE C, 17 anos).

Quando chamadas para identificar as marcas predominantes entre os/as adolescentes as profissionais apontam

que eles gostam de usar? eles gostam de usar...seaway...éeee... cyclone, a sandália kenner, eles usam muito, mormaii, mas o mais específico é seaway e kenner também. porque? eu não sei quem foi o primeiro que usou. mas entre eles é uma forma de status, quem têm seaway, que é cara....éeee... é o mais poderoso (Assistente social 1)

Porque eles fazem até cabelo com as marcas. É cyclone, é seawy, o relógio tem que ser invicta, sandália tem que ser kenner se não for kenner não está na moda. Aí ele usa uma opanka mas daí já não é tão valorizado. [risos] mas é mais por aí mesmo. Porque? Para ter status dentro da medida. Apesar da gente sempre dizer que evite roupa de marca. Porque acaba atraindo a atenção dos outros adolescentes, inclusive para furtar os objetos deles. Mas ele sente a necessidade de vim com a roupa, de trazer roupa. Para mostrar que tem uma boa condição de vida, que são influencer. Então, eu acho que é status mesmo (Advogada 1).

ahh sim. cyclone éee... essas outras de marcas que eu sou péssima para decorar hahahahaha, cyclone né? Por status né? status... que possui bens de consumo. que circula na comunidade como essa pessoa que têm condições(Pedagoga 1).

não sei. [pausa] de marca de roupa não sei humm, têm aquela sandália, aquela que é feia lá, que dá chulé, acho que é Kenner. ela têm nos meninos mas às meninas aqui também usam muito. As meninas aqui também usa as meninas Boy que ela se dizem Boy usa muito Seaway e umas outras assim que algumas bermudas feias de menino, de praia é a mesma marca dos meninos e as meninas usam muito top que aí aqui particularmente elas não usam as de marca porque some tudo, literalmente (Assistente Social 2)

Revelando ainda que o que os/as adolescentes mais consomem seriam

bermuda, camisa, sandália e às vezes brincos. e cordão. mas aqui como não pode. a gente vê muita bermuda, camisa e sandália (Assistente social 1).

Bermuda da seawy. Eu acho que bermuda da seawy, mas sei não visse? Cyclone também [risos] prata também, eles gostam bastante. E uma boa barbearia, porque é fundamental ter sempre um cabelo da moda [risos] (Advogada 1).

não. eu vejo mais assim de celular. porque maquiagem quando elas querem ainda conseguem usar uma barata, mas eu acho que celular. celular elas querem o top dos top né? e aí para isso às vezes né? passa por cima de tudo. (Pedagoga 2)

maquiagem! elas vivem me pedindo batom. (Assistente Social 2)

O consumo ganha tangibilidade principalmente em países em desenvolvimento, “no cotidiano das relações interpessoais e comunitárias, a ultrapassagem da situação de miséria e/ou condição de pobreza, constituindo em si a posse, portanto, um valor” (SALES, 2007, p.133). De modo que não é apenas ter ou usar a marca específica porque todos usam, é o contexto social que carrega consigo o significado de aquisição e pertencimento a determinada parcela da sociedade com prestígio.

Quando questionado sobre tipo de música preferida diz “eu gosto de tudo tia, gosto de pagode, de reggae e de brega, e de música romântica e de música evangélica”. Sales (2007, p. 132) alerta ainda que é “importante não perder de vista, para além da dimensão de classe social, o pertencimento a grupos, isto é, o consumo por adesão, reconhecimento e reforço de uma determinada identidade e práticas sociais afins”. Sobre se tinha alguma banda de preferência diz “qualquer uma de música romântica, pagodinho e reggae. Coloco meu fone de ouvido e deito na cama e fico só curtindo”. Sobre se tem algum desejo de consumo atual sinaliza que tem,

reformular a casa da minha vó. Porque ela tá precisando, ela não tá podendo trabalhar está com um probleminha na perna. Ela trabalha em casa fazendo faxina, mas agora não tá podendo. Então eu queria dinheiro para fazer a reforma. E está ajudando minha vó, minha mãe na barraca dela que não está

tendo todos os materiais para vender. e meus irmãos (ADOLESCENTE C, 17 anos).

Sobre as redes sociais diz gosta só do Whatsapp e é por ele que sabe das novidades e conversa com as pessoas, “eu tinha face mais eu desinstalei. Antes eu gostava de tudo isso mas agora é só com o pessoal da minha família. Não gosto mais não, eu quero coisa melhor para mim e isso aí não vai dar em nada”. Aponta que ver youtube, para música. E assisto muito televisão. Sobre se gostaria de ser ou se parecer com alguém, assim como os demais diz que “eu primeiramente, eu! E minha vó e minha mãe que fala muito disso. Então primeiramente eu quero sair daqui. Depois um emprego e ajudar minha família”.

Adolescente D. 16 anos, quando perguntado sobre se gosta de comprar e o que mais consome responde que “de vez em quando eu compro. Assim, quando eu to com dinheiro. Gosto de comprar roupa, sapato, colar de prata. Anel eu gosto muito. Minha marca... É seaway, porque eu vejo todo mundo usando. Aí eu uso, tá na moda”.

Na segunda metade do século XIX, a moda efetivamente se instala e com ela todo um processo de produção, agora também industrial, e de difusão sobretudo por meio do élan da Alta Costura na virada e ao longo do século XX. Passa a materializar uma nova e poderosa forma de poder, ao aprofundar a valorização da ordem das aparências, a estética da sedução, mais a organização do novo e do efêmero que ela já vinha encarnando historicamente, agora em plena sintonia com a dimensão inaudita assumida pelo urbano (SALES, 2007, p. 124).

De modo que, estar na moda é uma necessidade do adolescente mas que surge a partir da perspectiva contextualizada que é social e histórica.

A partir dos anos 50 do século XX, porém, dá-se um salto no aludido processo de democratização da aparência, quando se expande a confecção industrial e irrompe verdadeiramente o prêt-à-porter: o fabrico do vestuário de massa. E nos anos 60, uma novidade: a descoberta da juventude e sua audácia como fontes de inspiração primordial para a moda e seu apelo de mudança. Inaugura-se, portanto, uma estética com impacto de massa, assentada em valores juvenis. (SALES, 2001, p. 126)

Sobre um desejo de consumo, o Adolescente D. 17 anos ressalta que “queria comprar uma roupa da Gucci que vende no shopping e é importada”. “Esse desejo de pertencimento e de visibilidade suscitado pela moda foi instigado e alargado pela nova representação social e densidade que ela adquire, já desde o século XVIII e que se aprofunda no século XIX” (SALES, 2007, p. 125).

Ainda na perspectiva da moda, o desejo pela roupa Gucci, uma marca de luxo possibilita a reflexão de Dejeux (2011 [2006], p.30) onde aponta que no início do

Século XIX - "o fato de não trabalhar e de consumir suntuosamente por delegação torna-se o signo da distinção social". Diante desse apontamento, correlacionar o desejo de consumir Gucci ao consumo ostentatório é eminente, Dejeux (2011 [2006], p. 31) destaca que “para Veblen, o fato de não trabalhar e o modo de consumo são, os indicadores da hierarquia social e de gênero da sociedade moderna”.

Sobre as músicas preferidas revela que “gosto de Mc tróia. Tem Eduarda Alves também. Eu já me esqueci qual a música mas é um bocado”. O adolescente D assim como os demais gosta das redes sociais, aponta que suas preferências são “facebook e youtube. Facebook para falar com as meninas, e o youtube para ouvir música. E pela TV, eu gosto muito de ver Cardiot, eu gosto muito dele que dá para ver o que acontece na comunidade tia”. No caso dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade

na impossibilidade de conquistarem o direito a essa participação na esfera pública e, por consequência, a chance de serem vistos e reconhecidos como sujeitos, eles adotam a violência como estratégia e está se torna o seu principal passaporte para a visibilidade numa era de cidadania virtual (SALES, 2007, p. 129)

Sobre se gostaria de ser ou parecer com alguém, assume a mesma postura que os demais adolescentes “Eu quero ser? Eu quero ser eu”. O que coaduna com a resposta dada pelas profissionais da equipe técnica que quando questionadas sobre se os/as adolescentes idealizam um tipo ideal de existir/ser na sociedade as profissionais respondem que

eu não sei te dizer se eles querem exatamente, parecer com alguém, mas eles querem eu acho que nós queremos. nós queremos ser vistos. sabe? ser reconhecido né? não sei se têm a ver especificamente com a adolescência. mas essas coisas acabam se manifestando na adolescência. essa coisa de ser reconhecido, de ser visto, de ser entendido né? (Psicóloga 1).

[pausa longa] eu não sei se existe uma imagem de uma mulher que elas querem mas eu sei que elas gostam de se sentir extremamente destacadas, elas cuidam muito da aparência. eu sei que elas estranham às figuras de identificação da classe média (Psicóloga 3)

não, não. mas é aquela reprodução né? todas querem os cabelos escorridos, poucas são às que assumem os cachos (Assistente Social 2).

De modo que é possível refletir a partir da contextualização de que

a aparente expansão do imaginário democrático da igualdade de condições, “não significa, porém, uma uniformização do parecer, sendo resguardados, agora da forma mais sutil, os signos de distinção social. Um ideal estético, todavia, sempre ancorado em valores individualistas/democráticos, em particular o da autonomia das pessoas” (SALES, 2007, p. 124).

Portanto, às narrativas sobre o consumo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade apresentadas aqui a partir dos adolescentes não significa todo o corpus da semiliberdade mas traz elementos para a contextualização e para a discussão na academia sobre essa realidade.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O presente trabalho de dissertação apontou em seu primeiro capítulo para a reflexão da adolescência na Sociedade de Consumo, adolescência essa compreendida em alguns aspectos socioculturais que revelam um cotidiano entrecortado pela cultura do consumo e a violência. Sendo, portanto possível percebermos a adolescência enquanto categoria em construção, onde não se trouxe uma unanimidade do conceito de adolescência e sim a reflexão a partir de campos teóricos como a psicologia, sociologia, história e etc. Revelando assim a pluralidade de compreensão e de ser adolescente. De modo que o cotidiano dos jovens brasileiros se apresentou desafiador na promoção, garantia e proteção de seus direitos, demarcados em destaque para a concepção de Sociedade de Risco que assume expressões de violência, assim como, a cultura do consumo por meio da pressão social de previsão de modelo de vida.

No segundo capítulo foi discutida a figura do Estado a partir da sua característica histórica de institucionalização das crianças e adolescentes, demarcando as instituições pautadas na proteção juvenil e da sua responsabilização ao longo da estruturação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Bem como, o sistema socioeducativo em Pernambuco com a especificidade da semiliberdade.

Como objetivo geral essa pesquisa dissertativa se propôs a **analisar a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com a sociedade de consumo**. Apontando para relações sociais hierárquicas reproduzidas no cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade que ganha no consumo a tangibilidade de pertencimento a sociedade de consumo.

Como resposta aos objetivos específicos:

1) **categorizou-se o cotidiano de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade da equipe técnica e dos/as adolescentes**. Em aspectos gerais é um cotidiano dinâmico e instável, ressaltado constantemente a partir de uma ambiência de tensão. A burocratização do preenchimento de relatórios e a tentativa de ritmo a rotina dos adolescentes também são aspectos relevantes neste cotidiano. A rotina ocorre não só a partir da contextualização interna, mas as questões externas, na figura dos parceiros de atividade, da escola, da família e de outras instituições que interferem no cotidiano das CASEM's. Apesar de o destaque da pesquisa ser dada a equipe técnica e aos adolescentes, outros/as profissionais se interpõem neste cotidiano, com ênfase as gestões gerais e técnicas e aos agentes socioeducativos (ASEs). Ressaltamos a

importância da realização de pesquisas que aprofundem as suas questões e interferências.

2) Caracterizou-se a equipe técnica e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. A equipe técnica apresenta as profissionais requeridas obrigatoriamente pela normativa da FUNASE/PE o que não inviabilizaria a composição de outros/as profissionais para ampliar a compreensão sobre os/as adolescentes em cumprimento de medida.

As profissionais entrevistadas nesta pesquisa são experientes, pois possuem no mínimo 3 anos de experiência no sistema socioeducativo; são heterógenas quanto a experiências em outras medidas socioeducativas (4 possuem experiência e 4 não possuem). As que possuem experiência é importante ressaltar que é na medida socioeducativa de internação, não ficou evidenciado o porquê. Mas destacamos que assim como a semiliberdade a internação é uma medida de responsabilização do estado e não do município como as medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.

Os/As adolescentes entrevistados da semiliberdade são jovens de 15 a 17 anos de idade que possuem uma trajetória de afastamento da escola e de vínculo com a rua pautado primordialmente na figura de amigos ou de familiares. São garotos/as de bairros periféricos e que possuem vínculo frágil com a família, apesar de apontarem que a família representa tudo para eles/as são relações pautadas na incompreensão de ambas as partes (adolescentes e família). As drogas são presentes em seus cotidianos e em muitas vezes são utilizadas como justificativa para a prática de atos infracionais.

3) Analisou-se a trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade que se intersecciona com a cultura de consumo a partir da fala dos adolescentes. De modo geral os quatro adolescentes entrevistados nesta pesquisa apontam para trajetórias entrecortadas pela fragilidade de proteção da escola, da família e do Estado. São cotidianos de ausências e de pouca habilidade para lidar com as problemáticas referentes às transformações biopsicossociais dessa fase da vida. Quanto a intersecção com a cultura do consumo se dá a partir da prática de atos infracionais de apropriação de bens de consumo de outrem, justificado em muitos momentos pelo efeito e uso de drogas, mas com finalidade de aquisição de outros bens de consumo ou de manutenção da vida. A ausência de trabalho e de constituição de

renda familiar são pontos chave que pautados pela baixa escolaridade de familiares e adolescentes arrematam as trajetórias apresentadas a nesta pesquisa.

3) Compreendeu-se os discursos que permeiam a medida socioeducativa de semiliberdade na sua interface com a sociedade de consumo a partir do que foi exposto pela equipe técnica e de adolescentes. Os discursos pautados sobre o consumo perpassaram mais pela caracterização dos adolescentes que da medida socioeducativa de fato. O que chama atenção para o contexto de cerceamento parcial da liberdade onde o impacto as atividades cotidianas do/a adolescente se dá parcialmente e de modo subjetivo, o que não implica em grandes divergências de qualquer outro adolescente. O que caracterizará de fato esse jovem é a sua falta de habilidade de mobilizar as instituições de proteção, promoção e garantia de direitos, tais como família, Estado e sociedade. De modo que a utilização de marcas específicas revela não apenas a dimensão simbólica do consumir pautado pelos adolescentes, imbricado de questões de pertencimento, mas, sobretudo, a condição de classe social.

Portanto, a presente pesquisa não sinaliza para conclusões sobre o universo da medida socioeducativa de semiliberdade, mas proporciona aspectos relevantes para dialogar sobre esta medida socioeducativa. É importante que tais aspectos sejam aprofundados em pesquisas futuras, como a questão da maconha que aparece como o sinônimo de qualquer tipo de drogas e os aspectos referentes a instituição família e religião.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **Adolescência**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1980.

ALMEIDA, Ângela M. (org.)- **Pensando a família no Brasil**. Espaço e Tempo/Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, pp. 115-136.

ALMEIDA, M. S. K.; ARANTES, Antonio A.; BRANDÃO, Carlos R.; FELDMANN-BIANCO, Bela; STOLKE, Verena; ZALUAR, Alba. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

ANDI. **Adolescentes em conflito com a lei: guia de referência para a cobertura jornalista**. - Brasília, DF: ANDI/Comunicação e Direitos; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. 136 p.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **Envolvimento de adolescentes com o uso e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. In: BRITO, Leila Maria Torraca. *Jovens em Conflito com a lei*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

ARAÚJO, Fernando H. de M.; SIQUEIRA NETO, Lélío F. de; ALBINO, Priscilla L. **Considerações sobre o subsistema de execução de medidas socioeducativas criado pela Lei Federal n. 12.594/12 (SINASE)**.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves de; Constantino, Patrícia. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro / Simone Gonçalves de Assis e Patrícia Constantino**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2001.

BARBOSA, Lívía (Org.). **Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BARBOSA, Lívía. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARCELLOS, Rita de Cássia Soriano; PUT, Marlúcia Costa Van der. **Preservida – lutando pela sobrevivência: construção de rede de solidariedade em instituição total**. In: BRITO, Leila Maria Torraca. *Jovens em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?**. Alexandre Werneck (Tradução). Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Política pública de atendimento à criança e ao adolescente: uma experiência de cooperação no estado do Rio de Janeiro**. In: BRITO, Leila Maria Torraca. *Jovens em Conflito com a lei*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias – Uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Ed. Saraiva: 2008.

BOCK, Ana Mercês Bahia..**A adolescência como construção social**: estudo sobre livros destinados a pais e educadores Adolescência como uma construção social. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 11 Número 1 Janeiro/Junho 2007 p. 63-76.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp;Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560p.

BRANCO, B. M.; WAGNER, A.. **Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 2009.

BRASIL. **Artigo 227 do Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988**. <http://www.jusbrasil.com.br>. 09 Set. 2013.

BRASIL. **Assistência Social – CREAS**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

BRASIL. **Caderno de Assistência Social n.2**:Proteção da Assistência Social. Brasília, 2013.

BRASIL. **Caderno de Assistência Social n.3**: Vigilância socioassistencial. Brasília, 2013.

BRASIL. **Documento base da 1ª Conferência Nacional da Juventude**, 2008. 24 p.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: 2006. <http://www.promenin.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf>. 05 Set. 2013.

BRITO, Leila M. T. **Jovens em conflito com a lei**: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2000.

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Jovens em conflito com a lei**: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 164p.

CALGARO, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia. Confirma argumentos de defensores e críticos da redução da idade penal **Portal do G1**. Política. Brasília: 2015. 20/08/2015.. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/confira-argumentos-de-defensores-e-criticos-da-reducao-da-idade-penal.html>>Acesso em 30 Junho de 2017.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Adolescência**: normalidade e psicopatologia. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 160 p.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da Sociedade Salarial do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-840.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Adolescente em liberdade assistida**: algumas histórias. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. 208 p.

CASTRO, Élisia Guaranná. **Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político**: participação, organização e identidade social.26ª. Reunião Brasileira de

Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2005, Porto Seguro, Bahia, Brasil.” No GT10.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público Relatório da Infância e Juventude – **Resolução nº 67/2011** : um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : CNMP, 2015.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 2 ed. 3 v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: Perspectivas e Desafios Coordenação Técnica**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2006.

COUTINHO, Luciana G. **Adolescência e errância**: Destinos do laço social no contemporâneo. Editora Nau: Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA, Janice Machado. **A saúde do adolescente no contexto da ação socioeducativa**. In: BRITO, Leila Maria Torraca. *Jovens em Conflito com a lei*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

CUNHA, José Ricardo Ferreira. **A lanterna de Diógenes**. Considerações sobre a justiça na justiça. In: BRITO, Leila Maria Torraca. *Jovens em Conflito com a lei*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

DE VAUS, D. A. **Surveys in Social Research**. 5. ed. Crows Nest: Allen & Unwin, 2002.

DECLERCQ, Marie. **Explicando o fenômeno da Cyclone**. Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/bmwxb8/explicando-o-fenomeno-da-cyclone. Acesso em: 20/11/18. Vice Brasil, 2017.

DEJEUX, Dominique. **O consumo**: abordagens em ciências sociais. Tradutores: Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres Barros Lameiras, Rachel Rocha de Almeida Barros. Maceió: EDUFAL, 2011 [2006]. 205 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G.. **O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias**. Estudos de Psicologia, 2004.

FEIXE, Carlos. LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre Juventude**. Sociedade e Estado. Brasília, vol. 25 nº 2 maio/ago 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jun. 2013.

FELDMANN, Henrique. **O comportamento de consumo adolescente e a Teoria do consumidor**. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa. **Crianças e Adolescente na “era dos direitos”**: os desafios para ouvir a “voz” do sujeito. MIRANDA, Humberto (Org.). In: *Quer um conselho?*

A trajetória dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares no Brasil. Escola de Conselhos de Pernambuco. Recife: Linceu, 2013.

FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa; REGINO, Fabiane Alves; OLIVEIRA, Juliana Macário de; SILVA, Diene Ellen Tavares. **O espaço doméstico e os valores da sociedade brasileira.** ___ In: Valores da vida e desenvolvimento humano: O espaço doméstico e os valores da sociedade brasileira, 2009.

FERREIRA, Roberta Gracyelle de Lima. **Cada um escolhe porque tem um motivo, uma razão, uma circunstância:** a produção de sentidos de jovens em conflito com a lei sobre a criminalidade. Orientação de Jaileila de Araújo Menezes. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco – CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, Recife

FERREIRA, Mônica; FERNANDES, Vania. **Qualificação profissional no sistema socioeducativo:** um relato de experiência. In: BRITO, Leila Maria Torraca. Jovens em Conflito com a lei. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FUNASE. **Formulário Estatístico das Unidades** – FUNASE – Junho/2013 – Março/2014. Disponível em: <http://www.funase.pe.gov.br/estatistica.php>.

FUNASE/PE, referentes ao mês de Fevereiro de 2018. **Boletim estatístico**, fevereiro, 2018. Disponível em: <
http://www.funase.pe.gov.br/estatistica/2018/FEVEREIRO/BOLETIM_ESTADISTICO_FEVE REIRO_2018.pdf>. Acesso em: 29/08/2018.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **É de Direito uma incursão pela Proteção, Atendimento e Justiça de Adolescentes e Jovens no Sistema Socioeducativo de Pernambuco.** 1ª Edição. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Política de 2018.** ISSN 1983-7364, ano 12, São Paulo, SP: 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel ; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. **Estrutura do projeto de pesquisa.** In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Editora Vozes, Petrópolis, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** la identidad deteriorada. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (Trad.). v. 3, Caderno 13. Rio de Janeiro: Editora Civilizadora Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005 [2001].

HELLER, Agnes. **O cotidiano e História.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 124 p.

JÓRIO, Alana Roberta Shepierski; VENTURINI, Nayla Oliveira; OLIVEIRA, Rildo Fialho. **Fatores Biopsicossociais que Influenciam nos Atos Infracionais de Crianças e Adolescentes**. Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2009.

JUNQUEIRA, M. R.; JACOBY, M. O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social. Revista **Textos e Contextos**. Porto Alegre, n. 6, 2006.

KOLOUSTIAN, S.M. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, Brasília: Unicef, 2004.

LEMOS, J. J.S. **Mapa da exclusão social no Brasil**: Radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MACHADO, Mônica. **Consumo e politização**: discursos publicitários e novos engajamentos juvenis. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.

MALTA, Cláudia Viana de Melo. **A (in)visibilidade de crianças e adolescentes**: o avesso da regulação social do Estado e os caminhos de resistência. EDUFAL: Maceió, 2009.

MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MARINHO, P. K. S.; FERNANDES, R. A. U. (Orientadora). **Adolescentes e periféricos**: trajetórias do cotidiano e marcas da cultura de consumo. Relatório Final das Atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) CNPq/ UFRPE. 2013-2014.

MARINHO, P. K. S.; FERNANDES, R. A. U. (Orientadora). **Adolescentes e periféricos**: trajetórias do cotidiano em uma sociedade de risco. Relatório Final das Atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) CNPq/ UFRPE. 2014-2015.

MARTINS, J. S. **O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal**. In: Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4ª Ed. Coleção Temas de Atualidade. São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, K. **Formação econômica pré-capitalista**. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1985. Marx, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1867.

MCCARTHY, Patrick; SCHIRALDI, Vincent; SHARK, Miriam. Future of Youth Justice: A Community-Based Alternative to the Youth Prison Model. **New Thinking in Community Corrections**, Harvard Kennedy School and National Institute of Justice, 2016. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/250142.pdf>>

MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo I**: Mercados, significados e gerenciamento de marcas. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo II**: Mercados, significados e gerenciamento de marcas. Tradução de Ana Carolina Balthazar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo**: Uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo; Jan./Mar. 2007.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEMS**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985) / Humberto da Silva Miranda. – Recife: O autor, 2014. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

NASCIMENTO, José Almir; GAMEIRO, Thiago Gabriel Silva. **Um Sistema para garantir Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**. MIRANDA, Humberto (Org.). In: Quer um conselho?: a trajetória dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e tutelares no Brasil. Recife, Linceu: 2013.

NETO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: Conhecimento e crítica. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OLIVEIRA, Débora; SIQUEIRA Aline C.; DELL'AGLIO Débora D.; LOPES Rita C. S. **Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes**: Uma Revisão da Produção Científica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Interação em Psicologia, 2008.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. **Crime é 'coisa de mulher'**: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de REcife/PE. Recife, 2012. 197 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia. Recife, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12^a Ed. Pontes Editores: Campinas, SP, 2015.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**. Rio de Janeiro; Ed. Revinter, 2008.

PACHECO, Janaína T. B.; HUTZ, Claudio S.. **Variáveis Familiares Predictoras do Comportamento Antissocial em Adolescentes Autores de Atos Infracionais**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, vol. 25 n. 2, pp. 213-219, 2009.

PALÁCIOS, Jesús. **O que é Adolescência**. In: Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva. Vol.01. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

PALACIOS, Jesús; OLIVA, Alfredo. **A adolescência e seu significado evolutivo**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 2^a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PECHANSCKY, Flávio; DIEMEN, Lisia Von; MICHELI, Denise De; AMARAL, Michaela Bitarello do. **Fatores de risco e proteção em diferentes grupos de usuários**: adolescentes, idosos, mulheres e indígenas. In: DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de Souza (Organizadoras). O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1. – 11. ed. – Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. 146 p. – (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento).

PEREIRA, I.; Mestriner, M. L.. **Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional. São Paulo: IEE/PUC-SP, 1999.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista. **BIB**. São Paulo, n° 70, 2º semestre de 2010, p. 31-50.

PINTO, Renato. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos**. IN: CENTRO DOM HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. A metodologia do projeto de defesa dos direitos da criança e do adolescente do Cendhec. Recife: CENDHEC, 2011.

PORFÍRIO, Pablo Francisco. **História da trajetória da Assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil**. MIRANDA, Humberto (Org.). In: Quer um conselho?: a trajetória dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e tutelares no Brasil. Recife, Linceu: 2013. Projeto Família Solidária. Recife, 2015.

PUFF, Jefferson. Duas visões: O Brasil deve reduzir a maioria penal?. **BBC Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. 10 junho 2015. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150609_opinioes_maioridade_penal_pai_jp>. Acesso em 30 de Junho de 2017.

REZENDE, Leonardo Rodrigues. **Aula 04 – Trabalhando com famílias**. Movimento Tortura nunca mais – Projeto Família Solidária. Recife, 2015.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana M. **Meninos bandidos?** Interfaces entre Criminalidade e Identidade Masculina em Homens Jovens. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, Recife, 2006.

RIBEIRO, Nilva Ferreira. **A prisão na perspectiva de Michel Foucault**. LOURENÇO, Arlindo da silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Orgs.) In: O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EduFSCar, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista Alea**. Volume 7, número 2: julho – dezembro 2005 p. 305-322.

ROCHA, Everardo. **A sociedade do sonho**: Comunicação, cultura e consumo. Ed. Mauad: Rio de Janeiro, 1995.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Elen Alves. **As adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa**: um diálogo sobre as questões de gênero, escolarização, sociedade de consumo e ato infracional / Elen Alves Santos; orientador Viviane Neves Legnani. -- Brasília, 2016. 105 p.

SANTOS, Joana; FERREIRA, Simone; GOUVEIA, Taciana. **Adolescentes tecendo educação, ideias e ação**. Edição: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. ? Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SARAIVA, Joseana Maria. **A lógica do capital e do estado na provisão dos meios de consumo coletivo: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança**. Recife: Editora UFPE, 2015.

SARAIVA, João Batista; KOENER JÚNIOR, Rolf. VOLPI, Mario Org.. **Adolescentes Privados de Liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal**. 5ª Ed. São Paulo: Fonacriad, 2011 [1997].

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate **Contemporânea**. Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades. ISSN: 2236-532X n. 1 p. 49-68 Jan.–Jun. 2011.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S.. **A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica**. Ciência & Saúde Coletiva, 2003.

SCHULTZ, E. S.; BARROS, S. M. A concepção de infância ao longo da história no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Jurídicas**. Ponta Grossa, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

STF. **Ministro impõe medidas contra superlotação em mais quatro unidades de internação de adolescentes**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=412292>>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

SEBRAE. **Notícia do Sebrae Nacional** - 11/09/2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/estilos-de-compras-de-mulheres-e-adolescentes,7f3936627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> . Acesso em: 28/12/2018

SILVA; LEHFELD. Os Olhares Sociais Acerca da Prática do Ato Infracional: reflexões éticas para o tempo presente. **Textos & Contextos**. v. 14, n. 1, p. 74 - 86, Porto Alegre, jan./jun. 2015

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SLATER, Don. **Cultura do consumo & modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SNAS; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vivem. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010 [1985].

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social:** de Ação Individual a Direito Social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf.

SPOSATI, Aldaíza. **Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social.** In: Serviço Social & Sociedade n° 77. São Paulo: Cortez, 2004.

SUPERA. **Deteção do uso e diagnóstico da dependência de substâncias psicoativas:** módulo 3. – 7. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 68 p. – (SUPERA: Sistema para deteção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento / coordenação [da] 7. ed. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni).

SUPERA. **Efeitos de substâncias psicoativas:** módulo 2. – 7. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 144 p. – (SUPERA: Sistema para deteção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento / coordenação [da] 7. ed. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni).

TASCHNER, Gisela. Raízes da cultura do consumo. **Revista USP.** São Paulo (32): 26 – 43, Dezembro/ Fevereiro, 1996/97.

TEIXEIRA, Marcionila; OLIVEIRA, Wagner. Exército juvenil. **Diário de Pernambuco.** Caderno Local. Pernambuco: Recife, 2017. Publicação: 24/06/2017. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/exercitojuvenil/>>. Acessado em 25/06/2017.

TERUYA, Marisa Tayra. **A Família Na Historiografia Brasileira:** Bases E Perspectivas Teóricas. 2003.

TRETIN, Ângela Corrêa. **Adolescentes em conflito com a lei e a família:** Um estudo interdisciplinar. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais - Mestrado em Ciências Criminais. Orientador: Dr. Alfredo Cataldo Neto. Porto Alegre, 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Pesquisa sobre reincidência do adolescente em conflito com a lei.** 2015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/marco/pesquisa-aponta-que-maior-tempo-de-internacao-nao-diminui-os-indices-de-reincidencia-do-adolescente-em-conflito-com-lei>.

UCHÔA; Raquel; PACHECO, Roberto. **Família, adolescência e uso de drogas**. MIRANDA, Humberto (Org.). In: Escola de Conselhos de Pernambuco: Extensão Universitária e Direitos da Criança e do Adolescente. Escola de Conselhos de Pernambuco. Recife: Linceu, 2013.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo; Abril Cultural, 1983.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX, Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.

VERZULLA, Juan Carlos. **A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional**. Florianópolis, 2004.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015 [1997].

WASELFISZ, Julio Jacob. **Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do Brasil**. Brasília: DF, 2015.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: **Um Pioneiro Da Sociologia Da Juventude**. Gt26: Sociologia Da Infância E Juventude. XIII Congresso Brasileiro De Sociologia, 29 De Maio A 1 De Junho De 2007, UFPE, Recife (PE).

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **Notas para o estudo da inserção democrática da criança e do adolescente no mercado de trabalho**. In: BRITO, Leila Maria Torraca. Jovens em Conflito com a lei. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo, 2ª edição, 1994.

APÊNDICE A. Solicitação de Permissão para Pesquisa Acadêmica

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

Recife, de de 2018.

Solicitação de Permissão para Pesquisa Acadêmica

Ao: Prezado(a)

Eu, Priscilla Karla da Silva Marinho, CPF nº [REDACTED], aluna devidamente matriculada no curso de Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, venho solicitar de V. Ex.^a, **autorização para realizar procedimentos de coleta de dados através da realização de entrevistas (roteiros semiestruturados e registros em áudio) com profissionais da equipe técnica e com os/as adolescentes do CASEM (Casa de Semiliberdade) [REDACTED] e CASEM (Casa de Semiliberdade) [REDACTED], respectivamente.** A pesquisa é de natureza qualitativa, tem como título — Adolescência e a Cultura do Consumo: Trajetórias em Conflito com a Lei e como objetivo analisar o discurso de profissionais que atuam no fluxo de apuração do ato infracional e de adolescentes em Semiliberdade sobre consumo e conflito com a lei.

Informamos que não haverá custos para a instituição e nem interferência na operacionalização ou nas atividades cotidianas da mesma e que me comprometo em assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como, garantir que não serão utilizadas as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, segundo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20. Certo da compreensão de V. Ex.^a, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,

Priscilla Karla da Silva Marinho

(Pesquisadora Mestranda PGCDs)

Laura Susana Duque-Arrazola

(Coordenadora da Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social)

APÊNDICE B. Termo de Livre Consentimento de Esclarecido (TLCE)
- Profissionais

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
 PÓS-GRADUAÇÃO DE CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO
 SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou mestranda do curso de Pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Estou realizando uma pesquisa intitulada - **Adolescência e a Cultura do Consumo: Trajetórias em Conflito com a Lei**, sob supervisão da professora Dr^a Raquel Fernandes, cujo objetivo é analisar o discurso de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e adolescentes em Semiliberdade sobre consumo e conflito com a lei.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico no país. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela(s) pesquisadora (s) fone [REDACTED].

Atenciosamente,

 Nome e assinatura da Mestranda

 Local e data

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

 Nome e assinatura do participante

 Local e data

APÊNDICE C. Termo de Livre Consentimento de Esclarecido (TLCE)

- Família

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Responsáveis

O (A) adolescente pelo qual o(a) senhor(a) é responsável está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Adolescência e a Cultura do Consumo: Trajetórias em Conflito com a Lei**. O objetivo deste estudo consiste em analisar o discurso de profissionais e de adolescentes em Semiliberdade sobre a sociedade de consumo e o conflito com a lei.

Caso você autorize, seu filho (a) irá: participar de uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. A participação dele(a) não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação. Se ele(a) se sentir desconfortável com as perguntas, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com a pesquisadora sobre o assunto.

Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

A participação dele(a) poderá contribuir para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico no país. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Priscilla Marinho pelo e-mail: **pri_facchini@yahoo.com.br**. Além disso, o(a) senhor(a) está recebendo uma cópia deste termo, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Atenciosamente,

Priscilla Marinho
Pesquisadora

Local e data

CONSENTIMENTO

Eu, _____ (colocar o nome legível do pai/mãe/responsável/cuidador) declaro que entendi os objetivos da participação do menor de idade pelo qual sou responsável, _____ (colocar o nome do(a) adolescente), sendo que: () **ACEITO** que ele(a) participe () **NÃO** aceito que ele(a) participe

Recife, de de 2018.

Assinatura do(a) responsável

APÊNDICE D. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) de acordo com a Resolução 466/12 CNS no seu item II

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **Adolescência e a Cultura do Consumo: Trajetórias em Conflito com a Lei** coordenada pela professora Raquel Fernandes. Seus pais permitiram que você participe. Queremos analisar o discurso de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos e adolescentes em Semiliberdade sobre consumo e conflito com a lei.

Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será realizada no CASEM, onde os/as adolescentes vão participar de uma entrevista com roteiro semiestruturado, ou seja, responder algumas perguntas, que contará com registro em áudio realizado pela pesquisadora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade para desistir.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados para fins de trabalhos acadêmicos, mas sem identificar os adolescentes que participaram.

=====

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa **Adolescência e a Cultura do Consumo: Trajetórias em Conflito com a Lei**. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Recife, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a adolescente

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE E. Roteiro de Entrevista Semiestruturado Aplicado Aos/As Profissionais

Perfil

Nome: idade:

Sexo: Estado Civil:

Religião: Formação/ Atuação:

Quanto tempo trabalha com o SSE? Quanto tempo no CASEM?

Sobre o/a Adolescente

Quem é o/a adolescente?

Os/as adolescentes vêm predominantemente de que lugares da RMR? A que você justificaria essa ocorrência?

Para você, por que um ou uma adolescente comete ato infracional?

Que justificativas os/as adolescentes apresentam para terem cometido ato infracional?

Você conhece a realidade do cotidiano desses/as adolescentes? (como que é?)

Existe um perfil do/a adolescente que comete ato infracional? Poderia me descrever.

Sobre o cotidiano de trabalho

Poderia me resumir como é o seu cotidiano de trabalho?

Que membros da família se fazem presentes durante o cumprimento da semiliberdade?

Qual a sua percepção sobre o impacto das medidas na vida destes/as adolescentes e de suas famílias?

Quais são as fragilidades da família?

Quais são as fragilidades da instituição (Semiliberdade e SSE)?

Quais as razões que você apontaria para a relação de adolescentes com os atos infracionais: roubo/furto/Tráfico?

O que você acha da participação da escola no cumprimento da medida?

Como percebe a participação da sociedade no cumprimento da medida?

Sobre o consumo

Quando dizemos que vivemos em uma sociedade de consumo, isto faz sentido para você? [Porque?]

O que acha da publicidade e da mídia?

Para você, os/as adolescentes idealizam um tipo ideal de existir/ser na sociedade?

Desejam parecer-se com alguém?

É possível identificar marcas, produtos, gostos predominantes entre os/as adolescentes? (tipo de música, lazer, marcas de roupa) - indique.

Em sua opinião o que os/as adolescentes mais consomem?

APÊNDICE F. Roteiro de Entrevista Semiestruturado Aplicado Aos/As Adolescentes

Sobre perfil

Nome:

idade:

Sexo:

Estado Civil:

Religião:

Escolaridade:

Composição familiar:

Drogas:

Sobre o cotidiano

Você poderia me contar sua história de vida?

De onde você é? Desde quando você está aqui ?

Desde quando cumpre medida socioeducativa?

Que quer dizer medida socioeducativa? e a semiliberdade?

Porque você está cumprindo medida socioeducativa?

Você poderia me dizer como é seu cotidiano aqui?

Como era o seu cotidiano fora daqui?

O que é lazer para você?

O que você acha da escola? Matéria preferida?

Como é a relação com a sua família? (Por quê?)

O que é família para você?

Quem são as pessoas que você pode contar? (Por quê?)

Se pudesse me resumir a sua história de vida em uma palavra, qual seria? Porque?

O que é trabalho para você?

Quer trabalhar com o quê? Porquê?

Sobre o consumo

Quando dizemos que vivemos em uma sociedade de consumo, isto faz sentido para você? [Porque?]

O que você mais consome? (Marcas? Produtos? Poderia identificar?)

O que você gostaria de consumir? E por quê?

Qual seria sua prioridade de consumo agora?

Por onde você fica sabendo das novidades? (televisão, internet, amigos/as....)

Para você, existe um tipo ideal de existir/ser na sociedade?

Quem você gostaria de ser? [Porque?]